

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, ECONOMIA URBANA E FOME: UMA ANALISE
A PARTIR DA VILA OURO VERDE EM PONTA GROSSA-PR

PONTA GROSSA
2015

ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, ECONOMIA URBANA E FOME: UMA ANALISE
A PARTIR DA VILA OURO VERDE EM PONTA GROSSA-PR.

Dissertação apresentada para obtenção do
título de Mestre na Universidade Estadual de
Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação
em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Luiz A. G. Cunha

PONTA GROSSA

2015

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Santos, Rogério Gomes dos
S237 Segregação socioespacial, economia urbana e fome: uma análise a partir da Vila Ouro Verde em Ponta Grossa-PR./ Rogério Gomes dos Santos. Ponta Grossa, 2015.
129f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Luiz A. G. Cunha.

1.Espaço urbano. 2.Segregação socioespacial. 3.Economia Urbana. 4.Segurança alimentar. I.Cunha, Luiz A. G.. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Gestão do Território. III. T.

CDD: 363.8

TERMO DE APROVAÇÃO

ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS

**“SEGREGAÇÃO SOCIO ESPACIAL, ECONOMIA URBANA, E FOME: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA VILA OURO VERDE EM PONTA GROSSA-PR.”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

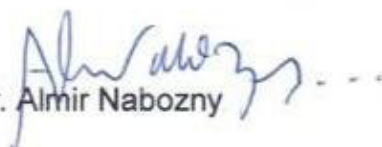
Orientador:


Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

UEPG


Prof. Dr. Lisandro Pezzi Schmidt

UNICENTRO


Prof. Dr. Almir Nabozny

UEPG

Ponta Grossa, 26 de junho de 2015.

Aos meus pais por acreditarem
incondicionalmente na educação de seus
filhos mesmo nas mais ásperas dificuldades.

À minha amada namorada
Vanessa, por sua luta diária ao meu
lado compartilhando sentimentos de
amor, esperança e fé.

AGRADECIMENTOS

Aos Professores do Mestrado em Gestão do Território, que direta ou indiretamente contribuíram na minha formação e na construção deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, que jamais me deixou perecer e mostrou o melhor caminho para chegar ao fim desta jornada.

Aos Professores Doutores Almir Nabozny e Lisandro Pezzi Schmidt, pela leitura dedicada do trabalho durante o exame de qualificação. Suas orientações foram realmente muito importantes para o encaminhamento e reestruturação do texto final.

À Fundação CAPES, pela concessão da bolsa de estudos que por mais de um ano auxiliou na realização e no desenvolvimento da pesquisa apresentada neste trabalho.

Aos colegas de turma do Mestrado, com os quais tive o grande prazer de conviver. Por si só, a simples experiência da convivência propiciou a reunião de uma bagagem impagável que não consta em nenhuma bibliografia.

Aos funcionários do Departamento de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, em especial à Zoraide. Agradeço-os pelo estágio lá realizado em 2012, o que me possibilitou conhecer melhor a cidade de Ponta Grossa. Foi a partir desta experiência que surgiram as principais motivações para a realização do presente trabalho.

Aos estagiários do curso de Geografia do Departamento de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, por todas as nossas experiências vividas e refletidas durante e depois do expediente nos bares da vida.

À equipe do Centro de Estudos e Pesquisas Rouger Miguel Vargas (CEPRMV), especialmente ao Alexandre e à Francelize, pela fundamental ajuda na análise do comparativo da cesta básica.

Ao Professor e Vereador Careca, por ter fornecido o dossiê com informações do Núcleo Ouro Verde.

A todos os moradores e comerciantes da Vila Ouro Verde, pela acolhida calorosa e hospitaleira. Apesar da desconfiança despertada por um estranho batendo na porta de suas casas em pleno período eleitoral, apesar mesmo do receio de muitos devido à irregularidade legal dos lotes, depois de me apresentar e de explicar a proposta da pesquisa todos se mostraram gentis e colaborativos. Muito obrigado!

Ao amigo Itamar Cardozo Lopes, por sua leitura atenta e pela contribuição fundamental a este trabalho.

Ao meu amigo Maximillian, pela nossa colaboração mútua desde a graduação até o mestrado. Você é sem dúvida um dos caras mais competentes que já conheci. Muito obrigado!

Aos funcionários e às Tias do Restaurante Universitário, que com muito amor, dedicação e criatividade conseguem fornecer uma alimentação saudável e saborosa aos universitários. Graças a vocês, pude escrever sobre a fome sem ter que senti-la.

A todos os meus amigos do Bar da Tia, que é sem dúvida o espaço mais eclético da cidade de Ponta Grossa. O tal bar se parece mais com uma velha borracharia abandonada, mas nas noites de quinta-feira, regado a muito *rock'n'roll*, o lugar se transforma numa efervescente acrópole de ideias.

Aos meus amigos Fabrício, Fedel, Rui e Luis Adão, pelas nossas caminhadas na Vila Ouro Verde, pelas nossas discussões e, sobretudo, por nossa amizade!

A todos os meus amigos, irmãos, moradores e frequentadores da República do Dal Col, lugar em que morei por mais de sete anos e do qual nunca me esquecerei!

“(...) com a barriga vazia não consigo dormir, e com o bucho mais cheio comecei a pensar, que eu me organizando posso desorganizar que eu desorganizando posso me organizar. Da lama ao caos”. (Chico Science & Nação Zumbi).

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar a relação entre o processo de segregação socioespacial, o consumo de alimentos no circuito inferior da economia urbana e a segurança alimentar. O debate proposto demonstra que os efeitos da trama localizacional em ambientes socioespacialmente segregados aproximam os cidadãos pobres do consumo de alimentos em estabelecimentos característicos do circuito inferior, contribuindo assim para o agravamento da fome quantitativa e qualitativa. O recorte espacial da análise é a comunidade da Vila Ouro Verde, situada no bairro Maria Otília, em Ponta Grossa-PR. Fruto de uma ocupação ocorrida no ano de 2001, a comunidade é o retrato da segregação espacial e da exclusão social. Esta pesquisa, além de traçar um perfil socioeconômico das famílias ligadas à comunidade, procura compreender os fatores que ajudariam a configurar seus hábitos de aquisição e consumo de alimentos. Constatou-se que os preços mais elevados, aliados à baixa qualidade e pouca variedade de produtos presentes nos pequenos mercados da localidade colaborariam para a formação de um quadro de insegurança alimentar. Ainda que a pesquisa apresente um caráter mais exploratório, os resultados obtidos são pertinentes e constituem uma contribuição ao campo de estudos da fome.

Palavras-chave: Espaço urbano. Segregação socioespacial. Economia Urbana. Segurança alimentar.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the relationship between socio-spatial segregation process, the consumption of food in the lower circuit of the urban economy, and food security. The proposed debate shows that the effects of a locational order in socio-spatially segregated environments bring the urban poor close to the food consumption at typical premises of the lower circuit. Such a fact is contributing to the worsening of quantitative and qualitative hunger. The spatial area of this analysis is the community of Vila Ouro Verde, located in Maria Otilia, in Ponta Grossa-PR. Result of an occupation during the year 2001, the community is the picture of spatial segregation and social exclusion. This research, in addition to showing a socioeconomic profile of families connected to the community, seeks to understand the factors that would help set up their habits of acquiring and consumption of food. We found that the higher prices, coupled with the low quality and little variety of existing products at small markets in the locality, collaborate for the formation of a food insecurity frame. Although the research presents a more exploratory nature, the results are relevant and provide a contribution to the study field of hunger

Keywords: Urban Space. Socio Segregation. Urban Economics. Food security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Os dois circuitos da economia e a rede de centros urbanos	38
FIGURA 2 – O espaço urbano em Ponta Grossa.....	64
FIGURA 3 – Localização do ouro verde no espaço urbano ponta-grossense.....	71
FIGURA 4 – Delimitação do Ouro Verde segundo a PMPG e o IBGE.	72
FIGURA 5– Empreendimento comercial adaptado no quintal da residência.....	89
FIGURA 6– Empreendimento de venda de móveis usados.	90
FIGURA 7– Mecânica de carros.....	90
FIGURA 8 - Distribuição/promoção das mercadorias no interior da mercearia A....	100
FIGURA 9 - Alimentos de hortifruti dividindo espaço com alimentos industrializados na mercearia A	101
Figura 10: Variedade de alimentos frescos hipermercado mais próximo	102
Figura 11: Distribuição dos alimentos frescos no departamento de hortifrutigranjeiro	103
Figura 12: Promoção/propaganda de alimentos frescos	103
FIGURA 13 - Abastecimento do estoque dos comerciantes A, B e C da Vila Ouro Verde.....	107
GRÁFICO 1 -Valor do capital social e número de empreendimentos de localidade máxima e mínima	77
GRÁFICO 2- Número de habitantes por bairro (Ponta Grossa – PR)	81
GRÁFICO 3– Gastos e compra fiado nos comércios da Vila	86
GRÁFICO 4– Rendimento mensal entre trabalhadores formais e informais e média salarial destes que não compram fiado nas mercearias locais.	87
GRÁFICO 5- Modalidade de trabalho do provedor da família e tempo exercendo a função.	88
GRÁFICO 6-Diferença entre os valores das cestas básicas calculadas nos mercados A, B e C, pelo supermercado mais próximo e pelo CEPRMV	94
GRÁFICO 7– Diferença entre o maior valor da cesta básica praticada entre as mercearias A, B e C, e o menor valor praticado pelos mercados elencados pelo CEPRMV	95

GRÁFICO 8 - Principais dificuldades de acesso aos grandes centros de consumo.	96
GRÁFICO 9: Participação no Programa Feira Verde	105
MAPA 1 – Empreendimentos imobiliários da PROLAR de 1989 á 2012	66
MAPA 2 - Distribuição espacial das favelas na cidade de Ponta Grossa	68
MAPA 3 – Quantidade de hipermercados e supermercados em Ponta Grossa – PR.	80
MAPA 4- Quantidade de minimercados e mercearias na cidade de Ponta Grossa-PR	82

LISTA DE TABELAS E QUADROS

QUADRO 1 – Resultado da amostra EBIA no Ouro Verde, questões cuja resposta foi afirmativa.....	74
QUADRO 2 - Opções de alimentos in natura nos estabelecimentos A, B e C	97
TABELA 1 – População total, urbana e rural de Ponta Grossa	64
TABELA 2 – Variação percentual da população urbana e rural de Ponta Grossa nos censos 1991, 2000 e 2010 do IBGE.....	64
TABELA 3– Comprometimento causado pelo valor da cesta básica na renda familiar em porcentagem.	92

LISTA DE SIGLAS

CEPRMV	Centro de Estudos e Pesquisas Rouger Miguel Vargas
CI	Circuito inferior
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CNAE	Código Nacional de Atividades Econômicas
CS	Circuito Superior
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
PMPG	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PFV	Programa Feira Verde
PLC	Pesquisa de Locais de Compra
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SINCE	Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E O ACESSO A ALIMENTAÇÃO	22
1.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	22
1.2 OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E O ACESSO A ALIMENTAÇÃO.....	30
1.2.1 Os circuitos da economia e a rede de centralidades urbanas	36
1.2.2 O circuito inferior da economia urbana e o acesso a alimentação	40
1.3 ESPAÇO URBANO E FOME	48
1.3.1 Espaço geográfico e fome	53
1.3.3 O conceito de (in)segurança alimentar	57
CAPÍTULO II – O ESPAÇO URBANO PONTA-GROSSENSE E A VILA OURO VERDE	60
2.1 O ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM PONTA GROSSA	60
2.2 A VILA OURO VERDE	69
2.3 INSEGURANÇA ALIMENTAR NA VILA OURO VERDE	73
CAPÍTULO III - RESULTADOS E DISCUSSÕES	75
3.1 A DISTRIBUIÇÃO DOS SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS, MINIMERCADOS E MERCEARIAS NA CIDADE DE PONTA GROSSA.	75
3.2 AS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONOMICAS DA VILA OURO VERDE E A PROXIMIDADE COM OS PEQUENOS MERCADOS DA VILA	83
3.3 A DIFERENÇA ENTRE OS VALORES DA CESTA BÁSICA	91
3.4 O MICROAMBIENTE ALIMENTAR	96
3.4.1 Feira Verde	104
3.5 CARACTERÍSTICAS DAS MERCEARIAS	106
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
5 REFERÊNCIAS	114
ANEXO A – LISTA DOS 34 ITENS PRESENTES NA CESTA BÁSICA ELENCADE PELO CEPRMV.	120
ANEXO B – QUESTIONÁRIO DA ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR	122
APÊNDICE A - ROTEIRO UTILIZADO PARA AS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS REALIZADAS COM OS MORADORES DA VILA OURO VERDE	125
APÊNDICE B - ROTEIRO UTILIZADO PARA AS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS REALIZADAS COM OS COMERCIANTES DAS MERCEARIAS A, B E C DA VILA OURO VERDE.....	128

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa analisa a relação entre o processo de segregação socioespacial, a economia urbana e o acesso à alimentação. O debate proposto demonstra que entre os muitos problemas sociais provocados ou com contribuições da dinâmica da segregação socioespacial e do consumo no circuito inferior da economia urbana, encontra-se o acesso à alimentação e consequentemente, a fome quantitativa e qualitativa.

Essas duas perspectivas são vistas como complementares na formatação do ambiente alimentar de áreas segregadas e pobres do espaço urbano. As dinâmicas de ambas apresentam-se como um agravante para a ocorrência da fome.

A análise do acesso à alimentação em quantidade e qualidade relacionada à dinâmica da segregação e da economia urbana tem como grande inspiração as obras de Josué de Castro (1908 – 1973), pioneiro no estudo multidisciplinar da fome. O autor apresenta a Geografia como a disciplina por excelência para abordar esse tema multidisciplinar e demonstra quanto o espaço geográfico tem implicação sobre o fenômeno da fome.

Mesmo após muitos avanços tecnológicos, a sociedade está inserida numa dicotomia na qual a pobreza e a fome podem ser suprimidas e, no entanto, não são. Vários fatores alinham-se para este patamar paradoxal, mas a base de tudo está centrada na produção em massa que não é estendida para o consumo em massa, o que daria o necessário equilíbrio a uma economia humanizada (GEORGE, 1978).

Enquanto os alimentos forem tratados apenas como simples fatores econômicos e não como item indispensável de interesse social, a luta contra a fome será difícil, pois a fome continuará sendo um instrumento de opressão de uma minoria sobre a maioria, opressão esta que Castro (1959, p. 533) sintetiza: “a fome se constitui a chibata e as cadeias dos escravos de nossa civilização”.

Segundo o relatório¹ da segurança alimentícia no mundo, realizado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (ONU-FAO), o Brasil conseguiu reduzir em 82% a população considerada em situação de subalimentação no período de 2002 a 2013. Estes avanços foram destacados como frutos da ampliação da política de proteção social, inclusive as relacionadas ao

¹ Relatório disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>> acessado em 15 de Janeiro de 2015.

Programa Fome Zero, com destaque para as políticas de redistribuição de renda e combate a fome. Entretanto, ainda há que se entender e combater a fome no Brasil, principalmente aquela que é a mais frequente no país e que passa muitas vezes despercebida nestes relatórios, a fome qualitativa ou oculta.

O presente estudo compreende como fome não apenas a sua forma quantitativa, aguda, violenta, demonstrada por notícias de jornais, abordando-a como decorrente de guerras ou, em certas áreas do mundo, sujeitas a periódicos cataclismos naturais. Mas corresponde a uma análise das fomes específicas (qualitativas) que através das carências de determinados princípios alimentares, conduzem o organismo a um estado de debilidade e à falta de resistência que o entrega às infecções fatais.

Acerca dos efeitos deletérios da fome e suas implicações, Castro apõe que “a fome mutila, deixa lesões irreparáveis e distingue mental e fisicamente os homens. Nada os diferencia tanto quanto não ter o que comer: mais que a aparência, a raça, a cor.” (CASTRO, 1967 apud PANIGASSI, 2005, p. 41-42).

O que se apresenta hoje no Brasil, de acordo com os resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF – IBGE 2008-2009), não são quadros de fome aguda ou total, representadas por crianças de baixa estatura e adultos esqueléticos. Pelo contrário, o que se observa é um quadro de fome crônica ou específica, na qual pela falta ou escassez de certos nutrientes as pessoas correm o risco de morrer, apesar de comerem todos os dias.

Essa fome apresenta-se decorrente de uma alimentação monótona, restringida a poucas variedades de alimentares. Basta observar que o consumo de frutas e verduras aumenta conforme a renda, tendo em vista que as famílias menos favorecidas economicamente priorizam, pela facilidade de acesso, preço e padrão alimentar alimentos com maior fator energético e calóricos, como feijão, arroz, mandioca, batata entre outros (POF – IBGE 2008-2009).

Apesar da extrema importância da obra “Geografia da Fome”, de Castro (1946), suas análises se deram principalmente sobre o cenário de um Brasil predominantemente rural. Hoje, segundo o censo demográfico (IBGE, 2010), 84% da população brasileira vivem em áreas urbanas, de modo que é indispensável e central a análise do tema considerando as dinâmicas dos espaços urbanos no que se refere a aquisição de alimentos, bem como as táticas de sobrevivência, que são diferentes nesses dois cenários.

A análise da fome urbana proposta nesta pesquisa abarca as obras de Castro e de outros importantes geógrafos contemporâneos, principalmente aqueles adeptos da teoria social crítica, tais como Edward Soja (1993), Roberto Lobato Corrêa (2000) e Milton Santos (1979). Mesmo esses, não tratando especificamente da questão da fome urbana, contribuem significativamente para a análise da produção e reprodução do espaço urbano sob a égide capitalista, pois abordam a formação de aglomerados urbanos social e espacialmente segmentados. Destaca-se especialmente a contribuição de Santos (1979) sobre os circuitos da economia urbana.

Segundo Santos (1979), a desigualdade de renda entre os cidadãos cria na sociedade urbana um conjunto de diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. Estas diferenças formatam a existência de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Primeiro, o circuito superior ligado a atividades consideradas modernas, ligadas ao capital hegemônico; o segundo, circuito inferior, mais intimamente ligado as atividades consideradas “não-modernas”. As populações ligadas a estes circuitos da economia urbana distinguem-se de acordo com suas classes de renda, em síntese: o circuito superior esta mais intimamente relacionado as classes de média e alta renda e o circuito inferior associa-se com mais frequência às populações do substrato social mais pobre.

Portanto, o objetivo é compreender o espectro negativo da segregação socioespacial na vida urbana e na formação da cidade, para então se ter inteligibilidade da interação deste fenômeno com a economia urbana e o acesso à alimentação.

Para compreender esta dinâmica foram entrevistadas 74 famílias residentes no loteamento Ouro Verde em Ponta Grossa-PR. O loteamento em questão é o retrato da segmentação espacial urbana, e também da ação perversa de diferentes agentes promotores do espaço urbano. A pesquisa aproveitou-se da vivência obtida na Vila em questão durante a realização de estágio na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PMPG) no ano de 2012, que tinha por objetivo a regularização dos terrenos residenciais do mesmo. A vivência na comunidade, bem como o acesso a literatura específica, fez perceber que a dinâmica econômica da Vila possui muitas das características apresentadas por Santos (1979) como aquelas referentes ao circuito inferior.

O Ouro Verde surgiu de uma ocupação que ocorreu no ano de 2001 e está prestes a completar catorze anos. Muito embora as famílias que ali estão tenham assumido a posse de seus terrenos de forma irregular, esperam do Estado a regularização e promoção de uma vida digna para estas pessoas.

Em 14 anos, esperava-se que a comunidade pudesse usufruir de melhores padrões pela moradia com um mínimo necessário para sua subsistência, o que impactaria, inclusive, no direito ao acesso a uma boa alimentação. Desse modo, o interesse em estudar a comunidade do Ouro Verde motiva-se pela realidade do núcleo ser a personificação das mazelas sociais encontradas nas bibliografias, especialmente aquelas que tratam da organização espacial urbana.

A análise também se fundamenta na sistematização realizada por Duran (2013) sobre o microambiente e macroambiente alimentar. O primeiro refere-se ao espaço interno dos empreendimentos de venda de alimentos e o segundo refere-se a densidade, localização e proximidade dos empreendimentos a residência.

Para a análise do macroambiente alimentar efetuou-se um mapeamento demonstrando a espacialização por bairros dos empreendimentos de venda de alimentos para consumo na residência considerados do circuito superior e inferior na cidade de Ponta Grossa. Como empreendimentos pertencentes ao circuito superior consideraram-se os hipermercados e supermercados e, como pertencentes ao circuito inferior, os minimercados e mercearias. Para tal, utilizou-se de dados adquiridos através da Junta Comercial e Empresarial do Paraná (JUCEPAR). Os dados fazem parte do cadastro geral da instituição, as informações presentes no cadastro em questão foram coletadas no momento do registro de abertura da empresa.

Para efetivação da análise do microambiente alimentar, levaram-se em consideração as características das mercearias da Vila Ouro Verde e o preço dos alimentos praticados nas mesmas. Para análise sobre os preços praticados realizou-se um comparativo do valor da cesta básica de alimentos calculada nestes empreendimentos em relação aos praticados nos hipermercados da cidade.

O valor da cesta básica para Ponta Grossa vem sendo calculado e divulgado desde meados de 1996 pelo Centro de Estudos e Pesquisas Rouger Miguel Vargas (CEPRMV) vinculado à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

O valor da cesta básica para Ponta Grossa calculado pelo CEPRMV é aferida através do levantamento dos valores das cestas em seis mercados de

grande porte do município. Esses locais foram selecionados a partir da Pesquisa de Locais de Compra (PLC) que fora realizada junta a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2004 (POF - 2004) pelo CEPRMV.

A escolha dos seis mercados de grande porte a serem pesquisados pelo CEPRMV baseou-se na constatação da POF de 2004 que estes seis estabelecimentos representavam mais 80% do consumo da cidade, sendo dois deles localizados no centro tradicional, e quatro nos subcentros. A POF de 2004 realizada pelo Centro também chegou aos 34 produtos² que compõe a cesta básica da população ponta-grossense (POF-2004).³

A pesquisa da dissertação, visando permitir a comparação pretendida, buscou participação dos levantamentos dos valores das cestas junto com a equipe de pesquisadores do Centro para compreender o trabalho de campo, com o objetivo entender metodologia de coleta para poder aplicá-la nos levantamentos a serem realizados pelo próprio pesquisador. O comparativo refere-se ao dia 26 de Maio de 2014, quando a equipe do Centro pesquisou nos seis estabelecimentos e o pesquisador nas mercearias da Vila Ouro Verde.

Considerou-se como fator preponderante para efeitos qualitativos e quantitativos na compra de alimentos o consumo nos supermercados modernos e em relação às pequenas mercearias locais. A menor diversidade de produtos aliado ao valor mais oneroso dos pequenos comércios locais apresentaram-se como possíveis agravantes da fome qualitativa e quantitativa.

Foram investigados os fatores que levam a aproximação da população da Vila Ouro Verde para com o consumo nas pequenas mercearias locais. Evidenciou-se que aspectos econômicos, de mobilidade e culturais foram determinantes na “escolha⁴” da realização das compras nos comércios da Vila. Para tal análise foram entrevistadas 74 residências na Vila.

A aplicação das entrevistas com as famílias da Vila obedeceu ao método da amostragem sistemática, com intervalos de dez em dez residências. Quando havia a ausência do morador na residência ou sua recusa a participar da entrevista,

² Para o CEPRMV todos os produtos que na POF (2004) eram consumidos por mais de 80% da população entrevistada fazem parte da cesta básica local. A lista com os 34 produtos encontra-se no anexo A.

³ Estas informações foram repassadas em entrevista com o técnico responsável pelo CEPRMV Alexandre Lages

⁴ Para alguns entrevistados não existia a possibilidade da escolha, devido a falta de recursos econômicos e dificuldades com mobilidade.

abordava-se a casa seguinte. Desta forma, a amostra contempla o conjunto da Vila como um todo, sem variações na extensão de sua localidade.

As entrevistas realizadas com a população da Vila e com os comerciantes foram no formato semi-estruturada. Deste modo, foram trazidas ao debate informações julgadas pertinentes. O roteiro das entrevistas semi-estruturadas com a população e os comerciantes da Vila Ouro Verde constam nos apêndices A e B.

Segundo dados do Censo demográfico 2010 do IBGE, a Vila Ouro Verde possui um total de 665 domicílios. Têm-se então que a amostragem previamente estabelecida de 10% contempla 66,5 residências, entretanto, devido às inúmeras incursões de campo, foram realizadas mais entrevistas com os moradores da comunidade que se interessaram na pesquisa, extrapolando a margem estipulada dos 10%. Desta forma, foram inquiridas 11,73% das residências, totalizando 74 entrevistas.

Utilizou-se a classificação da amostra de probabilística simples, onde todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de serem selecionados para compor a amostra. Aplicando-se a fórmula da margem de erro para população finita extraída de Lopes (2003), temos:

ME: margem de erro

N: tamanho total da população finita= 665

n: número de residências que responderam a pesquisa=74

$$ME = 0,98. [(N-n)/(Nn-n)]^{1/2}$$

$$ME = 0,98. [(665-74) / (665 \times 74 - 74)]^{1/2}$$

$$ME = 0,107 \rightarrow 10,7\%$$

Então, a margem de erro referente às entrevistas com a população pesquisada sobre seu perfil socioeconômico apresenta-se em aproximadamente 11%. Como as informações levantadas junto à população inquirida tinham por objetivo o levantamento de dados quantitativos e qualitativos, as entrevistas semi-estruturadas tornaram-se consideravelmente longas, inviabilizando sua aplicação em todas as residências. Desta forma, a amostragem apresentou-se como alternativa viável, tendo os números apresentados um nível de confiança considerado aceitável.

As entrevistas foram realizadas nos dias, 12, 14 e 15 de Maio de 2014 e contaram com a colaboração de dois assistentes. As entrevistadas foram realizadas preferencialmente com as matriarcas das famílias, pois é recorrente que sejam estas que administram a alimentação da residência.

Os horários das entrevistas visaram atender os momentos menos atarefados do dia das mulheres adultas responsáveis pela família, estipulou-se o horário das 14h às 16h30min aproximadamente. Entendeu-se que a partir das 14h00 horas já teria passado o horário do almoço da família e as donas de casa já teriam levado as crianças para a escola. Para além das 16h30min, notou-se nas pesquisas exploratórias de campo, que as mulheres começam a se preparar para buscar as crianças na Escola e/ou arrumar os preparativos para o jantar.

O texto divide-se em três capítulos. O primeiro corresponde a revisão de literatura e discute a relação entre a segregação socioespacial, a economia urbana e a fome. Discute-se o processo de construção do espaço urbano tendo como resultado a segregação socioespacial. Em seguida, apresenta-se a teoria de Santos (1979) sobre os circuitos da economia urbana e demonstra a íntima relação entre o circuito inferior e os espaços urbanos socioespacialmente segregados, bem como busca entender as implicações deste contexto no acesso a alimentação.

No capítulo seguinte, analisa-se o processo da segregação socioespacial na cidade de Ponta Grossa - PR, tratando a segregação como um processo e não um fato, portanto, não podendo ser desprendida da análise temporal. Realiza-se um breve histórico da ocupação urbana pontagrossense. Nesta seção realiza-se também a descrição do recorte espacial desta pesquisa, a Vila Ouro Verde, que é a exemplificação do processo de segregação socioespacial acima descrito.

No terceiro capítulo são apresentados e analisados os resultados atingidos. A pesquisa permitiu chegar a resultados que comprovam as possibilidades de integração entre a segregação socioespacial, o circuito inferior e o acesso a alimentação, a integração destes três elementos mostrou-se importantes para uma melhor compreensão da temática abordada na dissertação.

Encerrando a investigação, as considerações finais apontam sempre de maneira inconclusiva as impressões gerais dos resultados obtidas e da discussão sobre a relação entre segregação socioespacial, o circuito inferior da economia urbana e o acesso a alimentação.

A escassez de trabalhos ligando a espacialidade urbana com a questão da segurança alimentar faz com que esta pesquisa tenha um enfoque exploratório. Essa modalidade de pesquisa, segundo Gil (1995, p.45), “é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.”

O enfoque exploratório da investigação não afasta o uso concomitante da perspectiva descritiva, considerando que por vezes é necessário descrever a população, o fenômeno e as variáveis que circundam o mote pesquisado. Além disso, as pesquisas descritivas possuem como característica principal a “utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados” que podem facilitar a consecução dos resultados (GIL, 1995, p. 45).

Os delineamentos da pesquisa partem da investigação bibliográfica, documental e também de levantamentos de dados junto à população das comunidades, objetivando assim, conhecer melhor a sua realidade.

CAPÍTULO I – SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E O ACESSO A ALIMENTAÇÃO

O espaço urbano é objeto de teorizações por parte de vários pesquisadores, em especial pelos geógrafos, por ser o espaço geográfico um dos temas centrais da Geografia, o espaço urbano é reflexo e condicionante social do modelo econômico capitalista (CORRÊA, 2003). Desta maneira, torna-se mister compreendê-lo a partir da dinâmica capitalista de produção e reprodução.

Com isto em vista, este capítulo tem o objetivo de compreender os fenômenos socioespaciais concernentes a dinâmica urbana com possíveis implicações ao acesso de alimentos na cidade. A referência epistemológica fundamental é a Geografia crítica. Buscou-se explicar o social integrado ao espacial, superando a perspectiva historicista que aborda o espacial como mero reflexo da dinâmica social (SOJA, 1993).

O capítulo divide-se em três partes: de início, versa sobre o processo de segregação socioespacial urbana e apresenta como o fator da localização influência na otimização do acesso aos recursos sociais. Na segunda parte, apresenta-se a teoria de Santos (1979) sobre os circuitos da economia urbana e realiza-se uma aproximação da relação do consumo de alimentos no circuito inferior e as possibilidades da ocorrência da fome. A terceira parte apresenta as relações entre o espaço geográfico e a fome, observando como o espaço geográfico pode ser um condicionante social para a ocorrência do fenômeno da fome. Ainda na terceira parte, apresenta-se o conceito de segurança alimentar.

1.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

O desenvolvimento econômico capitalista e seu processo de acumulação formam uma justaposição da combinação de desenvolvimento e subdesenvolvimento. A superação das crises e a sobrevivência do capitalismo dependem da diferenciação do espaço geográfico relacionada a uma lógica que superpõe regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas em um sistema mundial. Este processo de conformação das paisagens pelo capital teria, segundo Soja (1993), o pressuposto de criar hierarquias espaciais em detrimento da manutenção das

hierarquias sociais. A hierarquização daí resultante, definida por Wallerstein (1996), em sua teoria do sistema-mundo perpetua-se nos dias atuais.

A distinção entre as regiões desenvolvidas e as subdesenvolvidas, ocorreria, segundo Santos (1997), basicamente da diferenciação espacial de tecnologia e infraestrutura. A corrida pelo desenvolvimento no molde capitalista de acumulação faz com que as regiões se apressem a desenvolver as tecnologias e as infraestruturas básicas necessárias para atrair a exigente seletividade espacial do capital financeiro, acarretando no que o autor denomina de “guerra” dos lugares.

A maior responsabilidade sobre a criação de infraestruturas básicas para a acumulação capitalista tem historicamente ficado a cargo do Estado. Basicamente, podem-se definir estas infraestruturas como infraestruturas urbanas, como disponibilidade de fontes de energia, malha viária, cabos de fibra óptica para uso de internet, entre outras. O Estado enquanto provedor da concentração das infraestruturas em prol dos monopólios, age também como elemento de concentração econômica e demográfica (SANTOS, 1979).

Se em épocas passadas era a industrialização que moldava o urbano, hoje, na dinâmica capitalista contemporânea, é o espaço urbano que acomoda a indústria, ou seja, é primordialmente através da reprodução do espaço urbano que as bases da acumulação capitalistas acontecem (SOJA, 1993).

A atualização do debate marxista e a inserção do condicionante espacial, proposto por Soja (1993), apresenta uma nuance fundamental para a compreensão da atual lógica de acumulação capitalista e da reprodução do espaço urbano. Ao fugir das análises dos marxistas ortodoxos, que restringiam seus olhares para a análise do capital produtivo e a exploração do proletariado no local de trabalho, Soja (1993) reconhece e identifica outros canais de exploração na dinâmica capitalista, principalmente ao que se refere ao forte e crescente poder do capital financeiro.

Com a expansão da produção, e com a fragilidade a que se viu fadada a relação produção-consumo a partir da crise de 1929, o capitalismo sofre uma mutação, ao passo que o capital produtivo deixa de ser o núcleo da acumulação de capital e emerge outra forma de capital, o capital financeiro. Nesta nova dinâmica, diminui-se a proporção da mais valia do setor produtivo e aumenta-se a do setor financeiro “improdutivo”, esta instância do capital que implica na “(...) manipulação do meio ambiente construído, na extração da renda urbana, no

estabelecimento dos valores da terra e na organização do espaço urbano para consumo coletivo.” (SOJA, 1993, p.120).

Dar-se a ter, portanto, não somente o capital produtivo delimitando a espacialidade urbana, mas também se passa a observar valor agregado à espacialidade. O capital financeiro passa a atuar em conjunto com o capital produtivo na estruturação do espaço urbano, quiçá com maior peso sobre o último.

Essas considerações levam a compreensão de que a mais valia absorvida na reprodução da força de trabalho, numa sociedade cada vez mais urbanizada e monetarizada, tornaram-se maior do que a diretamente realizada na produção industrial. A maior fatia da exploração não se concentra mais no local de trabalho, no montante da mais valia não repassada ao trabalhador, mas sim, no momento da reprodução da força do trabalho, no momento do consumo. (SOJA, 1993).

O grande palco montado para extração da mais valia na reprodução social é o espaço urbano. Ao explorar o valor de uso da terra e promover um desenvolvimento desigual da cidade, a organização do espaço urbano não explora apenas na cada vez mais onerosa obtenção de uma propriedade urbana, mas também nas disponibilidades de sua localidade, pois esta determinará suas possibilidades aos recursos da vida.

O valor da localização é determinado pelo valor de uso produzido pelo trabalho coletivo despendido na construção da cidade (VILLAÇA, 1998). A determinação da localidade influenciará todas as instâncias da vida humana, inclusive no acesso em qualidade e quantidade aos alimentos, Santos (1987, p. 81) é enfático a argumentar sobre estas condicionalidades:

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar onde vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.

Sobre esta dupla frente de lutas dos trabalhadores necessárias à obtenção de uma vida mais digna e a importância do contexto espacial nesta questão o autor argumenta:

A luta de classes emerge da conscientização crescente da natureza duplamente exploratória da estrutura social e espacial e deve visar à transformação simultânea de ambas, pois cada uma delas pode ser rearranjada de modo a amortecer os efeitos da luta na outra. Esse duplo embasamento pode ser a 'índole' real mas raramente vista do sistema capitalista, a mais importante 'descoberta' dos anos setenta. (SOJA, 1993, p. 137).

Segundo Soja (1993), faz-se necessário a conscientização da mão-de-obra enquanto trabalhadores e consumidores, ou seja, o modo de produção capitalista gera duas dicotomias básicas: burgueses *versus* proletários e centro *versus* periferia. Aos olhares mais apressados esses dois canais de exploração podem parecer separados, mas estão intimamente associados e ambos repletos de política e ideologia.

Continuando na esteira das perspectivas capitalistas gerais com implicações urbanas, Haesbaert (2004) refere-se à dinâmica capitalista orquestrada na sequência do pós-guerra, expressas na internacionalização do capital e na política neoliberalista. Essas teriam como pressuposto o fim dos territórios e a afirmação da hegemonia do império do capital desterritorializado e sem pátria. A livre circulação do capital e o hibridismo cultural culminariam no processo de desterritorialização.

Entretanto, o autor argumenta que não existe um processo de desterritorialização que não seja acompanhado de um processo de reterritorialização. Neste sentido, a desterritorialização provocada pelo capital sem fronteiras culminara na reterritorialização de grande parcela da população empobrecida que se encontra desvalida dos benefícios da dinâmica global capitalista.

Esta reterritorialização da população pobre é evidenciada no Brasil como em outros países emergentes, em uma explosão de formações de favelas entre outras modalidades de espaços segregados socioespacialmente, Haesbaert (1995) define estes espaços como aglomerados de exclusão. Se na escala global existe uma tendência a homogeneização capitalista neoliberal e o "fim" dos territórios, na escala urbana o que ocorre é uma diferenciação espacial cada vez mais intensa na formação de territórios excluídos (HAESBAERT, 2004).

É evidente que as dinâmicas mais gerais do modo de produção e reprodução capitalista podem interferir no processo da segregação socioespacial.

Entretanto, esse processo se dá por intermédio de uma miríade de agentes que atuam em diferentes escalas.

O conceito de segregação socioespacial, assim como outros conceitos, quando estudado pela ótica geográfica, devem ser analisados em diferentes escalas. Uma escala de análise mais aproximada que apresenta muitas de suas causalidades é a escala municipal.

A palavra segregação pode ser utilizada em diferentes acepções por diferentes disciplinas. Em Geografia, a segregação não será definida apenas pela distância física de determinada área até o pólo, mas sim em termos de acessibilidade. O termo segregação, então, é tomado aqui em sua concepção socioeconômica, relacionada à acessibilidade, considerando, como Santos (1979), que a acessibilidade depende:

(...) essencialmente da existência de vias e meios de transportes e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com objetivo de satisfazer as necessidades reais ou sentidas como tais. [...] os elementos que interessam são a localização da produção, a organização dos transportes e a acessibilidade física dos indivíduos aos serviços e bens desejados (SANTOS, 1979, p.229).

Analisar o espaço urbano e, em especial a dinâmica da segregação socioespacial nesta escala mais aproximada, é considerar outras variáveis como fundamentais. Para Villaça (1998), a maioria dos estudos referentes ao espaço urbano está relacionada à estruturação do componente urbano no espaço regional. O autor utiliza o termo “intra–urbano” para expressar a escala de análise própria da dinâmica da cidade. Apesar da redundância do termo, pois espaço urbano, também é intra–urbano, o autor utiliza-o para expressar uma lógica diferente de prioridades a serem analisadas.

A principal diferença entre o espaço intra–urbano e o regional resulta dos transportes e das comunicações. As principais preocupações da estruturação regional derivam do deslocamento de informações, energia, mercadorias em geral e do capital. Já o espaço intra–urbano é estruturado “pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho -, seja enquanto consumidor–reprodução da força de trabalho.”(VILLAÇA, 1998, p. 20). Em síntese, entende-se

que não é o processo de produção que mais interessa ao espaço intra-urbano, mas sim o de consumo.

É o transporte de seres humanos a questão central ao espaço intra – urbano, pois os custos de comunicação como telefone, internet, televisão entre outros, são praticamente os mesmos para todo o espaço urbano. Já os custos para o transporte de seres humanos é altamente heterogêneo. Neste sentido, a acessibilidade é primordial para os espaços de moradia (VILLAÇA, 1998).

Os espaços urbanos de segregação, de acordo com Corrêa (2000), podem ser subdivididos em dois grandes grupos: os auto-segregados e os que sofrem a segregação imposta. Esta divisão se dá em torno da capacidade econômica que determinado grupo populacional dispõe para adquirir a residência.

Os auto-segregados, como o prefixo “auto” pressupõe, são aqueles que detêm maior capacidade econômica e deste modo segregam a si próprios. O poder de compra acaba por facilitar a aquisição de espaços isolados, recheados de amenidades, como condomínios fechados, bairros elitizados, entre outros.

Todos os demais, incapazes de selecionarem para si próprios os melhores locais para fixar residência, são alvos da segregação imposta. Deste modo, tem-se que o espaço urbano é de fato reflexo social condicionado ao capital.

A ampliação do tecido urbano que promove uma cidade dispersa e uma urbanização difusa derivam destas modalidades segregativas. O poder municipal é a instância estatal que permite a abertura destes novos loteamentos auto-segregados e que muitas vezes não regulariza os de segregação imposta. O mesmo ainda pode forçar, em conluio com o mercado imobiliário, a segregação imposta das famílias mais pobres (SPOSITO, 2013).

Para Sposito (2013), não é apenas o par segregação/auto-segregação que se encarrega em efetuar o espraiamento do tecido urbano, pois além das residências, o comércio e os serviços tendem a se dispersar. Com a difusão do automóvel a partir dos anos de 1970, não apenas as residências daqueles que poderiam pagar por essa maior mobilidade se dispersarão, mas também os centros de consumos se tornaram dispersos, e cada vez mais longe do centro tradicional. A cidade antes considerada monocêntrica, passa agora a ser multicêntrica.

Toda essa dinâmica de reestruturação espacial tem fortes implicações no processo de segregação, pois amplia as distâncias que todos têm de percorrer na cidade, agora mais dispersa e menos densa. Para aqueles que possuem automóvel,

há uma enorme possibilidade de fazer escolhas, entre elas a de itinerários. Para aqueles que dependem de transporte coletivo, o tempo necessário para o deslocamento é, via-de-regra, maior, além de estarem mais restritos aos itinerários possíveis. (SPOSITO, 2013).

Considerar a maior ou menor mobilidade urbana a partir de quem detém mais ou menos recursos econômicos é uma análise de ordem objetiva. Entende-se também que existe uma mobilidade de ordem subjetiva, tendo em vista a cultura do medo, gerando o que Souza (2005) chamou de “fobópole” (cidade do medo). Outros determinantes podem inviabilizar a maior mobilidade e liberdade de escolhas e trajetos para aqueles mais ricos, como o tráfego cada vez mais congestionado. A pesquisa considerou de forma especial a dinâmica de acesso em qualidade e quantidade aos alimentos, buscando analisar a dinâmica objetiva desta lógica.

O processo de espraiamento do tecido urbano não acarreta apenas o processo de segregação, mas igualmente o de fragmentação da cidade. A diluição da ligação entre as partes da cidade, com usos desconectados pelas infraestruturas de transporte, transformaria a cidade em arquipélagos urbanos. (VASCONCELOS, 2013).

Considerando que nem todas as formas de desigualdades sejam formas de segregação e que o conceito de segregação não é capaz de dar inteligibilidade a inúmeras formas de segmentação socioespacial, Sposito prefere o termo fragmentação socioespacial, pois “a cidade está dividida por fronteiras de todos os gêneros” (2013. p. 84). Desta maneira, a autora considera o termo fragmentação socioespacial mais abrangente que o termo segregação, pois aquele por ser mais abrangente, incorporaria inclusive o par segregação/auto-segregação. Não que um termo anule o outro, mas sim que ambos ocorrem concomitantemente na cada vez mais complexa estruturação do espaço intra-urbano.

Como a pesquisa corresponde ao estudo de uma comunidade de baixa renda, distante do centro e inserida numa periferia menos equipadas e com pior acessibilidade, adotar-se-á o termo segregação socioespacial, por esse considerar as duas dinâmicas mais pertinentes ao estudo. Entretanto, Sposito (2013) promove uma arejada e fundamental análise da complexidade da segmentação e fragmentação socioespacial, pois todas essas modalidades se interconectam e promovem o aumento da desigualdade social.

De maneira generalista, Santos (1979) expõe as implicações de estar segregado, e afirma que “por toda parte, estar distante é sinônimo de ser prejudicado; nos países subdesenvolvidos, estar distante é ainda pior; é se condenar a ser pobre.” (1979, p. 229).

Para a Escola de Chicago⁵, a segregação socioespacial resultaria da competição pela melhor área de moradia, onde os indivíduos semelhantes (economicamente, culturalmente e socialmente) tenderiam a residir juntos. Esta situação caracterizaria as áreas de moradia por uma homogeneidade interna e uma heterogeneidade entre elas. A observância desta perspectiva leva a entender que exista a dualização da cidade dos ricos e a cidade dos pobres.

Para Corrêa (2013, p.41), “não se sabe se os indivíduos são semelhantes porque residem próximo ou residem próximo porque são semelhantes”. O autor cita Harvey (1975), ao afirmar que as forças derivativas que promovem a complexificação e estratificam a estrutura hierárquica da sociedade capitalista, fragmentando-a em inúmeras classes ou frações de classes, gera classes distintas de consumo, inclusive em termos espaciais. Esta análise inviabilizaria a ideia de cidade dualizada. Também segundo Corrêa (2013, p. 42), “quanto mais intensa a fragmentação social, mais complexa será a segregação residencial”.

Mesmo sendo complexa a estruturação da segregação residencial na cidade capitalista contemporânea, padrões podem ser observados. Corrêa (2013) faz uma revisão sobre os principais modelos de segregação residencial: o modelo centro–periferia de Kohl, o modelo de zonas concêntricas com a periferização do centro de Burges e o modelo de expansão radial por eixos de rápida circulação de Hoyt.

Tendo a segregação residencial temporalidades distintas coexistindo no mesmo espaço presente, a configuração da segregação é poligenética, podendo os três modelos de segregação apresentar-se na estruturação da cidade (CORRÊA, 2013). Para Corrêa (2013), a combinação destes modelos é o modo mais recorrente que se manifesta a segregação residencial, desta maneira um modelo não anularia o outro, e todos seriam modelos ideais.

A segregação espacial trazida à baila com a imposição de valor ao espaço urbano revela-se não só como uma nova ferramenta do capitalismo para facilitar sua

5 Refere-se ao departamento de Sociologia da Universidade de Chicago nos Estados Unidos da América (EUA). Os grupos de pesquisadores deste departamento produziram vastas pesquisas sobre fenômenos sociais no meio urbano.

reprodução e a acumulação de capitais, mas perversamente assevera ainda mais a desigualdade. Impõe não somente lugares longínquos e desprovidos de recursos públicos para moradia, mas também se incumbe de propiciar aos menos favorecidos condições inóspitas de sobrevivência, inclusive contribuindo para a dificuldade no acesso aos alimentos.

1.2 OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E O ACESSO A ALIMENTAÇÃO

Não obstante, ao discutido no tópico anterior, percebe-se na literatura que a temática da periferização tem se constituído, em discussão que se relaciona a própria compreensão de outro tema: a pobreza. As áreas segregadas e pobres são por excelência palco de uma modalidade diferente de economia, a que Santos (1979) denomina como circuito inferior da economia urbana nos países subdesenvolvidos.

A intensificação dos processos de urbanização dos países subdesenvolvidos, em meados do século XX, foi impulsionada principalmente pela internacionalização do capital, com a presença da indústria e a consequente modernização de determinadas parcelas de sua atividade, culminando na formação de grandes metrópoles. Estas seguiram como tendência a formação de macrocefalias urbanas, ou seja, processos de crescimento demasiadamente concentrado fruto do progresso tecnológico. Entretanto, estas localidades alvos da acumulação capitalista preservaram características como a limitação da capacidade empregatícia e a proliferação da pobreza em dadas localidades (SANTOS, 2009).

A ideia do crescimento econômico que primou pela modernização tecnológica, é o que Santos (2009) atribui como agravante da pobreza nos países subdesenvolvidos. A mobilidade do capital e das empresas estrangeiras que impulsionam a modernização tecnológica promove a desterritorialização num viés econômico nos termos de Haesbaert (2004), que culmina na diminuição do capital doméstico e no consequente aumento da pobreza e suas formas reterritorialização nas cidades.

Segundo Santos (1979), este novo cenário urbano e econômico que se redesenhava nos países subdesenvolvidos, apresenta uma nova lógica própria do “desenvolvimento”, pela qual não caberiam adaptações explicativas orientadas aos

fenômenos urbanos de países desenvolvidos. Santos (1979) argumenta que a condição dos países subdesenvolvidos não se compara a dos países reconhecidos como mais avançados antes de sua industrialização. Isso se deve ao fato que a economia desses últimos não era dependente e desequilibrada como ocorre com os países subdesenvolvidos, mas sim integradas e autocentradas.

A maneira a-histórica e etapista como a de Rostow (1974), que tem como postulado que o terceiro mundo é “um mundo em desenvolvimento”, em uma situação de transição para o que são hoje os países desenvolvidos, é duramente criticada por Santos (1979). Ele considera que a dimensão histórica aliada a especificidade do espaço se constitui como forma mais justa de análise do que a visão comparativa: “não se trata de um mundo em desenvolvimento, mas de um mundo subdesenvolvido com suas características próprias e seus mecanismos fundamentais” (SANTOS, 1979, p.14).

A superação da pobreza nos países subdesenvolvidos não foi possível a partir do método etapista de desenvolvimento, pois como aponta Sarmento (2008, p.01) sobre a obra de Rostow (1974) “(...) alguns críticos deram a sua obra o rótulo de receituário simplista, destinado a doutrinação das economias capitalistas pobres (...)”. Sua proposta de concentrar os recursos no setor moderno, principalmente na indústria, não garantiu a diminuição da desigualdade e da proliferação de produção de baixa produtividade, bem como a pobreza persistiu nas cidades (MARINA, 2011).

Em contrapartida a esta visão convencional de desenvolvimento, que fora muito difundida principalmente nos anos de 1950 e 1960, a proposta ao desenvolvimento de Santos (1979) leva em consideração as especificidades de espaços situados em países subdesenvolvidos. Sua abordagem parte de e para os países subdesenvolvidos. Para o autor, ao invés da orientação de canalizar os investimentos no setor moderno, utiliza-se destes para fortalecer o setor “não-moderno” com a intencionalidade de favorecer a produção local.

Tal orientação sobre o espaço urbano no Terceiro Mundo atende ao campo de suas especificidades e de sua organização derivada principalmente de interesses externos na escala global. As múltiplas influências oriundas de diferentes níveis de decisão tornam a organização espacial altamente seletiva nos níveis econômico e social. Seletividade motivada pelas forças de transformação capitalista e que se concentram em determinadas localidades, apresentando inércia à difusão. Este

cenário acarreta, contrariamente ao que ocorre nos países desenvolvidos, uma organização espacial desintegrada e geradora de pobreza (SANTOS, 1979).

Enfim, o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda da sociedade, que se exprimem, ao nível regional, por uma tendência a hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda é também função da localização do indivíduo, o qual determina por sua vez, a situação de cada um como produtor e consumidor. (SANTOS, 1979,p.15).

A seletividade do espaço geográfico no nível econômico e social origina o que Santos (1979) denomina como circuitos superior e inferior da economia urbana nos países subdesenvolvidos. As desigualdades de renda entre os cidadãos, cria na sociedade urbana um conjunto de diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. Estas diferenças são a fonte da manutenção dos dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, onde as diferenças fundamentam-se em:

O circuito que se beneficia da modernização tecnológica, e o outro que é resultado da mesma modernização, mas de forma indireta e que se beneficia parcialmente ou não se beneficia dos progressos técnicos (SANTOS, 1979, p. 29).

O circuito superior desempenha atividades consideradas modernas, ligadas ao capital hegemônico, as populações ligadas a este circuito pertencem em síntese às classes médias e altas. Já as atividades do circuito inferior são aquelas consideradas “não-modernas”, da qual as populações ligadas a ela tanto na produção quanto no consumo são do substrato social pobre. As atividades urbanas e as populações a elas ligadas variam conforme o grau de tecnologia, organização e capital. Quando os níveis são altos, pertencem ao circuito superior, quando são baixos, ao circuito inferior (SANTOS, 1979).

Em síntese, o circuito superior é constituído “[...] pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores”. Ao contrário, o circuito inferior:

[...] é constituído essencialmente por formas de fabricação não-capital intensivo, pelos serviços não modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão (SANTOS, 1979, p. 31).

Segundo Sposito (2000), nas cidades dos anos de 1960 e 70, época da conceituação dos circuitos realizada por Santos, era mais nítido identificar as diferenças entre os dois circuitos. Para o autor, atualmente encontram-se dificuldades em sua identificação de maneira clara e objetiva, pois aumentaram a interpenetração das atividades entre ambos os circuitos. Um exemplo que pode ser citado é o uso de cartões de crédito nos pequenos comércios do circuito inferior, uma forma moderna de compra em empreendimentos “não modernos”.

Apesar de apontar para a necessidade de atualização da teoria dos circuitos de Santos, Sposito (2000) afirma que a mesma continua atualizada ao se tratar da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Para o autor, a teoria de Santos ainda não foi esgotada, muito menos superada e que, no atual momento ainda não teria sido estabelecida graças a pouca participação dos geógrafos brasileiros em aplicá-la. Sposito nota que “a teoria foi mais esquecida que debatida, foi mais abandonada do que superada” (SPOSITO, 2000,p.50).

A teoria dos circuitos de Santos (1979) é herdeira da análise dualista entre o moderno e o tradicional, entretanto o autor busca superar esta dicotomia, visando dar inteligibilidade às inter-relações presentes entre as duas modalidades. (MARINA, 2011). A análise dualista, que trata os circuitos como pretensamente separados é limitada, pois ambos estabelecem relações de complementaridade e concorrência, possuem também a mesma origem, a modernização tecnológica. Todavia, o circuito inferior aparece como habitual dependente do circuito superior (SANTOS, 1979).

A lógica capitalista concentracionista que gera os circuitos da economia apresentados por Santos (1979), também serve de inspiração a Cunha (1998) quando, ao analisar elementos da Geografia econômica contemporânea, defende que há movimento apontando para uma tensão entre a lógica concentracionista clássica do capitalismo e as possibilidades de uma nova lógica de dispersão da economia contemporânea, marcada pelos padrões de inovação da terceira revolução tecnológica que não para de evoluir. Sua proposta se aproxima a Santos, quando argumenta em favor das potencialidades do circuito inferior, chamados por Cunha de pequena economia, como uma economia do local. Entretanto, Cunha

(1998) amplia as possibilidades de análise, identificando as potencialidades do processo de dispersão para além do urbano, em uma análise que integra o campo e a cidade, quando identifica um movimento ainda tênue de ruralização, como uma espécie de antítese da urbanização, como contrários de um movimento dialético.

Entende-se que o sistema capitalista sofra mutações durante suas fases de desenvolvimento, acarretando em uma incessantemente alteração das paisagens a partir das novas lógicas vigente, gerando consequentemente diferentes configurações socioespaciais. O capitalismo tradicional fundou-se na lógica concentracionista e monopolista, derivando em uma economia de concentração. Esta economia é formatada principalmente para atender as demandas de mercados amplos e densos, ou seja, o padrão de economia de grandes escalas (CUNHA,1998). Os padrões da economia concentracionista das grandes escalas fornecem os fundamentos socioespaciais de organização da espacialidade dessa grande economia tradicional:

A espacialidade tradicional do capitalismo é aquela das concentrações espaciais do capital e do trabalho, dos desequilíbrios regionais, das migrações desterritorializantes, da degradação socioambiental das periferias das cidades, do urbanismo segregador, da involução das pequenas cidades, da modernização predatória do campo, e é assentada nela que se reproduz o sistema (CUNHA, 1998, p.100).

Para Cunha (1998), o capitalismo contemporâneo está se desenvolvendo no sentido de ampliar o desenvolvimento de outra economia, uma economia que sempre coexistiu com a economia tradicional, mas de maneira complementar e subjugada, a economia de dispersão. Essa economia se assemelha a economia do circuito inferior (CI) de Santos (1979), uma economia voltada a mercados restritos, locais e regionais, os quais são pouco densos e rarefeitos pelo pequeno número de consumidores. Cunha (1998) compreende que esta economia de dispersão, que continua centrada em aglomerações urbanas, incorpora seu entorno rural, pois a dicotomia rural-urbano torna-se cada dia menos marcantes pela integração entre esses espaços, chegando-se a uma visão territorial que é mais rica para abordar a questão do desenvolvimento local e regional.

A preocupação é para que as conquistas no urbano não gerem problemas no rural, mas sim que a vitória de uma amenize a luta no outro. Desta forma, a proposta de desenvolvimento voltada às economias de dispersão avaliadas por Cunha (1998), pressupõe uma integração entre o urbano e o rural. O autor também

defende os benefícios entre a integração da pequena e grande economia, pois considera estas como complementares e não como concorrentes, podendo a grande economia melhorar com o desenvolvimento da pequena.

Assim, a pequena economia, dispersa, movida pelos mercados restritos e rarefeitos, poderia absorver uma grande parcela dos excluídos, melhorando o clássico problema da demanda, da grande economia. A população vinculada a economia de dispersão poderá integrar-se pelo consumo, só para ficarmos com a visão econômica do fenômeno. Acredita-se que as possibilidades de desenvolvimento desta economia tornará viável empreendimentos econômicos em pequenas e médias cidades como também no campo (CUNHA, 1998, p. 104)

A problemática em torno da relação entre o urbano e o rural não escapou de Castro (1946) em sua análise sobre a fome no Brasil. O mesmo alertava as prerrogativas prejudiciais que acarretam a fome no padrão de desenvolvimento concentracionista com foco privilegiado no urbano. Isso o levou a intitular seu livro “Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço”. Segundo ele, os desequilíbrios entre urbano e rural vinculados a uma economia concentracionista inviabilizaria o equacionamento do combate à fome.

A atual fase capitalista pautada na (re) construção do espaço geográfico a partir da revolução técnica-científica-informacional (SANTOS, 2000), possibilitaria a partir de seus avanços tecnológicos, principalmente os relacionados a comunicação, a recoopção espacial das regiões outrora consideradas marginais, ou nas palavras de Santos, (1993) “espaços letárgicos” do processo de acumulação capitalista. O maior alcance espacial da modernização viabilizaria um novo projeto espacial, não mais orientado pela lógica concentracionista, mas baseado na dispersão, o que diminuiria as vantagens de aglomeração e tornariam anacrônicas as concentrações urbanas. Tal diminuição do crescimento relativo das grandes cidades se constitui num fenômeno também já evidenciado por Santos (1993).

A defesa de que a economia do local, da micro-espacialidade, apresente melhor desempenho em humanizar a economia, criando trabalho e oportunidades de auto-emprego é lúdica e esperançosa. Entretanto, o que se evidencia na Vila pesquisada é o acirramento da pauperização da qualidade de vida das pessoas enquadradas nas pequenas economias, sejam enquanto trabalhadores e/ou consumidores.

1.2.1 Os circuitos da economia e a rede de centralidades urbanas

As atividades dos circuitos da economia urbana atendem também as especificidades das redes de localidades centrais, onde a complexa hierarquia de localidades centrais contribuem para a diferenciação do consumo entre as classes sociais. Corrêa (1988) analisa a questão amparando-se na teoria de Cristaller (1966), publicada inicialmente em 1933. Segundo o autor, esta rede atuaria conforme o princípio de mercado, em que se apresentam enquanto lugares de importância na distribuição de produtos industrializados e serviços, ou seja, enquanto localidades centrais.

As cidades a partir da teoria de Cristaller (1966) não seriam apenas simples entidades individuais, mas sim atenderiam a um sistema de cidades altamente hierarquizado. A hierarquização das atividades das cidades é expressa espacialmente em níveis estratificados de localidades centrais, onde os mecanismos determinantes de suas ações territoriais são expressos pelo alcance espacial máximo e o alcance espacial mínimo.

O alcance espacial máximo é a área determinada por um raio a partir de uma dada localidade central. Dentro dessa área os consumidores efetivamente deslocam-se para a localidade central, visando à obtenção de bens e serviços. Para além dela, deslocam-se para outros centros que lhes estão mais próximos, implicando, assim, em menores custos de transporte ou em menor tempo gasto. O alcance espacial mínimo, por outro lado, compreende a área em torno de uma localidade central, que engloba o mínimo de consumidores suficientes, para que um dado comerciante nela se instale (CORRÊA, 1988, p. 69).

O grau de importância dos empreendimentos de localidades centrais máximas e mínimas varia conforme a disponibilidade de renda e mobilidade da população. O alcance espacial máximo depende, em grande parte, das possibilidades de transporte, nas localidades em que estas existirem de maneira eficiente e a um baixo preço, o alcance espacial máximo é ampliado e o mínimo reduzido. Já quando o contexto apresenta alto custo e/ou ineficiência dos transportes, diminuindo o potencial de mobilidade da população, como também um baixo poder aquisitivo desta, o alcance espacial mínimo se sobressai ao alcance espacial máximo. (CORRÊA, 1988).

A renda limitada, por sua vez, faz com que se amplie o número de consumidores para se justificar um empreendimento de alcance máximo. Já os de alcance mínimo, não necessitam de muita demanda para se instalarem e possuem foco no local, logo, ficam próximos de seus clientes (CORRÊA, 1988).

Essa discussão pode ser aplicada ao abastecimento de alimentos na cidade de Ponta Grossa, por exemplo. Como empreendimentos de localidade máxima pode-se elencar os super e hipermercados modernos, e como de localidade mínima, os minimercados e mercearias.

Quais destes empreendimentos possuem maior volume de venda na cidade, e conseqüentemente maior importância no abastecimento de alimentos? Infelizmente, não há como responder a esta pergunta, pois a ausência de dados, principalmente quando referentes a pequenas mercearias o inviabiliza, sendo necessário um esforço de coleta de dados de dimensão incompatível com este momento. No item 3.1, entretanto, buscou-se fazer uma tentativa de responder a esta pergunta a partir dos dados de capital social de empreendimentos de venda de alimentos para consumo na residência, especificados no Conselho Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) como supermercados, hipermercados e minimercados e mercearias na cidade de Ponta Grossa.

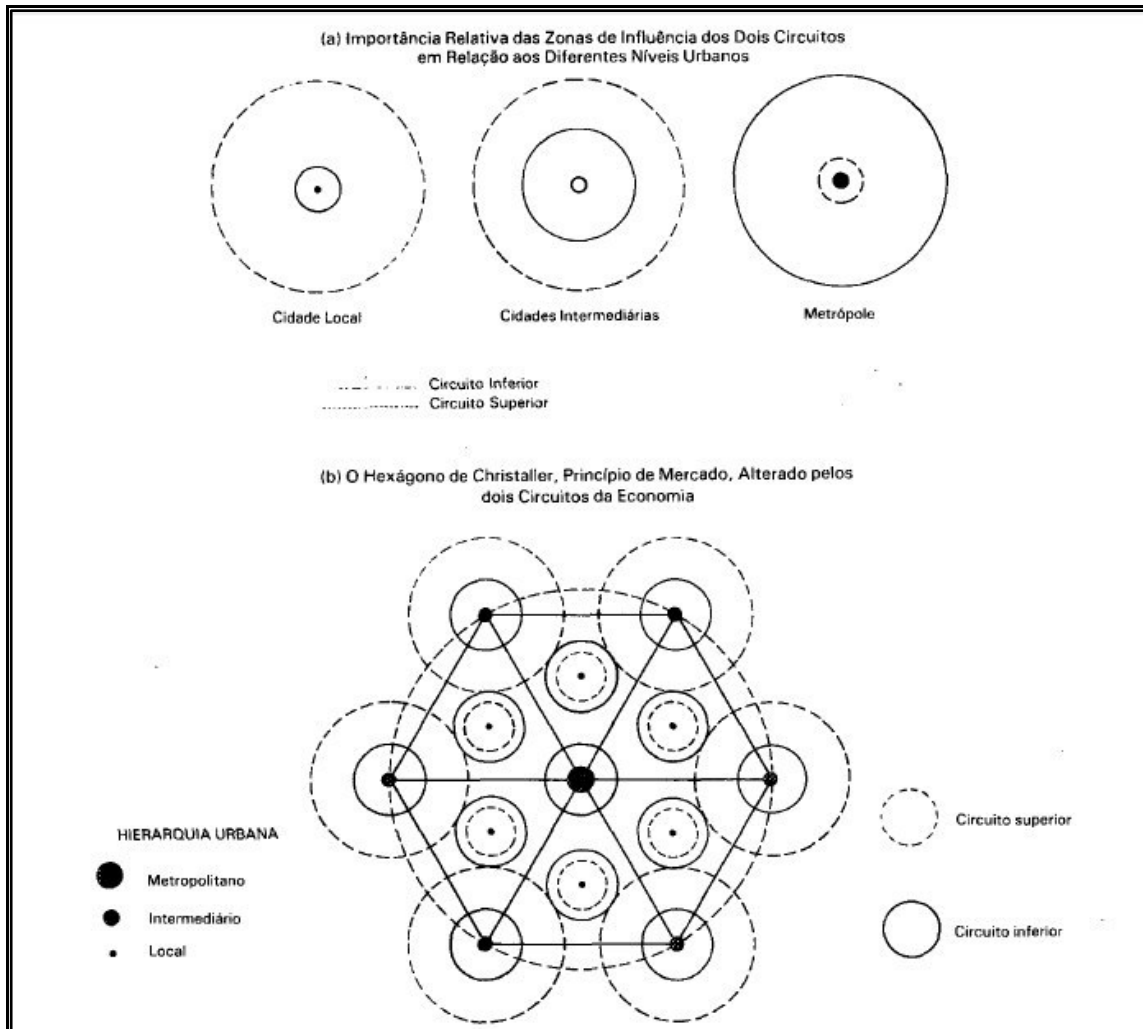
A desigualdade de renda nos países emergentes faz com que a maioria da população tenha baixa renda, tornando necessário um elevado número de pessoas para se justificar a demanda de um empreendimento moderno. Para que esse seja justificado, necessita-se de uma vasta área que, em muitos casos, ultrapassa o alcance máximo da cidade. Nesse sentido, o alcance espacial máximo no circuito superior assume grande extensão, ocorrendo tanto na metrópole, quanto nas cidades intermediárias. A cidade local, via de regra, não possui uma localidade central capaz de desempenhar funções ligadas a este circuito (CORRÊA, 1988).

É o circuito superior que estabelece relações com sua área de influência, área a qual muitas vezes não é espacialmente contínua. O circuito inferior é voltado para a sobrevivência da população a partir dos recursos da localidade e não é estruturada para interação entre as centralidades.

Em suas interações, resumidamente, entende-se que na cidade local o circuito inferior atue efetivamente, enquanto que na metrópole o superior é fator predominante. Nas cidades intermediárias as centralidades são expressas por

ambos os circuitos variando entre eles o grau de representatividade. O esquema elaborado por Corrêa (1988) ilustra esta interação:

FIGURA 1 – Os dois circuitos da economia e a rede de centros urbanos



Fonte: Corrêa, 1988, p. 78.

A relação de cada circuito com cada centro, de acordo com a proposta de Corrêa (1988), sugere estabelecer uma visão complementar e não excludente da teoria das localidades centrais. Assim, apresenta-se como possibilidade teórico-metodológica articular o princípio de mercado sugerido por Cristaller (1966) com a teoria dos circuitos da economia proposta por Santos (1979). Para Corrêa (1988, p. 77) "(...) sem excluir a teoria das localidades centrais, a contribuição de Santos, na realidade, ultrapassa-a, enriquecendo-a".

Em outro estudo sobre o tema, Corrêa (1977) analisa o comportamento dos consumidores segundo seu status socioeconômico e acesso a determinadas centralidades. Analisando o comportamento espacial dos consumidores, o autor

constatou que o poder aquisitivo das populações de altos e médios status viabilizava seus deslocamentos à procura de bens e serviços em localidades centrais de maior nível hierárquico, como as capitais sub-regionais e a capital regional. Já o trabalhador mal remunerado ou com trabalho irregular, ocupados frequentemente no circuito inferior, dispõe apenas de condições de comprar ou utilizar somente os produtos oferecidos na localidade em que vivem.

A partir dessas reflexões, Corrêa (1977) buscou demonstrar que a hierarquia de redes urbanas existe somente para a população que pode pagar por sua mobilidade. A limitada mobilidade espacial das populações de baixa renda contribui para que estes utilizem apenas os centros locais para satisfação da sua reduzida demanda. Efetivamente, para a população de baixa renda não existe uma hierarquia urbana. Neste sentido, a rede urbana atende de diferentes modos aos dois circuitos da economia expressos por Santos (1979).

Para a comprovação desta proposição, Corrêa (1988) citando Freire, Sant' Anna, Teixeira e Corrêa (1978), realizaram uma pesquisa teste no município de Araruama – RJ, uma pequena localidade central de baixo nível hierárquico. Entre outros resultados, constataram no quesito alimentação determinantes que são similares aos explorados na presente pesquisa.

Em relação aos produtos alimentares básicos - arroz, feijão, óleo comestível, farinha de mandioca, sal, açúcar e café -, a Vila era o lugar preponderante de compra para todos os níveis de renda. Contudo, a população de baixo nível de renda comprava somente nos "armazéns" da Vila, enquanto os dois outros grupos deslocavam-se para Araruama, Niterói e Rio de Janeiro, onde compravam em modernos supermercados (CORRÊA, 1988, p. 80).

Desse modo, entende-se que a rede de localidades centrais cumpre simultaneamente e de maneira complementar duas facetas fundamentais da totalidade social, “de um lado constituir-se em um meio para o processo de acumulação capitalista, e de outro, constitui-se em um meio para a reprodução das classes sociais” (CORRÊA, 1982, p. 57). A diferenciação no consumo das diferentes classes sociais atendem a esta ampla e complexa estrutura territorial encarregada de drenar os recursos econômicos.

Essa rede serve em dois planos diferenciados os grupos sociais, um serve os de altos e médios status e outro os grupos sociais de baixo status (CORRÊA, 1982). Esta diferenciação por sua vez aparece também como fruto da localização

diferenciada das classes sociais, ou seja, como fruto da segregação socioespacial. Ao que as bibliografias indicam este plano do consumo/produção encarregado de atender a população de baixo status é o circuito inferior.

A teoria apresentada por Corrêa sobre a hierarquia de redes urbanas conta nos dias atuais com outras condicionalidades, como a compra via internet. Esta nova forma de compra rompe com a teoria do autor por não atender a hierarquia de centralidades, pois muitas empresas oferecem o serviço de entrega em todo território nacional. Entretanto, entende-se que para a dinâmica de aquisição de alimentos esta não seja a prática mais recorrente, bem como o acesso a internet e as práticas de realização de compras pela mesma ainda é um fenômeno recente no país. Sendo assim, entende-se que a dinâmica do consumo não se encerra na teoria apresentada por Corrêa, mas sim que a mesma ocorra concomitantemente com outras modalidades de consumo que não atendem a hierarquia de centralidades.

1.2.2 O circuito inferior da economia urbana e o acesso a alimentação

Apesar de se considerar que ambos os circuitos são frutos de suas inter-relações em diferentes escalas, a pesquisa desdobra-se com mais afinco sobre o circuito inferior, por considerar que o cenário formado por esse apresenta relações mais diretas com a questão da fome urbana. Não se pensa que a economia da periferia urbana represente o circuito inferior, pois este é um fenômeno muito mais amplo e não delimitado geograficamente. Todavia, muitas de suas características apresentam-se nas economias das periferias urbanas.

O circuito inferior é fruto da concentração da ação conjugada do Estado, que concentra a riqueza da nação no fornecimento de infraestruturas para o setor moderno, e do circuito superior, beneficiário da ação do Estado e concentrador de renda. O circuito inferior é resultado da ação indireta do processo modernizador, fruto das ações desempenhadas pelos agentes hegemônicos, responsáveis por uma distribuição de renda cada vez mais injusta e espacialmente concentrada, que força uma diminuição da capacidade de consumo das massas. A demasiada concentração de capital nos setores modernos do circuito superior impede os investimentos no circuito inferior, fazendo com que a queda das rendas das pessoas ocupadas neste último aumente (SANTOS, 1979).

Sem muitas possibilidades de participar de uma economia moderna, a população de baixa renda consegue produzir e consumir por intermédio da economia do circuito inferior, a qual não se pode chamar de tradicional porque também é fruto do mesmo processo modernizador. Pois, “toda a economia e sociedade estão penetradas por elementos de modernização, se bem que em diferentes níveis quantitativos e qualitativos.” (SANTOS, 2009, p.15). Assim, a economia do circuito inferior está intimamente relacionada com o local, enquanto a economia moderna está frequentemente preocupada com o global. Suas diferenças em repercussões espaciais se evidenciam a partir de sua capacidade de macro-organização espacial, sendo o circuito superior capaz de realizar e o circuito inferior não (SANTOS, 1979).

O uso do território pelos dois circuitos atende a diferentes objetivos. O circuito superior atua como agente hegemônico e utiliza-se do território para obtenção de recursos, visando a geração de lucro e a permanência de seu poder. O circuito inferior, caracterizado como agente não hegemônico, utiliza-se do território como abrigo, sempre se adaptando ao meio geográfico local afim da garantia da sobrevivência (SANTOS, 1997).

A economia do circuito inferior é composta por atividades de pequena dimensão, é criada como forma de sobrevivência para grande parte da população. Ela corresponde a pequena produção manufatureira, comumente artesanal, assim como ao pequeno comércio e a uma variedade de serviços de toda espécie. Por não demandar, na maioria das vezes, de qualificação profissional, a entrada no mercado de trabalho do circuito inferior é via de regra mais facilitada (SANTOS, 1979).

O circuito inferior constitui uma forma de abrigo, de sobrevivência, dos cidadãos carentes de capital e qualificação profissional. Esta forma de sobrevivência encontra seus recursos no próprio local. Este aspecto também é abordado por Santos (1979, p.154) ao defender que “pobreza e circuito inferior aparecem com relações de causa e efeito inegáveis”.

Enquanto no circuito superior a concentração de capital é o essencial, no circuito inferior é o trabalho, haja vista, que este assegura a sobrevivência das famílias de baixa renda. O emprego no circuito inferior se define pelo trabalho mal remunerado e o trabalho instável ou temporário.

O processo de industrialização ocorrido nos países emergentes, apesar de atrair um grande coeficiente de capital e um considerável contingente de pessoas

ocupadas, não é capaz de fornecer empregos suficientes. Diferente do que ocorrerá nos países desenvolvidos quando seu processo de industrialização, nos países em desenvolvimento formou-se um grande contingente de mão-de-obra não utilizada pela transformação modernizadora. Estas circunstâncias fizeram com que desde o início de sua modernização, as cidades formassem um setor terciário mais importante do que o secundário (SANTOS, 1979).

A terceirização tornou-se a fonte de emprego para essa população empobrecida que raramente pode consumir ou trabalhar no circuito moderno. Estes construíram um terciário de outra natureza, ou como prefere Santos (1979), um terciário “refúgio”.

Este terciário “refúgio” traz como característica o principal subsistema do circuito inferior, o comércio. O comércio no circuito inferior é caracterizado por sua íntima relação com o local, e possui um número muito grande de empreendimentos de pequena dimensão.

Vennetier (1969) citado por Santos (1979), afirma ter se espantado com a densidade da pulverização de comércios nos países subdesenvolvidos, levando a dizer que “tem tantos comércios que dá a impressão as vezes que todo mundo tem alguma coisa para vender” (1979, p.168). Esta pulverização do comércio é resultado do contexto socioeconômico e geográfico, uma característica própria do circuito inferior e que têm na pobreza e na segregação socioespacial sua força motriz.

Contudo, uma tal pulverização das atividades de comércio tem explicações geográficas e sócio-econômicas. De um lado, os habitantes dos bairros pobres compram no local; o preço dos transportes não lhes permite ter acesso ao comércio moderno, frequentemente situado nos centros das cidades ou nos seus arredores. A densidade e distribuição das lojas estão calcadas nas possibilidades de deslocamento a pé da clientela. De outro lado, a dimensão dos comércios é uma adaptação a um consumo pequeno e irregular. A venda a micro varejo permite ao cliente pobre, que só dispõe de magras rendas no dia-a-dia, abastecer-se em pequenas quantidades. Mas, é sobretudo o crédito, mais difundidos em certas zonas residenciais que no centro, que permite a vida do pequeno comércio. (SANTOS, 1979, p. 168).

O elevado número de pequenos comércios atende as características dos cidadãos pobres enquanto produtores e consumidores. Esse contexto que entrelaça o comércio no circuito inferior e sua relação com a segregação socioespacial é objeto que defendido no presente trabalho como agravante da fome urbana.

A pulverização de comércios atende a uma lógica de consumo, em que pese principalmente o acesso a pé dos clientes, normalmente pessoas em seus espaços de vizinhança. Esses comércios são adaptados à realidade local, onde a renda é baixa e instável, a qual não comporta a realização de grandes compras. Esta população de renda oscilante e baixa tem por característica comprar pouco, mas comprar todos os dias. (SANTOS, 1979).

Estes estabelecimentos comerciais geralmente apresentam pouco espaço físico, muitas vezes ocorrem nas próprias residências, o que constitui para os comerciantes uma economia de dinheiro e tempo. Esses comércios estão prontos a atender o fracionamento na compra por parte dos clientes, abastecendo-se em pequenas quantidades todos os dias, para garantir uma diversidade de estoque num pequeno espaço físico. Desta maneira, o comerciante só estoca o que pode vender ou estocar, tendo em vista que na maioria das vezes não estão preparados para conservar os gêneros perecíveis.

A pulverização dos comércios também dissolve suas possibilidades de acumulação de capital. O dinheiro no circuito inferior circula rápido entre os inúmeros intermediários, impedindo sua concentração. Seu objetivo é garantir a sobrevivência da família e não a acumulação. Não sendo os ganhos elevados, muitas vezes os comerciantes acabam trabalhando por longas horas com o objetivo de garantir o sustento da família (SANTOS, 1979).

É característica do circuito inferior a grande margem de lucro por produto e uma baixa margem de lucro global. Por venderem pouco e muitas vezes a crédito, os comerciantes tem que elevar o lucro por unidade, entretanto o lucro global continua relativamente pequeno (SANTOS, 1979). Estas circunstâncias fazem asseverar para os consumidores do circuito inferior a intensa exploração do consumo defendida por Soja (1993).

O grande número de intermediários e o fracionamento da mercadoria contribuem também para esse acréscimo dos preços, segundo Santos (1979, p. 191) “o fracionamento da mercadoria provoca uma majoração espantosa dos preços a varejo para o consumidor da extremidade da cadeia, ou seja, o cliente pobre”. Segundo dados do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE, 2014), a compra de produtos em grandes quantidades possibilita menores gastos, esta economia tem levado muitas pessoas a realizarem suas compras nos atacados.

A auto-subsistência é dificultada nas cidades na medida em que se aumenta a urbanização. Nos espaços urbanos o acesso à alimentação se dá majoritariamente a partir do dinheiro. Segundo Casemiro; Valla e Guimarães 2008, p. 2087 “(...) no contexto urbano, são as relações mercantis que predominam quando se trata de aquisição de alimentos”. Enquanto nas áreas rurais os rendimentos não-monetários⁶ são a segunda principal fonte de renda correspondendo a 20,8% da mesma, nas áreas urbanas corresponde a 14,7% (POF/IBGE 2008-2009).

Não tendo sempre que necessário o dinheiro líquido, *cash*, (segundo a POF/IBGE, 2008-2009, 85% das famílias brasileiras sentem alguma dificuldade para chegar ao final do mês com seus rendimentos) as famílias mais pobres, mesmo aqueles com renda fixa, tem de recorrer frequentemente à usura, ao popular fiado, para “garantir” sua segurança alimentar.

Este cenário tem como resultado um endividamento generalizado da população, entretanto, o mesmo varia muito de tipo conforme a classe social. Enquanto as classes mais abastadas se endividam com maior frequência com despesas ocasionais, os pobres se endividam com despesas correntes, como a alimentação. De modo geral, o comprometimento da renda para com a alimentação tende a diminuir com o aumento das rendas (POF/IBGE, 2008-2009).

O 'fiado', por sua vez, demanda capital social, expresso nas regras de reciprocidade, a qual Putnam (2006), argumenta ser sustentada pela reputação, honestidade e confiabilidade de seus participantes. Tanto o cliente quanto o comerciante têm que honrar com as regras de reciprocidade para que ocorra a confiança mútua da prática do 'fiado'. Pelo fato da compra depender de um contrato social de cunho moral, e não legal, o comerciante depende que o cliente honre com sua dívida; da parte do cliente, ele depende que o comerciante não trapaceie e superfature em sua conta.

No desenrolar da prática do fiado o que está em jogo é o capital social, a “palavra” do indivíduo. A sanção para quem transgredir esse contrato social/moral não é penalizada perante os ditames da lei, mas a partir da exclusão da rede de solidariedade e cooperação (PUTNAM, 2006). Para aqueles que não honrarem com as dívidas existe uma enorme perda de capital social que afeta para além da relação

6 Segundo o IBGE rendimentos não monetário são: “aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, aquisição obtida através de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado durante os períodos de referência da pesquisa, disponíveis para utilização (POF – IBGE 2008-2009, p.21).

com o credor em questão, pois neste desenrolar “(...) a cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar confiança: confio em você porque confio nela, e ela me garante que confie em você.” (PUTNAM, 2006, p.179). Entende-se que a confiança e conseqüentemente a desconfiança, é algo que se empresta, podendo sua disseminação ser muito grande e os malefícios derivados de sua falta se alastrar a uma miríade de relações socioeconômicas e socioculturais do indivíduo.

Em comunidades pequenas e coesas este tipo de confiança é mais facilmente alcançável, entretanto, em contextos mais amplos e complexos é preciso haver uma forma de confiança mais impessoal ou indireta (PUTNAM, 2006). Na Vila pesquisada existe um grande número de pequenos estabelecimentos comerciais, que mantêm seu comércio muito vinculado com o local e atuam de forma pessoal com seus clientes. Isto é demonstrado quando 53% das pessoas pesquisadas afirmam fazer uso da prática do fiado. Todos realizam o mesmo em pequenos estabelecimentos, evidencia-se que tal prática está vinculada a características socioespaciais, socioeconômicas e culturais próprias de espaços periféricos.

O fiado constitui uma alternativa de crédito para aquelas pessoas que se encontram muitas vezes impossibilitadas a participar do “engessado” sistema do crédito formal. Entretanto, mesmo sendo o fiado uma modalidade de crédito mais flexível, o mesmo não está assegurado a todos, mas sim aqueles que podem honrar com as dívidas e possuírem um bom estoque de capital social que preservem “intacto” o quesito confiança.

Portanto, o fracionamento da mercadoria, o capital social expresso no crédito fiado e a inviabilidade de consumir no mercado moderno traçam a subjetividade do consumo no circuito inferior, entre eles o consumo vinculado à alimentação. A lógica dessa questão se encerra principalmente a uma análise material e não cultural.

Assim, não está em condições de se dirigir ao comércio moderno, em geral implantado longe dos bairros pobres e cujo crédito é reservado as pessoas que podem pagar. Por outro lado, os produtos vendidos no comércio moderno, como os supermercados, por exemplo, são padronizados e indivisíveis e as relações entre os agentes e os clientes são impessoais. Somente o pequeno comércio do circuito inferior está adaptado as condições da clientela pela venda a crédito e pelo fracionamento das mercadorias (LASSERE, 1958, pp. 184-185 apud SANTOS, 1979, p. 189).

Num contexto no qual domina esse padrão, é possível afirmar:

Como Vennetier (1960) observou o comércio varejista ‘responde a uma necessidade econômica; o comprador pode ter 10 francos por dia para obter oito torrões de açúcar, mas não tem 80 francos para comprar um quilo de uma vez’. Não é que a população pobre seja indiferente a noção de preço, como pensam alguns. Seria um erro interpretar esse comportamento pelos dados culturais. Na realidade, trata-se do único tipo de relação econômica possível nas condições de funcionamento da economia urbana pobre (SANTOS, 1979, p. 189).

O circuito inferior tem historicamente desempenhado um importante papel social ao abrigar as populações desvalidas do processo modernizador, como os imigrantes estrangeiros, as populações do campo, entre outros. Contudo, ele acaba agindo como perpetuador da pobreza, coletando os rendimentos populares através de uma vasta gama de intermediários, para concentrar-se posteriormente no circuito superior (SANTOS, 2009).

Para Santos (1979), a solução dos problemas evidenciados nesse cenário só seria possível através da substituição do atual sistema de relações entre os circuitos por outro sistema. Uma relação em que não impere os objetivos econômicos exportados de fora, que não privilegie tendências a concentração econômica e espacial, mas sim um sistema que valorize a economia local e o desenvolvimento socioespacial equitativo em todo o país. As barreiras a serem quebradas parecem ser grandes:

Enquanto a produtividade econômica não ceder lugar a produtividade social, onde o crescimento não teria sentido se não fosse a serviço de todos, a procura do lucro substituída as preocupações com a equidade, o Estado ao invés de favorecer o setor moderno, tirar-se partido deste para fortalecer o não moderno, tirando partido da modernização em prol da maioria da população, realizando um aumento da produtividade per capita no circuito inferior e no campo, assim diminuindo o fosso entre o circuito moderno e o circuito inferior, onde este teria sua natureza e significado mudados. Acarretando por uma melhor distribuição da produção e organização do espaço, aumentando o poder de participação das cidades intermediárias e locais (SANTOS, 1979, p. 291).

A análise do consumo no circuito inferior leva a entender que o consumidor pobre é injustamente punido, pois tem que comprar, na extremidade da cadeia de intermediários. Por não possuir uma renda satisfatória e residir muitas vezes em espaços segregados entre outros determinantes, tem que desembolsar relativamente mais por sua subsistência.

Para Peet (1982), cada grupo social teria um “prisma” diário de diferentes tamanhos onde se movimenta, e no qual, principalmente para as classes sociais

mais pobres, se converteria numa prisão, sob o ponto de vista de espaços e recursos. A “prisão” socioespacial nos termos de Peet (1982), contextualizada no consumo do circuito inferior, parece punir os cidadãos pobres também pelo custo de vida. Tanto trabalhar quanto consumir no circuito inferior apresenta-se como agravante da pobreza, e inclui-se aqui, o agravante da fome.

Não há dúvida que a fome está condicionada ao acesso a alimentação. Nessa esteira, percebe-se a instauração de um ciclo de pobreza em que o cidadão cumpre uma fatigante jornada de trabalho, muitas vezes no mercado informal que permeia este circuito inferior, e mesmo com baixa remuneração se vê obrigado a fazer frente aos preços mais altos que transitam neste mercado.

1.3 ESPAÇO URBANO E FOME

Castro (1959) afirma que a fome e a pobreza não são indispensáveis ao equilíbrio do mundo, e que a manutenção deste pauperismo alimentar aos quais as populações mais pobres estão submetidas, é mais perigosa para o futuro da humanidade do que o advento da bomba atômica. Segundo o autor, foram estes mecanismos que entregaram o Japão ao fascismo e a velha Europa ao nazismo.

O desnecessário sofrimento da população faminta do mundo (uma em cada sete pessoas no mundo passam fome segundo estudo da FAO realizado em 2012), é apontado por Castro (1959) como o ponto mais vulnerável dos interesses das grandes potências econômicas. Para Castro (1959), a fome, a pior manifestação da pobreza, é a causa fundamental da revolta dos asiáticos contra as potências européias “(...) revolta que não poderá ser estancada com bombas e canhões enquanto estes pobres acreditarem que sua fome e pobreza são sofrimentos desnecessários” (CASTRO, 1959, p. 534). Segundo o autor, o fenômeno da fome não é algo intrínseco ao homem e nem corresponde a alguma lei natural.

(...) os antropologistas já apresentam abundante documentação provando que, entre os achados paleontológicos dos grupos humanos mais primitivos, não se encontram instrumentos e nem sinais da guerra organizada; tampouco se evidenciam, nos esqueletos fossilizados desses grupos primitivos, sinais de carências alimentares. Já nos grupos mais adiantados, os esqueletos trazem, gravadas, as marcas de várias carências alimentares – sinais biológicos da fome. Conclui-se daí que a fome e a guerra só surgiram depois que o homem alcançou um grau de cultura em que começou a acumular reservas e a estabelecer fronteiras defensivas de suas riquezas acumuladas, isto é, quando começaram as dificuldades pelo homem quanto à distribuição das riquezas naturais. (CASTRO, 1959, p. 63).

Observa-se nesta passagem a estreita relação entre o fenômeno da fome e o surgimento dos territórios (considerado aqui em sua esfera política, materialista). Os problemas de produção e distribuição dos alimentos se intensificaram na cultura moderna civilizatória, com a respectiva limitação espacial e sedentarização do homem, o que acarretou no aumento do tipo hoje mais comum de fome, a fome oculta ou específica (CASTRO, 1959).

Na época em que Josué de Castro realizou seus estudos para escrever “Geografia da Fome”, em meados de 1932 e 1946, o Brasil era majoritariamente rural, porém encontrava-se em um processo crescente e em certos pontos desordenado de industrialização e urbanização. Assim sendo, Castro (1946) aponta

como tema central em seu livro “o dilema brasileiro pão ou aço?” em resposta ao desenvolvimento voltado mais a industrialização e pouco ou nada à agricultura. Dessa forma, o desenvolvimento seria estrangulado pelo atraso da agricultura e, cabendo a toda sorte às populações urbanas problemas de abastecimento de alimentos. Sendo assim, a urbanização é vista como um elemento a acentuar a insegurança alimentar nacional:

Consequência dessa centralização absurda [centralização do poder político em âmbito federal] e da política de fachada da República foi o quase abandono do campo e o surto de urbanização que se processou entre nós a partir dos fins do século passado. Urbanização que não encontrando no país nenhuma civilização rural bem enraizada, veio acentuar de maneira alarmante a nossa deficiência alimentar. (...) Entre nós o desequilíbrio [entre campo e cidade] se deu acentuando males sempre existentes desde o dia em que os primeiros aventureiros europeus, financiados em grande parte pelo capital judaico, resolveram criar nessas terras de América a indústria do ‘fique rico depressa’ para uns e que foi ao mesmo tempo a ‘indústria da fome’ para outros. (CASTRO, 1948, p. 295-296 apud JUNIOR, 2008, p. 88).

Sobre o desenvolvimento geográfico desigual, é notável a preocupação de Castro (1946) a respeito do rural – urbano processo este realizado a fim de atender as contraditórias lógicas capitalistas de formação e reformação das paisagens. E sobre o contexto histórico geográfico da época os interesses urbanos - industriais eram soberanos. O Brasil sacrificou os níveis de vida da população em prol de industrializar-se.

A ocorrência do êxodo rural não significaria melhores condições de vida às populações, pois a fome também os acompanharia à cidade. É evidente que os condicionantes da fome no campo e na cidade são diferenciados, bem como os são suas estratégias de sobrevivência. Com o desenvolvimento crescente da urbanização, a economia torna-se cada vez mais monetarizada e o acesso aos alimentos cada vez mais dependentes do dinheiro. Casemiro; Valla e Guimarães (2008) apontam a escassez dos meios de sobrevivência no espaço urbano:

Em áreas urbanas metropolitanas, são mais evidentes os sinais de uma nova pobreza caracterizada pelo desemprego crescente e precarização das relações de trabalho com suas cruéis consequências: escassez dos meios de sobrevivência, aumento da vulnerabilidade social e a instabilidade e a ausência de garantias nas relações de trabalho. (CASEMIRO; VALLA; GUIMARÃES, 2008, p. 2087).

Das múltiplas implicações que a espacialidade urbana pode aferir sobre o fenômeno da fome, evidenciam-se aqui principalmente as vinculadas à segregação socioespacial e a economia urbana caracterizada a partir do circuito inferior.

Se na atual fase de exploração capitalista o peso maior da retirada da mais valia do trabalhador recai no momento do consumo, como afirma Soja (1993), o mesmo parece ser ainda maior para aqueles que se encontram socioespacialmente segregados, trabalhadores e consumidores ligados mais efetivamente ao circuito inferior.

Os preços mais onerosos dos produtos pagos nas mercearias locais podem limitar o fragilizado poder de compra das famílias pobres e acirrar a possibilidade de uma fome quantitativa⁷. Ocorre que não apenas a fome quantitativa pode incidir nestas famílias, mas também a fome qualitativa.

A fome qualitativa pode ser entendida segundo Castro (1959), por uma alimentação monótona e de baixa qualidade, que através das carências de determinados princípios alimentares, conduzem o organismo a um estado de debilidade e à falta de resistência que o entrega às infecções fatais. Mesmo comendo todos os dias, estes indivíduos podem morrer de fome.

Por despenderem de pouco espaço físico, os pequenos comércios da periferia não podem oferecer uma grande variedade de produtos aos seus clientes. Quando da escolha dos produtos, os comerciantes tendem a optar pelos mais baratos, conseqüentemente mais calóricos e de menor qualidade nutricional. Esta opção de produtos visa atender as preferências de uma clientela com baixo poder de compra.

Segundo resultados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF/IBGE 2008-2009), tem-se observado no Brasil uma grande diminuição da desnutrição e aumento da obesidade principalmente em famílias pobres. Entretanto, não é certo afirmar que este aparente excesso de consumo de alimentos esteja necessariamente relacionado a melhoras quantitativas e qualitativas dos alimentos disponíveis as camadas mais pobres da sociedade. Panigassi (2005) alerta para este equívoco justificando os verdadeiros fatores desta aparente fartura de alimentos para as camadas mais pobres da sociedade.

⁷ A fome quantitativa, aguda ou total é aquela em que a energia consumida no trabalho diário é inferior à quantidade obtida pela alimentação. (CASTRO, 1959).

Aparente porque existe consistência científica de que o ser humano, ante episódios freqüentes de fome, passa a lançar mão de uma série de mecanismos fisiológicos para poupar energia e acumular gordura. A gordura é o grande armazém energético do corpo e a garantia para sobrevivência em tempos de fome. Um antigo estudo sobre a Fome Holandesa durante a Segunda Guerra Mundial mostrou que meninos que haviam sofrido fome na primeira fase da gestação desenvolveram uma capacidade maior de armazenar gordura e mostraram uma incidência mais alta de obesidade aos dezenove anos”. (RAVELLI et al., 1976 apud. PANIGASSI, 2005).

Pode-se observar que, na medida em que o organismo coloca-se em situações de fome, lança-se mão de uma alteração dos mecanismos fisiológicos de conservação de energia e depósito de gordura. Considerando estas afirmativas, Panigassi (2005) pode elucidar as razões pelas quais a mesma constatou em sua tese sobre o “Inquérito populacional sobre a percepção da segurança alimentar intrafamiliar no município de Campinas, SP”, existir na mesma residência, pessoas obesas e desnutridas. Vale lembrar também, que a relação entre valor econômico do alimento e densidade energética é inversamente proporcional, sendo assim, o acúmulo de gorduras pelas camadas economicamente mais carentes se torna facilitada.

Essas elucidações desmistificam a falácia do senso comum de que não há mais fome no Brasil, tendo em vista o sobrepeso encontrado entre as populações pobres. A essência desta forma de alimentação industrializada e altamente calórica está presente na transição nutricional provocada por mudanças sociais, econômicas, demográficas e de saúde que constituem o modo de vida urbano. A coisificação da alimentação, encarada cada vez mais como mercadoria, tratada como insumo para indústria, ao invés de produto *in-natura*, se apresenta como cerne desta questão.

(...) a urbanização e a mudança dos hábitos alimentares da população, cresceu o consumo de produtos industrializados ou semi-preparados. Assim, uma parte cada vez mais importante da produção agrícola acaba por seguir outros circuitos, passando de um bem final de consumo a um insumo para a indústria de alimentos e, daí, para os supermercados e mercearias. (BELIK; GRAZIANO e TAKAGI, 2003, p. 11)

A partir de uma análise do cotidiano da vida urbana, Junior (2008) demonstra a riqueza da alimentação como objeto de pesquisa para a compreensão da relação do homem com a natureza e do homem com a sociedade. A compreensão da alimentação neste contexto não pode ser a de simples instinto biológico da *sacies*, ou da pura luta por seu acesso determinado por fatores de

ordem econômica, mas sim como fenômeno que demanda, em toda ordem, fatores sociais e culturais. Deste modo, alimentação deve ser entendida de maneira holística.

Quanto da vida de um trabalhador de uma grande cidade não se revela em seu café da manhã apressado, em seu almoço realizado em um “*fast-food*”, “*self-service*” ou até mesmo enquanto se desloca de um ponto ao outro da cidade, nos diversos “cafezinhos” que lhe mantém acordado, na sua janta cada vez mais transformada em lanche? Não é difícil perceber que a aceleração da vida cotidiana pode ser lida através da alimentação. (JUNIOR, 2008, p. 24).

Amparada sua crítica pela obra “A vida cotidiana no mundo moderno”, de Lefebvre (1991), Junior (2008) argumenta que a deterioração da alimentação atende a lógica da miséria da vida cotidiana urbana, apresentando tendência a generalização de uma alimentação monótona, homogênea, rápida e pobre de sentido. Assim como Santos (2009) afirma a íntima relação entre pobreza e o urbano, os apontamentos de Junior (2008) e os evidenciados nesta pesquisa apontam para o estreitamento da relação entre o urbano e a fome.

O modo de vida urbano promoveu inúmeras alterações no que diz respeito a alimentação, modificando sua forma de acesso e consumo, influenciando por sua vez o fenômeno da fome. Entre estas alterações cabe aqui destacar o aumento do fenômeno da alimentação fora do domicílio. Segundo dados do POF/IBGE (2002) esta modalidade de consumo representava 24,1% das despesas com alimentação, e no último levantamento de 2008 e 2009 representava 31,1%. Esta modalidade de alimentação é frequentemente mais onerosa do que a realizada no domicílio, e sua lógica também atende as necessidades advindas do modelo hegemônico de vida urbana:

Em muitos países, um dos fenômenos que mais contribuiu para a mudança dos hábitos alimentares da população foi a urbanização acelerada, ocorrida na segunda metade do século XX. O aumento da distância entre o local de moradia e o de trabalho, por exemplo, faz com que seja necessário alimentar-se fora de casa. Outro fator a ser considerado é a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho. Apesar da alimentação dentro do domicílio ainda ser uma responsabilidade feminina em todo o mundo, a sobrecarga dos trabalhos domésticos com as atividades remuneradas provocou a substituição, dentro das casas, das preparações demoradas e difíceis de fazer, por produtos pré-preparados ou prontos para o consumo. Esse movimento foi facilitado, e até mesmo introduzido, pelo maior acesso aos eletrodomésticos que, por sua vez, fazem parte do estilo de vida urbano (BELIK, W; SILIPRANDI, E, 2010, p. 190).

Entende-se que o modo de vida urbano e a estrutura urbana, afeta a alimentação de inúmeras maneiras. As diversas paisagens urbanas apresentam diferentes condicionantes ao ato da alimentação, levando então a se considerar que existam espaços mais promotores e menos promotores da alimentação saudável. Evidencia-se então que existe uma íntima relação entre espaço e fome.

1.3.1 Espaço geográfico e fome

A análise espacial acerca da situação de saúde não se limita a localização dos fenômenos, mas também das possibilidades do espaço geográfico atuar ao mesmo tempo como produto e produtor das distinções ambientais e sociais. A interface sobre espaço e saúde foi incorporada pelas ciências da saúde no sentido de compreender como o ambiente social e físico atua no acesso a saúde. Segundo Faria e Bortolozzi (2009), no Brasil as contribuições dos conceitos de espaço e território elaborados por Milton Santos foram fundamentais nos estudos sobre Geografia da Saúde, pois o autor enfatiza a compreensão do social a partir do espacial.

Josué de Castro (1908-1973) foi pioneiro na análise da interface entre espaço geográfico e saúde, demonstrando que o acesso a alimentação e a ocorrência da fome não se distribuem uniformemente pelo território. Para uma análise mais individualizada sobre espaço e alimentação, o autor regionalizou o território nacional em cinco áreas alimentares: Área da Amazônia; da mata do Nordeste; Sertão do Nordeste; área do Centro Oeste e por fim área do Extremo Sul.

As três primeiras o autor considerava áreas de fome endêmica⁸, ou seja, de fome permanente, e as últimas duas de fome transitórias, chamadas de fome epidêmica. Para o autor a interação do homem com o ambiente natural e social é o que provocava a diferenciação dos espaços alimentares.

A enorme extensão territorial, com seus diferentes tipos de solo e de clima, com seus múltiplos quadros paisagísticos, nos quais vem trabalhando, há séculos, grupos humanos de distintas linhagens étnicas e de diferentes tintas culturais, não podiam permitir que se constituísse, em todo o território nacional, um tipo uniforme de alimentação. O país esta longe de constituir uma só área geográfica alimentar. As várias categorias de recursos naturais e a predominância cultural de determinados grupos que entraram na formação de nossa etnia nas diferentes zonas tinham que condicionar forçosamente uma diferenciação regional dos tipos de dieta (CASTRO, 1946, p. 34).

O autor considera a análise do espaço geográfico central para compreender o estigma da fome, entretanto, o mesmo não se entrega ao determinismo geográfico, que acusava, por exemplo, que a fome no Nordeste brasileiro era resultado das condições climáticas e a aridez do solo. Castro defendia que a fome tem sua origem, principalmente devido a ordem social e econômica estabelecida. A denúncia da fome enquanto uma praga feita pelo homem e não como uma mesquinhez da natureza é defendida por outros pesquisadores do tema como George (1978) e Adas (1993).

Destarte, afasta-se aqui da análise neomalthusiana⁹ que atribui a questão da fome à mesquinhez da natureza, pois“(...) a fome causada pela inclemência da natureza é um acidente excepcional, enquanto a fome como praga feita pelo homem constitui uma condição habitual” (CASTRO, 1959, p. 78). Com o advento de novas tecnologias, a paisagem e também as relações espaço-temporais foram drasticamente transformadas, de tal modo que hoje se sabe “(...) como produzir, transformar, conservar e transportar alimentos satisfatoriamente para toda a população humana (...)” (BATISTA e VIDAL, 2003, p. 40).

A capacidade de o homem alterar o meio não foi seriamente analisada pelos malthusianos, e o impacto do progresso tecnológico sobre a produção de alimentos

8 Castro (1946) considera como áreas de fome as quais pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações de carências no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome).

9 Neomalthusiana refere-se à atualização da teoria de Thomas Malthus, onde a causa da pobreza e da desigualdade social seria a superpopulação do planeta.

foi e vem sendo muito grande. Fazendo uma análise das mudanças da capacidade produtiva desde a chegada dos primeiros europeus à América, os autores Batista e Vidal (2003) constataram que, nos últimos 500 anos, o espaço alimentar foi ampliado 500 vezes, como se um continente inteiro fosse construído a cada ano em termos de produção agropecuária.

Médico de formação, Castro (1908 – 1973) aproxima-se da Geografia para utilizar-se dos seus conceitos e métodos de análise para uma interpretação mais holística sobre o fenômeno da fome. De acordo com o autor, a ciência geográfica por possuir um caráter multidimensional foi a melhor forma que ele encontrou para integrar e correlacionar as inúmeras dimensões do problema da fome.

Procurei um método de estudo que fornecesse a visão mais ampla do problema, uma perspectiva em que as implicações, as influências e as conexões de seus múltiplos fatores naturais e culturais, pudessem tornar-se inteligíveis. E é precisamente esse benefício que traz a aplicação do método geográfico (CASTRO, 1959, p. 22).

As ciências da saúde foram as que mais avançaram no entendimento dos danos físicos e mentais da fome, entretanto, as ciências sociais tem pesquisado muito pouco sobre os danos sociais e culturais da mesma (PANIGASSI, 2005). Há uma percepção nas ciências da saúde sobre os impactos do meio ambiente físico e social sobre o processo saúde-doença. Assim, muitas áreas relacionadas a saúde se preocupassem com os fenômenos de origem socioespacial no entendimento de patologias.

Os potenciais de impacto na saúde que um determinado lugar pode causar incluem mais do que as características físicas, pois espaço e lugar são considerados como um constructo social também (SANTOS, 1997). As particularidades destes lugares podem variar conforme o nível socioeconômico, educacional, herança cultural, capital social entre outros fatores que podem otimizar ou não a saúde e a qualidade de vida dos indivíduos. Tendo o espaço geográfico a capacidade de influenciar nestas questões de bem estar social, há de se considerar que alguns lugares são melhores promotores de qualidade de vida, bem como o acesso a alimentação em quantidade e qualidade do que outros.

A percepção da influência do espaço na saúde das pessoas fez com que no campo das políticas públicas, as preocupações com a saúde estendessem a políticas externas a área propriamente da saúde, como planejamento urbano,

agricultura, políticas de habitação entre outros. Estas questões ganharam mais força após a última Conferência Mundial de Determinantes Sociais de 2011, no Rio de Janeiro, com a elaboração de um documento chamado “saúde em todas as políticas públicas”. O documento recomenda a todos os governos que incluam a saúde em todas as políticas públicas – econômicas, urbanas entre outras (DURAN, 2013). O mesmo aponta para a importância da conjectura socioeconômica e política na determinação de doenças.

Uma das consequências observadas pela transição nutricional impulsionada pelo estilo de vida urbano é a prevalência da obesidade na população mundial. A POF-IBGE (2004) identificou que no Brasil a taxa de sobrepeso e obesidade aumentou, principalmente entre as classes mais pobres da população. Isso se deve ao aumento do acesso a alimentos altamente processados e com alta densidade energética (BELIK; GRAZIANO e TAKAGI, 2003). A opção por alimentos processados em detrimento de alimentos típicos de uma dieta com legumes, frutas e hortaliças é determinada entre outros fatores pela promoção/propaganda realizadas na mídia para o consumo de alimentos industrializados.

(...) o ambiente alimentar obsogênico, é aquele que promove o consumo de alimentos de alta densidade energética e, geralmente, altamente processados, por meio de acesso facilitado por meio de estabelecimentos com maior quantidade, variedade e menor preço em detrimento a alimentos considerados saudáveis (...). (SWINBURN et al., 1999; GISKES et. al., 2011 apud DURAN, 2013. p. 34).

Segundo a sistematização realizada por Duran (2013, p. 34) os ambientes alimentares podem ser subdivididos em:

- 1) Macroambiente alimentar: densidade e localização de estabelecimentos de comercialização de alimentos e a proximidade dos estabelecimentos das residências, escolas e trabalho;
- 2) Microambiente alimentar: variáveis coletadas no interior dos estabelecimentos como disponibilidade, variedade, qualidade, preço, localização/distribuição dentro do estabelecimento e promoção/propaganda de alimentos (GLANZ et al., 2005 GUSTAFSON et al., p. 34, 2012).
- 3) Ambiente alimentar institucional: estabelecimentos de comercialização de alimentos e demais medidas acerca do microambiente alimentar dentro de escolas e ambiente de trabalho (KELLY et al., 2011)

Adiante serão analisados os macroambientes alimentares a partir da disponibilidade de mercados de grande e pequeno porte disponíveis por bairro na

cidade de Ponta Grossa. De igual modo, apontam-se os microambientes alimentar das pequenas mercearias da Vila Ouro Verde.

A pluriversalidade a qual se apresenta o fenômeno da fome fez com que surgisse o conceito de segurança alimentar que tem a proposta de dar inteligibilidade aos fenômenos que podem provocar a fome. Pauta-se a discussão entorno dos aspectos bio-físico-antropo-social que margeiam a fome, sempre objetivando o combate.

1.3.3 O conceito de (in)segurança alimentar

O conceito de segurança alimentar surge após a 1ª Guerra Mundial, quando as nações envolvidas já manifestavam preocupações referentes ao acesso à alimentação de seus povos. Permeava o medo que uma nação poderia dominar a outra se tivesse controle de seus alimentos.

A fome como instrumento de guerra, analisada por Castro em 1959, retratou como a Alemanha do período nazista utilizou-se dos alimentos como arma de guerra. Dos inimigos eram retirados os alimentos e limitados a um regime de fome intensa que lhes retirava toda a resistência. Era do interesse alemão o “achinesamento” da Europa, ou seja, o abastecimento e a degradação dos seus padrões alimentares ao nível do regime alimentar chinês da época (CASTRO, 1959). Ainda segundo o autor, a fome constituía um dos meios prediletos dos nazistas para extermínio do povo judaico:

(...) estruturaram um plano no qual com o tempo todos os judeus morreriam de fome crônica, mesmo aqueles que sobreviveram a outros meios de destruição. E a colheita de mortos por este processo foi dezenas de vezes mais abundante do que as obtidas nas câmeras de gases e com pelotões de fuzilamento (CASTRO, 1959, p.429).

Em 1996 durante a Cúpula Mundial da Alimentação a FAO (*Food and Agriculture Organization*) conceitua a segurança alimentar como:

A segurança alimentar existe quando toda pessoa, em todo momento, tem acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e preferências quanto aos alimentos, a fim de levar uma vida saudável e ativa. (FAO, 1996, s/p).

Com a finalidade de atender às múltiplas características culturais dos povos, os movimentos sociais reunidos no Fórum Mundial sobre a Soberania Alimentar realizado em Havana, Cuba, em 2001, modificaram a noção de segurança alimentar introduzindo as questões de autodeterminação da produção e do consumo. Desta forma, cada país teria o direito de gerir suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos, sendo assim a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) elabora o conceito mais apropriado para o Brasil:

Art. 3 - A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006, s/p).

São vários os fatores que podem influenciar negativamente e diminuir a seguridade das famílias em obter e consumir alimentos. De acordo com Anschau (2008), a insegurança alimentar no Brasil é mais comum em domicílios com: mulheres à sua frente, com grande número de membros, com renda muito baixa, em áreas rurais entre agricultores pobres e no grupo materno-infantil.

No que tange às mulheres chefe de família, Silva (2007) em uma pesquisa realizada com base no Censo demográfico de 2000 (IBGE) que "do total de 74.080 domicílios [em Ponta Grossa], 24,3% são de responsabilidade feminina e 58,5% destas mulheres chefes de família recebem abaixo de dois salários mínimos" (p. 124). O que pode induzir à insegurança alimentar no município, numa análise mais aprofundada do que isto representa.

No país o número de famílias com mulheres à frente vem crescendo nos últimos anos:

O aumento das famílias chefiadas por mulheres teve crescimento em todas as regiões, mas no Sul é onde foi constatado o maior avanço, passando de 24,4% para 33%, de 2001 a 2009. Em seguida ficou a região Sudeste, cujo avanço foi de 28% para 36%. Grande parte dessas famílias é composta por mulheres sem cônjuge, o que representa 49,3%. As famílias chefiadas por elas são 17,3 % do total das famílias brasileiras. A região Nordeste foi a que apresentou a maior proporção desse tipo de família, 19,5%, seguido pela região Norte, com 18,8% (LOPES, 2009, s/p).

Uma série de outros fatores interage com os níveis de segurança/insegurança alimentar, como o desemprego, a situação econômica da nação, os níveis de escolaridade dos investigados, renda familiar enfim, vários indicadores sócio-econômicos. Cabe como visto outrora, ao poder público prover condições básicas de sobrevivência à população. Neste sentido, as políticas públicas em torno da distribuição de alimentos no Brasil, têm um histórico um tanto quanto enfadonho.

Conforme aponta MALUF (1995) sobre a análise do desenvolvimento econômico e a questão alimentar, o mesmo afirma a necessidade dos modelos econômicos terem a Segurança Alimentar (SA) como elemento estratégico, com evidência a inserção de um sistema agroalimentar. Segundo o autor, o padrão de desenvolvimento dos países desenvolvidos tem como componente decisivo de conformação a SA, que se caracterizam como resultados de políticas públicas, que tratam entre outros assuntos da autossuficiência produtiva agroalimentar. Segundo o autor, o ordenamento macroeconômico com foco na SA viabiliza a mesma, dinamiza a economia e, conseqüentemente, eleva o nível de qualidade de vida nos países desenvolvidos.

O contraste entre países avançados e subdesenvolvidos é bastante acentuado também na questão alimentar. O enfrentamento dessa questão foi um componente decisivo na conformação do padrão de desenvolvimento dos primeiros (MALUF, 1995, p. 135).

Já as análises sobre os países do Terceiro Mundo destacam a dificuldade do acesso aos alimentos por escassez de renda. O que faz tratar a questão em abordagens setoriais, na maioria das vezes voltadas ao requisito mínimo de renda, o que torna as políticas de SA instrumentos compensatórios aos efeitos perversos da política macroeconômica (MALUF, 1995). O que existe no Brasil é uma convivência oficial com a fome, que se pode entender também como um genocídio dos mais pobres, pois conforme Casemiro; Valla e Guimarães (2008, p.2089) “Em nenhum momento o modelo econômico e os verdadeiros algozes da miséria brasileira estiveram na mira de ataque do governo no combate à pobreza, à fome e à miséria.”

CAPÍTULO II – O ESPAÇO URBANO PONTA-GROSSENSE E A VILA OURO VERDE

O presente capítulo visa a compreensão do histórico da ocupação urbana na cidade de Ponta Grossa e na Vila Ouro Verde, que constituem-se o recorte espacial da pesquisa. A segregação socioespacial é apresentada como fruto de um processo em constante construção e não um fato em si atemporal, na apreciação desta realidade efetua-se uma análise temporal na construção do espaço urbano pontagrossense. Evidencia-se que no processo histórico geográfico de ocupação urbana da cidade, a pobreza pode ser encarada como resultado da confluência de ações de diferentes agentes produtores do espaço. Esta realidade fez com que o processo de “favelização” seja uma realidade cada vez mais presente no município (SAHR, 2001).

Neste capítulo, apresenta-se amiúde o recorte espacial desta pesquisa, a Vila Ouro Verde, que é a exemplificação do processo de segregação socioespacial acima descrito. Evidencia-se ainda que entre as mazelas sociais que acometem os moradores desta Vila encontra-se muito presente a insegurança alimentar.

2.1 O ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM PONTA GROSSA

Marco para o acelerado processo de urbanização da cidade de Ponta Grossa é a construção da Ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul e com o incentivo à industrialização por qual passava o Brasil em 1970. A ferrovia em questão transforma a cidade num entroncamento ferroviário de destaque nacional que atrai pessoas para a região em busca de emprego e melhoria na qualidade vida (MONASTIRSKY, 1997).

Com os incentivos à industrialização e à urbanização as áreas rurais foram sendo tomadas por indústrias do agronegócio com intensa mecanização, e pouca necessidade de mão-de-obra, a população migra para os centros urbanos onde o comércio também não absorve o contingente ocioso, restando para as populações habitações em favelas e nas beiras de córregos. Assim, assinala Wlodarski (2007):

O crescimento do número de favelas no município revela um processo de exclusão de parte da população que não consegue ter acesso à habitação de qualidade, ocupando espaços vagos no município ou se fixando nos fundos de vale, locais próximos de arroios ou das ferrovias, distantes da área central e que na maioria das vezes pertencem ao poder público. (WLODARSKI, 2007, p.77).

O centro urbano da cidade era reduto das classes com maior poder aquisitivo, considerando que estes eram aparelhados com toda a infraestrutura necessária para a elite ponta-grossense (NASCIMENTO, 2010), ao passo que a periferia expandia-se com novos loteamentos, principalmente nas direções leste, norte e noroeste (SAHR, 2001).

As famílias mais abastadas habitaram o centro da cidade até 1970, a partir de então se percebe um deslocamento destas famílias para áreas estritamente residenciais (Jardim Carvalho, Jardim América, Jardim Florença entre outros) em moradias modernas e luxuosas. As residências que estas famílias deixaram no centro da cidade se transformam gradativamente em comércio. (SAHR, 2001).

Os imóveis deixados pelas famílias mais ricas também aceleram a especulação imobiliária no centro da cidade, o que faz surgir loteamentos na periferia da cidade habitados por aquelas pessoas que não possuíam condições de comprar os imóveis na área central.

O fato de não haver uma legislação eficiente que preconizasse detalhes correlatos à urbanização na época, facilitou à população migrar para áreas ainda não loteadas multiplicando a área urbana da cidade em quase nove vezes entre os anos de 1950 e 2007 (PAULA, 1993 *apud* NASCIMENTO, 2010).

Na acepção de Nascimento (2010), ainda existem áreas não ocupadas dentro perímetro urbano ponta-grossense, contudo, esse perímetro compreende cerca de 199,17 km². A extensão do perímetro urbano ponta-grossense não garante acesso à moradia para toda população:

(...) a ampla criação de novas áreas urbanizadas não garantiu o pleno acesso à terra e à moradia em condições adequadas à maioria da população. Antes o contrário. Analisando a evolução dos tipos de ocupação da terra na área urbanizada, observa-se que os percentuais de terras não ocupadas dentro da área urbanizada (lotes e glebas) mantiveram-se elevados entre as décadas de 1960 e 1980. (NASCIMENTO, 2010, p.8-9).

Ainda de acordo com Nascimento (2010), a área urbanizada da cidade avançou na direção de várias chácaras próximas à rodovia BR-376. Em 2004, as chácaras correspondiam cerca de 20% da área urbanizada e permaneciam ociosas em forma de “pousios sociais” esperando valorização e o melhor momento para negócio. Atualmente, segundo a base de dados da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, a cidade possui 24 cadastros de “Chácaras” no espaço urbano.

A especulação imobiliária, ao ‘reger’ historicamente o processo de expansão urbana em Ponta Grossa, contribuiu para acentuar a segregação socioespacial na cidade. À medida que a especulação desencadeia uma (falsa) escassez de terras, esta elevou consideravelmente seu preço, restringindo o acesso a esse bem pelas camadas de menor poder aquisitivo. (NASCIMENTO, 2010, p. 9).

Utilizando-se de dados dos setores censitários do censo demográfico (IBGE, 2000), empregando metodologia organizada por Sposati (2000) na elaboração do “mapa da inclusão/exclusão social da cidade de São Paulo”. Nascimento (2008) a partir das variáveis autonomia de renda, desenvolvimento humano, qualidade domiciliar e equidade, elaborou um mapa da exclusão/inclusão social na cidade de Ponta Grossa. A partir deste mapa pode-se comparar os índices de exclusão/inclusão social intra-urbanos, tendo como escala de análise os bairros. O estudo em questão constatou que a intensidade da exclusão social ampliava-se a medida que ampliava-se a distância física da área central da cidade, assim como ocorre na maioria das cidades brasileiras.

Havendo na pluriversalidade dos condicionantes da fome (nível de renda, escolaridade, acessibilidades a bens e serviços entre outros), muitas semelhanças aos apontados por Nascimento (2008) na análise de exclusão/inclusão social. Considera-se que seus resultados apresentam legitimidades às premissas de que as áreas mais pobres e de mais provável ocorrência do fenômeno da fome no município se encontram preferencialmente na periferia urbana. Outrossim, Ponta Grossa possui uma característica peculiar, em que vilas que concentram famílias de baixo poder aquisitivo encontram-se próximas ao centro da cidade, como a Vila Nova, Vilela e Coronel Claudio, ambas margeando o centro da cidade.

Utilizando-se de dados do CENSO 2010 e da Metodologia Fuzzy¹⁰ para criação de índices, Silva (2013) realizou um levantamento da vulnerabilidade socioambiental no município. O estudo identificou entre outras questões que, a população materno-infantil considerada de risco de insegurança alimentar torna-se mais populosa ao distanciar-se do bairro Centro. Os níveis educacionais e de renda também são piores ao deslocar-se do centro da cidade. Sendo assim, a vulnerabilidade socioambiental agrava-se ao distanciar-se da área central.

Deste modo, Silva (2013) identifica assim como Nascimento (2008) que as áreas periféricas da cidade de Ponta Grossa são as de maior ocorrência da degradação da qualidade de vida dos ponta-grossenses. Para a cidade de Ponta Grossa, estar longe do centro apresenta-se habitualmente como ser prejudicado, e os determinantes desta pauperização na qualidade de vida são os que provocam entre outras mazelas sociais a fome.

Percebe-se que a edificação deste processo de segregação socioespacial tem no histórico de ocupação urbana ponta-grossense sua raiz, forjada principalmente pelos diferentes agentes hegemônicos. A ação dos proprietários fundiários e imobiliários alinha-se com o Estado. As políticas públicas, ao longo dos anos, dotavam apenas as áreas mais nobres com os aparatos públicos e amenidades, excluindo assim as camadas de baixa renda que acabavam por ocupar as áreas periféricas da cidade desprovidas destes recursos, acentuando o processo de favelização (NASCIMENTO, 2010).

Agrega-se a todos estes fatores o vertiginoso crescimento populacional que acometeu a cidade. De 1991 a 2010, a cidade de Ponta Grossa recebeu um acréscimo de 79.907 habitantes. Percebe-se (Tabela 1) que a cidade de 1991 até 2010, quando foi realizado o último censo demográfico, veio urbanizando-se cada vez mais, em 1991 a população urbana era de 95,67% passou em 2010 para 97,79%, um acréscimo de 2,12%.

10 A lógica *FUZZY* é um sistema de classificação que apresenta variações, diferentemente da tradicional lógica binária de classificação que se restringe as variáveis sim ou não. A *Fuzzylogic* foi desenvolvida por Jan Lukaisiewicz em 1920.

TABELA 1 – População total, urbana e rural de Ponta Grossa

CENSO	URBANA	RURAL	TOTAL	% URBANA	% RURAL
ANO 1991	221.671	10.033	231.704	95,67	4,33
ANO 2000	266.683	6.933	273.616	97,47	2,53
ANO 2010	304.733	6.878	311.611	97,79	2,21

Fonte: Censo demográfico 1991, 2000 e 2010 IBGE.

Hoje a população residente em Ponta Grossa perfaz um total de 311.611 pessoas, sendo que destas, 304.733 ocupam o espaço urbano, 97,79%, e apenas 6.878, 2,21%, ocupam o meio rural. De 1991 à 2010 a cidade teve um aumento populacional de 34,49%.

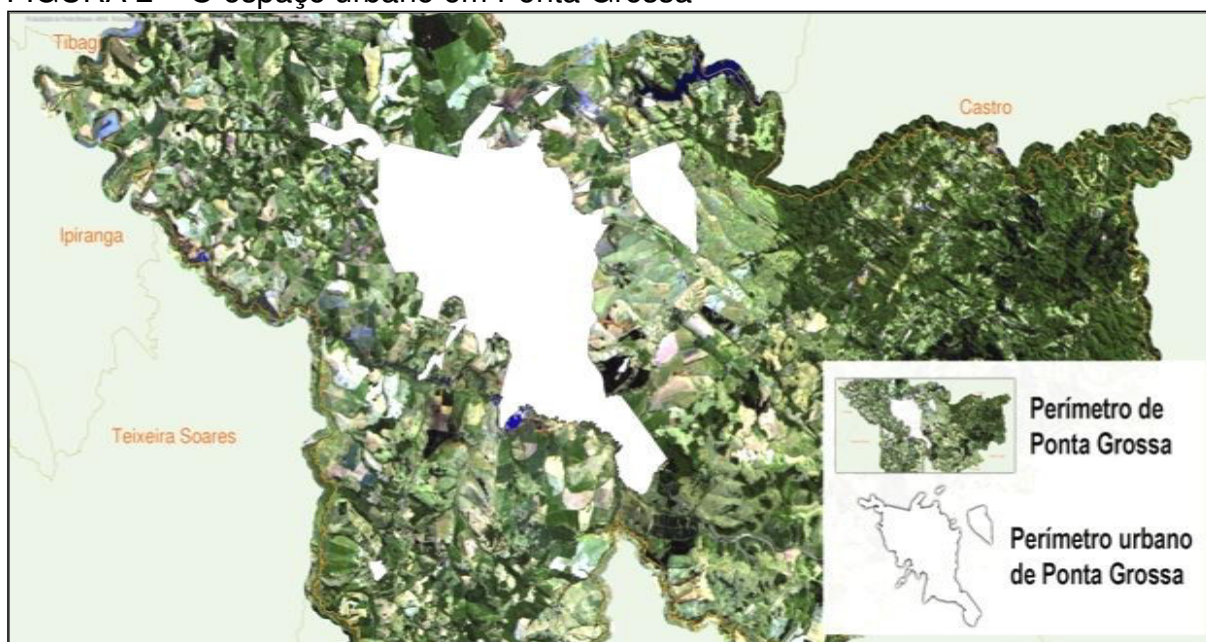
TABELA 2 – Variação percentual da população urbana e rural de Ponta Grossa nos censos 1991, 2000 e 2010 do IBGE

	POPULAÇÃO	URBANA	RURAL
VARIAÇÃO PERCENTUAL 1991-2000	18,09%	1,80%	-1,80%
VARIAÇÃO PERCENTUAL 2000-2010	13,89%	0,33%	-0,33%
VARIAÇÃO PERCENTUAL 1991-2010	34,49%	2,12%	-2,12%

Fonte: Censo demográfico 1991, 2000 e 2010 IBGE

Dos 2027,86 km² da área total do município 199,17 km² referem-se ao perímetro urbano (PONTA GROSSA, 2012), conforme a figura a seguir:

FIGURA 2 – O espaço urbano em Ponta Grossa



Fonte: Geoportal da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, adaptado por Santos, R.G (2014).

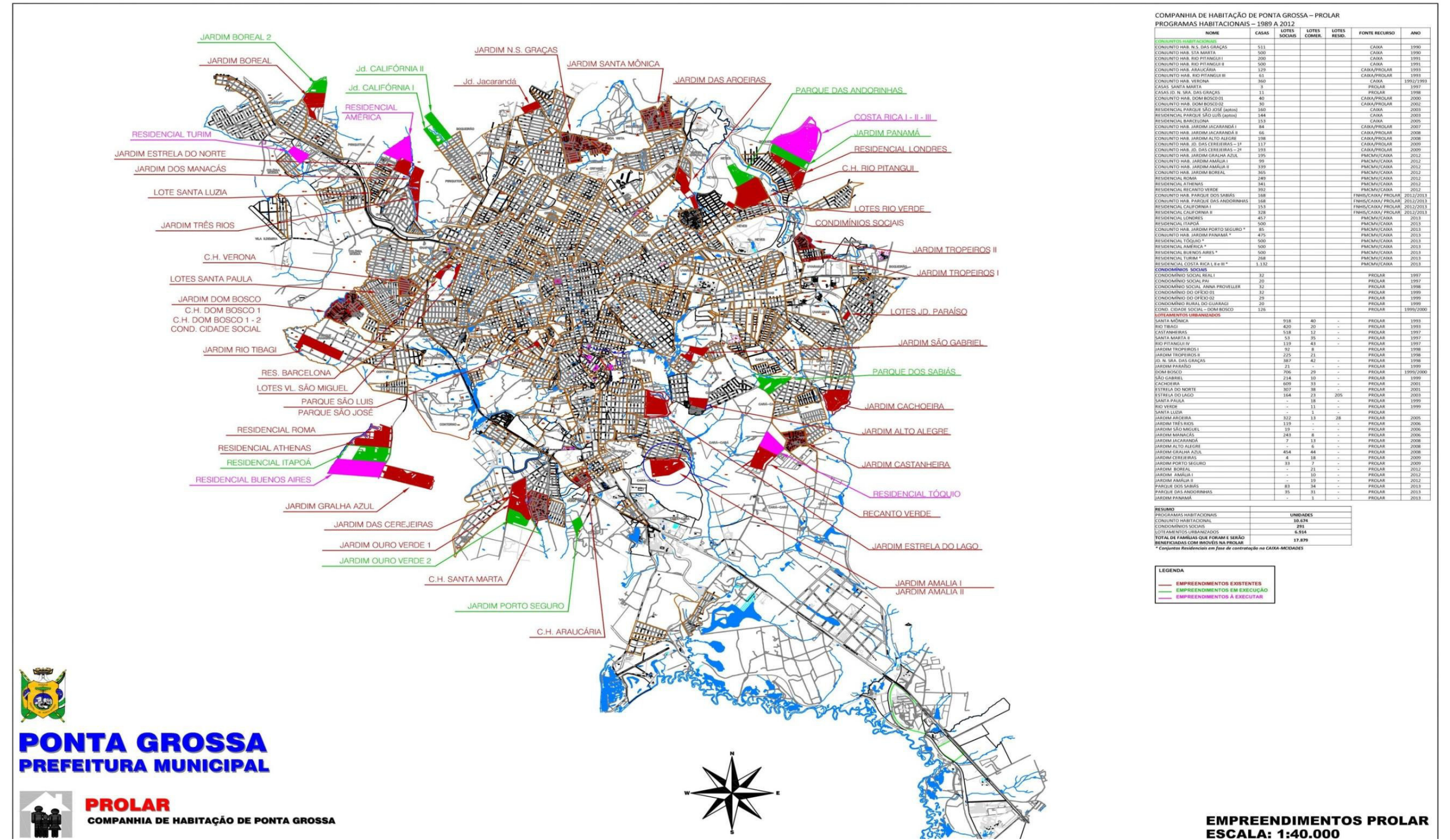
No decorrer da história de urbanização da cidade de Ponta Grossa, a pobreza pode ser encarada como resultado da confluência de ações de diferentes agentes produtores do espaço urbano. De início, logo no surgimento da cidade, proprietários dos meios de produção já concentravam terras em formas de grandes fazendas. Posteriormente, proprietários fundiários mantinham áreas de grande extensão territorial no núcleo urbano esperando valorização. Destaca-se, também a ação do Estado que priorizou, durante a história da cidade, ações voltadas para as camadas mais abastadas da sociedade.

O contexto histórico-geográfico da formação da cidade de Ponta Grossa ajuda a compreender o fenômeno da segregação socioespacial como um processo, e não como um fato. Desta maneira, entende-se que a dinâmica da segregação não pode ser entendida sem sua perspectiva temporal.

Como um processo, a segregação socioespacial permanece em ação de construção/reconstrução do espaço urbano, tendo como agentes todos aqueles destacados na primeira seção deste trabalho, em suas diferentes escalas.

O mapa a seguir realizado pela Companhia de Habitação Popular do Município de Ponta Grossa, a (PROLAR), órgão que atua como principal agente da ampliação do perímetro urbano do município demonstra que o processo de segregação foi, é e continuará sendo a opção oferecida para os menos favorecidos economicamente. Pois todos seus loteamentos realizados, os que estão em realização e os que serão realizados se encontram na franja urbana da cidade, ver mapa a seguir.

MAPA 1 – Empreendimentos imobiliários da PROLAR de 1989 á 2012



FONTE: Ponta Grossa – PROLAR. Disponível em: <<http://prolarpmpg.com.br/documentacao-tecnica/>>

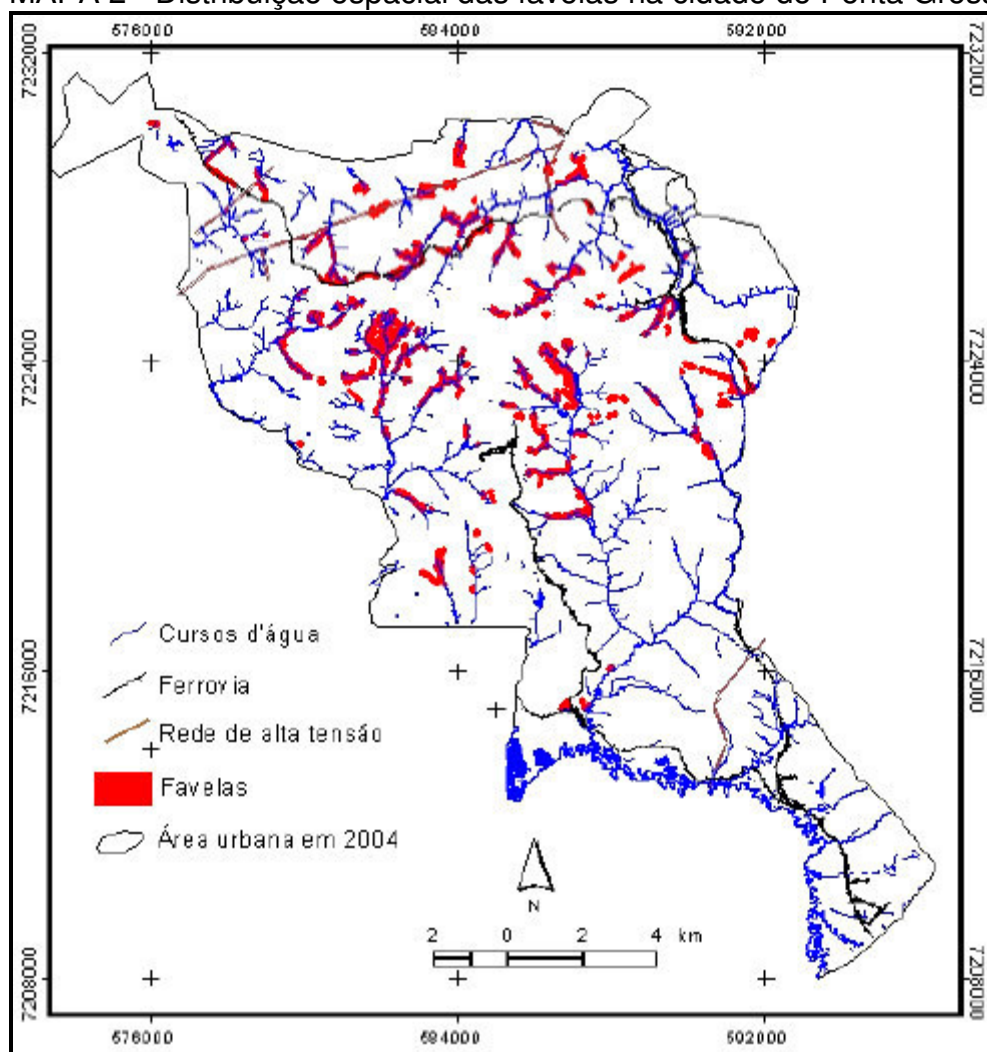
Toda esta dinâmica dos agentes produtores do espaço urbano acabou por lançar muitas famílias em situação de miséria extrema, as quais, sem ter uma fonte remuneratória passaram a habitar fundos de vale, beiras de arroio, e regiões distantes do centro urbano da cidade (SAHR, 2001).

As relações contraditórias da conformação do espaço urbano sobre a égide do modo capitalista de (re)produção, acaba por estratificar a cidade conforme suas classes sociais através da apropriação privada da terra. Nesta lógica, ao seguimento com menor poder aquisitivo é restringido o acesso à terra urbana, cabendo muitas vezes como alternativa a ocupação e a formação de favelas, nas quais na maioria das vezes constituem-se de áreas inóspitas para a moradia. Na acepção de Nascimento e Matias (2004), o conceito de favela compreende as condições precárias de moradia e a irregularidade jurídica das mesmas. Ainda segundo os autores, o processo de favelização da cidade de Ponta Grossa vem se desenvolvendo mais acentuadamente a partir da década de 1980.

Em 2004, aproximadamente 58.728 pessoas, 20,4% do total da população urbana, moravam em favelas na cidade. Em 1996, a participação absoluta e percentual da população favelada era bem menor – 39.461 habitantes, 16,2% da população urbana (Ponta Grossa, 1996) – e em 1991, era menor ainda – cerca de 30.700 pessoas, 13,8% da população citadina. (NASCIMENTO E MATIAS, 2004, p. 5422).

As favelas ocorrem com maior frequência a partir da ocupação de áreas desvalorizadas do espaço urbano. Em Ponta Grossa as mesmas encontram-se em pequenas aglomerações espalhadas pela cidade, Nascimento e Matias (2004) identificaram a partir da análise de imagens aéreas, de satélite e de observações de campo 117 favelas espalhadas pelas vilas de Ponta Grossa. Os espaços destas aglomerações em Ponta Grossa tem por característica a prevalência da ocupação em fundos de vale, como retrata o mapa a seguir.

MAPA 2 - Distribuição espacial das favelas na cidade de Ponta Grossa



Fonte: Matias; Matias; Nascimento, 2004, p. 5423

As características topográficas do município favorecem a ocorrência deste tipo de ocupação, pois o mesmo é muito acidentado. Segundo Sahr (2001), a ocupação destas áreas apresenta vantagens a população ocupante, pois estas áreas obtêm pouco interesse mercantil dada suas restrições legais de uso, fazendo com que as famílias tenham menor risco de expulsão. Para o poder público municipal também se torna vantajoso a medida que estas ocupações ficam “escondidas” nos fundos de vale, diminuindo a percepção da população a respeito da ineficácia do poder Estatal em solver os problemas relativos ao acesso a moradia.

As características topográficas do município fazem com que as favelas não ocorram em grandes aglomerações no mesmo. Entretanto, segundo Sahr (2001), estas aglomerações também ocorrem no município em áreas perfeitamente

edificáveis como terrenos abandonadas e áreas conservadas em “pousio social” por seus donos. Tanto Sahr (2001), como Nascimento e Matias (2004), apontam que as favelas estão cada vez mais presente na realidade socioespacial da cidade de Ponta Grossa.

2.2 A VILA OURO VERDE

A cidade de Ponta Grossa é segmentada atualmente em 16 bairros, sendo estes compostos de várias vilas, chácaras e núcleos habitacionais. O bairro Colônia Dona Luiza localizado na porção sul da cidade é onde está situado o Ouro Verde, há aproximadamente 12 km do centro da cidade pelas principais avenidas de acesso.

A história do loteamento Ouro Verde alinha-se à expansão urbana do município, é o retrato da ação dos diferentes agentes produtores do espaço urbano na cidade. A Chácara Beatriz, de propriedade privada e situada nos fundos do núcleo Santa Marta e Vila Santa Luíza, caracterizava-se uma área de “pousio”, aguardando o melhor momento para se abstrair maior valor em sua comercialização.

A pouca atividade do poder público do município em atender os grupos sociais excluídos com direito a moradia digna, somada ao encarecimento do custo de vida urbano, a ausência de trabalho, e outros fatores, fez com que várias famílias que se encontravam espalhadas pela cidade habitando fundos de vale, entre outros locais inóspitos, decidam por algo melhor para suas vidas.

Em outubro de 2001, começa-se a construir a história do núcleo. Neste mês, várias destas pessoas que se encontravam em situação de risco social espalhadas pela cidade, ou até mesmo sem ter onde morar decidem ocupar a Chácara Beatriz e fixar suas residências naquele lugar.

A ocupação se deu repentinamente. No dia 21 de outubro de 2001 (domingo) várias pessoas montaram barracos de lona em condições precárias, sem água e energia elétrica instalando em seus pedaços de terra placas com as inscrições “tem dono”. A chácara ocupada pertencia à Beatriz Araújo, moradora da cidade de Curitiba (GAUDÊNCIO, 2001).

A ocupação foi caracterizada pela união e rápida organização dos envolvidos. Num primeiro momento os novos moradores não tinham uma associação, entretanto pareciam ser liderados por um cidadão denominado Cilson

Fernandes da Silva (MAINARDES, 2001). No processo de ocupação os moradores montaram uma escala para vigiar diuturnamente o local de modo a facilitar rápido acionamento e mobilização e assim evitar que fossem expulsos.

As famílias da Vila Ouro Verde, atualmente, possuem energia elétrica e água encanada, e embora as ruas permaneçam sem pavimentação, com exceção da avenida principal a qual passa o ônibus que fora asfaltada recentemente. Seus lotes estão demarcados e em processo de regularização, muitas casas foram regularizadas no ano de 2012, entretanto ainda não fora regularizada a totalidade dos lotes.

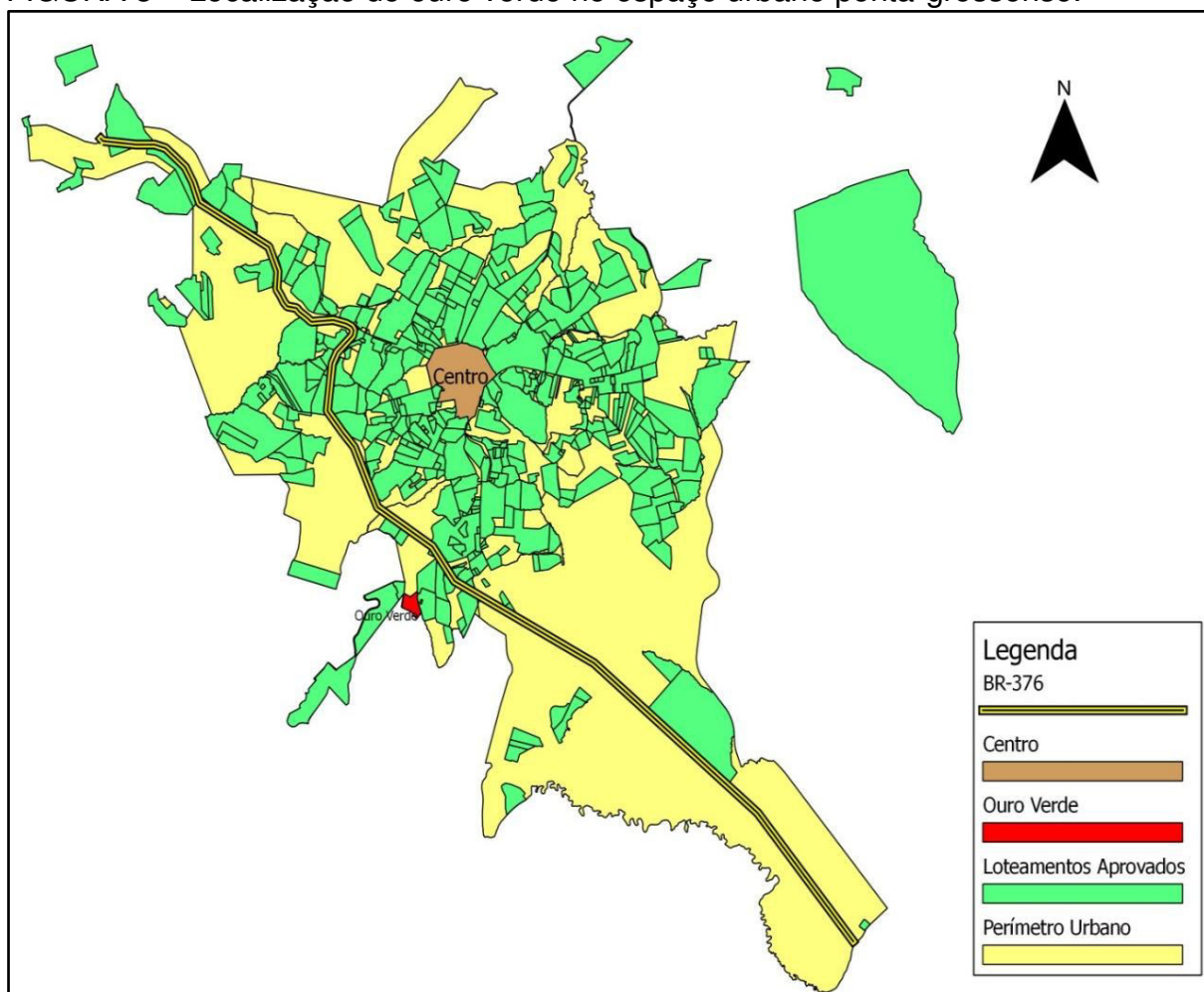
A regularização dos lotes residenciais tem ocorrido através do projeto “Papel Legal” vinculado ao Departamento de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PMPG). Segundo o coordenador do projeto, Luciano Gaspar Dutra, muitos lotes ainda não foram regularizados devido ao fato de muitas famílias terem dificuldades em relação a documentação necessária. Durante as entrevistas de campo com os moradores da localidade, muitos afirmaram ainda não realizar a legalização do lote para não pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Segundo o morador Henrique “para que pagar imposto se não vão asfaltar minha rua e construir creche para minha neta”.

Segundo o Censo demográfico 2010 do IBGE, a Vila Ouro Verde possui um total de 665 domicílios e 2410 moradores. Portanto, há uma média de 3,62 habitantes por residência no núcleo, destes domicílios apenas 42 correspondem a residências alugadas segundo o IBGE (2010).

Deste montante de domicílios existentes na Vila, 205 têm a mulher como responsável pelo lar, perfazendo 33,83% das residências. No núcleo são ao todo 1110 crianças ou adolescentes e 117 são idosos (IBGE, 2010).

Na figura a seguir, é possível visualizar que o Ouro Verde encontra-se na extremidade do espaço urbano ponta-grossense, e ilustra os apontamentos de Nascimento (2010) de que a cidade possui uma tendência à expansão nas proximidades das margens da Rodovia BR-376.

FIGURA 3 – Localização do ouro verde no espaço urbano ponta-grossense.

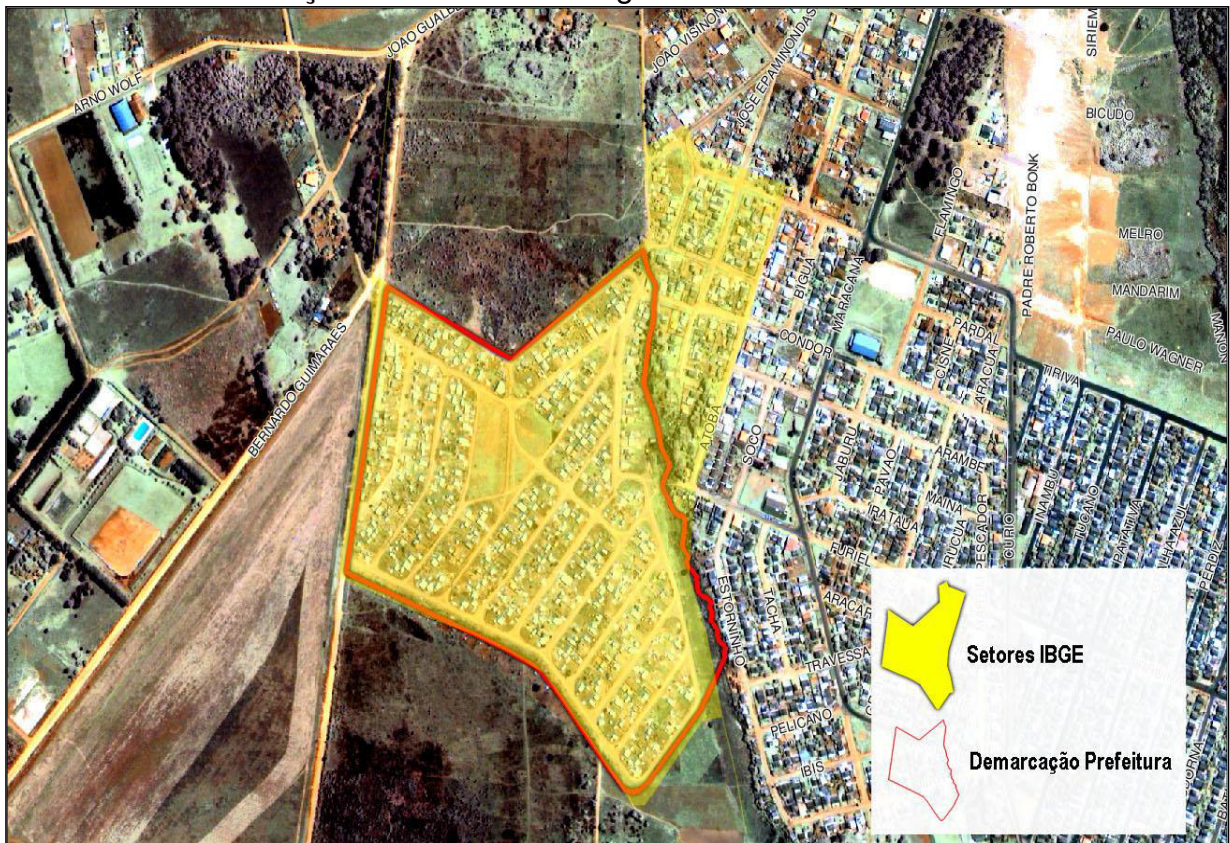


Fonte: Base cartográfica PMPG, org. SANTOS, R.G, 2014.

A área delimitada pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa para o loteamento Ouro Verde é diferente da divisão do IBGE. Segundo o Instituto, a região está subdividida em três setores censitários, conforme pode ser observado na figura a seguir, onde a divisão do IBGE está sobrepondo a divisão realizada pela prefeitura.

Por este motivo, os dados expostos pelo IBGE (CENSO 2010) apresentam-se índices levemente mais elevados dos considerados pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

FIGURA 4 – Delimitação do Ouro Verde segundo a PMPG e o IBGE.



Fonte: Geoportal da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Org. SANTOS, R.G (2014)

Em data de 25 de abril de 2012, o loteamento foi contemplado com o Decreto Municipal nº 6.055, que regulamentam os lotes, definem seus perímetros, a área de reserva legal e outras peculiaridades. De acordo com o decreto, em seu artigo 4º o loteamento existe desde 2001, e possui obras de infraestrutura exigidas por lei.

2.3 INSEGURANÇA ALIMENTAR NA VILA OURO VERDE

Não é por acaso que o direito à alimentação está inserido no mesmo artigo (6º) que o direito à moradia na carta magna da nação (CF, 1988). Aliás, todos os direitos sociais descritos neste artigo possuem íntima relação entre si.

O direito à moradia foi a bandeira de reivindicação do grupo de famílias que tomou posse da área onde se encontra o loteamento. As famílias que já se encontravam em situação de exclusão social tomaram para si, não apenas um pedaço de terra, mas uma parcela da dignidade humana prevista nos cabedais legais.

Em pesquisa referente a identificar os níveis de (in)segurança alimentar na Vila Ouro Verde, Santos e Clarindo (2012) traçaram um perfil socioeconômico das famílias ligadas a esta comunidade. Através das 15 perguntas sobre a percepção intrafamiliar da Escala Brasileira de (In) Segurança Alimentar (EBIA), os autores identificaram de maneira indireta os níveis de (in) segurança alimentar dos moradores da comunidade. O questionário foi aplicado a 46 famílias residentes na Vila.

A EBIA tem em suas questões um prognóstico teórico no qual se pode quantificar o nível de insegurança que permeia os investigados no que tange à quantidade necessária de alimentos para sobrevivência familiar. A escala varia desde a insegurança psicológica da possível falta de alimentos até a severa condição de fome, referente há dias sem alimentação. Pode-se perceber que a carência alimentar atinge num primeiro momento os adultos e em seguida ela é, de acordo com sua intensidade, estendida às crianças, até chegar em níveis de fome (ANSCHAU, 2008).

As respostas as perguntas da EBIA revelaram um quadro de insegurança alimentar leve ou grave entre os inquiridos. Os resultados apresentam que cerca de 74% dos entrevistados apresentam um grau de insegurança alimentar, sendo que a maior parte dos investigados encontra-se em insegurança alimentar leve (39,13%) e uma parcela considerável desta amostra apresenta insegurança alimentar grave, perfazendo 21,74% conforme observa-se no quadro 1:

QUADRO 1 – Resultado da amostra EBIA no Ouro Verde, questões cuja resposta foi afirmativa.

CATEGORIA	PONTUAÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Segurança alimentar	0	12	26,09%
Insegurança Alimentar Leve	1 a 3	18	39,13%
Insegurança Alimentar Moderada	4 a 6	6	13,04%
Insegurança Alimentar Grave	7 a 8	10	21,74%

Fonte: Questionário aplicado por Santos e Clarindo (2012) adaptado de Segall Corrêa e Marin-Leon, 2009, p. 8)

Observa-se que a insegurança alimentar afeta a comunidade em diferentes níveis. A análise quantitativa identificou os níveis de ocorrência do fenômeno, entretanto, para a efetivação de uma análise crítica (quali-quantitativa), necessita-se compreender as implicações as quais a micro e a macro espacialidade urbana podem corroborar para a ocorrência do fenômeno.

CAPÍTULO III - RESULTADOS E DISCUSSÕES

O perfil socioespacial da população residente na Vila Ouro Verde demonstra que a mesma vive em um cenário de insegurança social. Neste capítulo, analisam-se as implicações socioespaciais concernentes ao acesso aos alimentos pelos moradores da Vila e evidenciam-se as possíveis implicações que esses tipos de acesso podem acarretar a ocorrência do fenômeno da fome.

Fundamentado na sistematização realizada por Duran (2012) sobre o macroambiente e o microambiente alimentar, este capítulo explora como estes dois ambientes podem influenciar de maneira quantitativa e qualitativa no acesso aos alimentos.

O capítulo está dividido em três partes, a primeira versa sobre o macroambiente alimentar e utiliza-se de dados adquiridos pela Junta Comercial e Empresarial do Paraná (JUCEPAR), explora-se nesta seção a disponibilidade e os tipos de empreendimentos varejistas de venda de alimentos para consumo na residência na cidade de Ponta Grossa. Na segunda parte, explora-se o perfil socioeconômico e socioespacial da população residente na Vila Ouro Verde e analisa-se como estes perfis influenciam no momento do acesso aos alimentos. Na terceira parte explora-se o microambiente alimentar, no caso as mercearias da Vila em questão e analisa-se como este ambiente alimentar pode motivar a ocorrência da fome qualitativa e quantitativa.

3.1 A DISTRIBUIÇÃO DOS SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS, MINIMERCADOS E MERCEARIAS NA CIDADE DE PONTA GROSSA.

A partir do entendimento da dinâmica de funcionamento dos circuitos da economia urbana nas redes de centralidades, percebe-se que existe uma grande importância do circuito inferior ou empreendimentos de localidade mínima no comércio varejista urbano. Acrescenta-se ao aporte teórico a vivência do autor no município de Ponta Grossa, na qual se evidenciou grande quantidade de pequenas mercearias em bairros pobres, principalmente quando da realização de estágio¹¹ na

11 O estágio realizado na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa tinha por objetivo promover a legalização de imóveis irregulares e a realocação de famílias residentes em áreas de risco, a Vila Ouro Verde foi uma das localidades de atuação. Os cenários observados no decorrer dos dois anos de estágio contribuíram na problematização da presente pesquisa.

prefeitura do município, na qual se pode ter contato com todas as vilas e bairros da cidade.

Destarte, deduz-se que a ação dos empreendimentos de alcance mínimo, característicos do circuito inferior da economia urbana são muito presentes e possuem uma relevância importante no abastecimento de alimentos na cidade de Ponta Grossa. É desconhecido se o volume de vendas de alimentos expressos pelos empreendimentos de alcance mínimo é de maior ou menor volume de vendas do que os empreendimentos de alcance máximo do circuito superior, mas sua importância sem dúvidas é muito grande.

Verificou-se os empreendimentos de venda de alimentos para consumo na residência, especificados no conselho nacional de atividades econômicas como supermercados, hipermercados¹², minimercados e mercearias¹³, elencados pelo Código Nacional de Atividades Econômica (CNAE) como 4711301, 4711302 e 4712100 respectivamente. Consideram-se como empreendimentos de localidade máxima os hipermercados e supermercados, e de localidade mínima os minimercados e mercearias.

Analisando o valor do capital social¹⁴ investido em ambos a partir dos dados fornecidos pela Junta Comercial e Empresarial do Paraná (JUCEPAR). Nos dois tipos de empreendimentos, tem-se que os super e hiper mercados totalizam 99 empreendimentos no município, a soma do capital social destes empreendimentos perfazem R\$ 35.705.582,00, com uma média de R\$ 371.933,15 por estabelecimento. Como minimercados e mercearias tem-se 1049 empreendimentos, que somam R\$ 13.934.931,00 com uma média de R\$ 13.245,43 por estabelecimento.

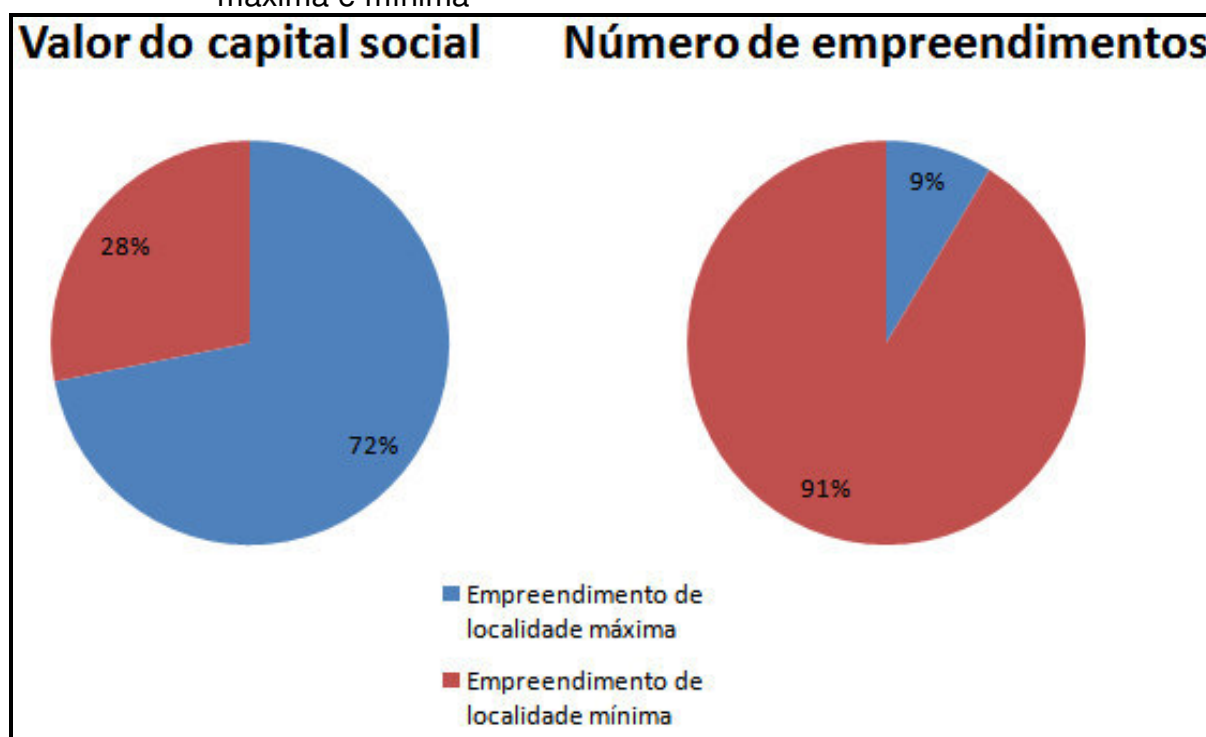
12 Segundo a descrição das atividades econômicas do CNAE: Super e hipermercados compreendem: atividades dos estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios variados e que também oferecem um gama variada de outras mercadorias, tais como: utensílios domésticos, produtos de limpeza e higiene pessoal, roupas, ferragens, etc. com área de venda Supermercados: de 300 a 5000 metros quadrados; hipermercados superior a 5000 metros quadrados.

13 Minimercados, mercearias e armazéns compreendem segundo a descrição das atividades econômicas do CNAE: as atividades dos estabelecimentos comerciais com e sem autoatendimento e com venda predominante de produtos alimentícios variados em minimercados, mercearias, armazéns, empórios, secos e molhados, com área de venda inferior a 300 metros quadrados.

14 O capital social em questão refere-se ao montante necessário para se constituir e iniciar as atividades de uma nova empresa enquanto esta não gera recursos próprios para se sustentar. Esta informação foi repassada para JUCEPAR no momento do registro da empresa.

Tem-se que o montante do capital social dos empreendimentos de alcance máximo é duas vezes e meia maior dos de localidade mínima, com uma média de capital social 2,6 vezes também superior. Entretanto, o número de empreendimentos de alcance mínimo é mais de dez vezes superior o de alcance máximo. Estas relações estão expressas no gráfico que segue.

GRÁFICO 1 -Valor do capital social e número de empreendimentos de localidade máxima e mínima



FONTE: JUCEPAR, org. SANTOS, R.G, 2014.

Estes dados apresentam de maneira aproximada a disparidade no valor dos empreendimentos, aproximada porque existe defasagem nos dados apresentados pela JUCEPAR, pois o valor do capital social fora fornecido somente no momento da abertura da empresa, não sendo atualizado posteriormente. Já o montante de empreendimentos nas duas modalidades no município, demonstra a importante participação dos empreendimentos de localidade mínima, que como demonstra o mapa 2 atende a um contexto socioespacial específico.

A cidade de Ponta Grossa com seu histórico processo de segregação socioespacial promove uma urbanização dispersa e segmentada socialmente. A venda de alimentos na mesma atende as características dos empreendimentos de localidade máxima e mínima, ou se preferir do circuito superior e inferior. Utilizando a

variável intensidade de cor, onde a densidade calculada é baseada no número de pontos de uma localização, os mapas ordenados de temperatura 3 e 4 a seguir retratam a espacialização dos empreendimentos de venda de alimentos para consumo na residência, de alcance máximo e mínimo. Estes mapas de temperatura permitem agrupar pontos, que no caso específico são os bairros de Ponta Grossa e identificar facilmente os “pontos quentes”, aqueles de maior ocorrência, o que contribui para identificação do fenômeno pesquisado. Entende-se a partir destes dois mapas¹⁵ que os tipos de empreendimentos visam atender diferentes cenários socioeconômicos.

Dos 1049 empreendimentos que compreendem os minimercados e mercearias na cidade de Ponta Grossa, o mapa dois espacializa 987 destes empreendimentos por bairros. Os empreendimentos caracterizados como supermercados e hipermercados que totalizam juntos 99 empreendimentos no município, foram espacializados por bairros no mapa três 87 destes empreendimentos.

Os demais empreendimentos em ambos os casos que não constam no mapeamento são decorrentes da falta de informação do endereço do estabelecimento e/ou o fato de residirem nas áreas rurais do município que foram desconsideradas no mapeamento.

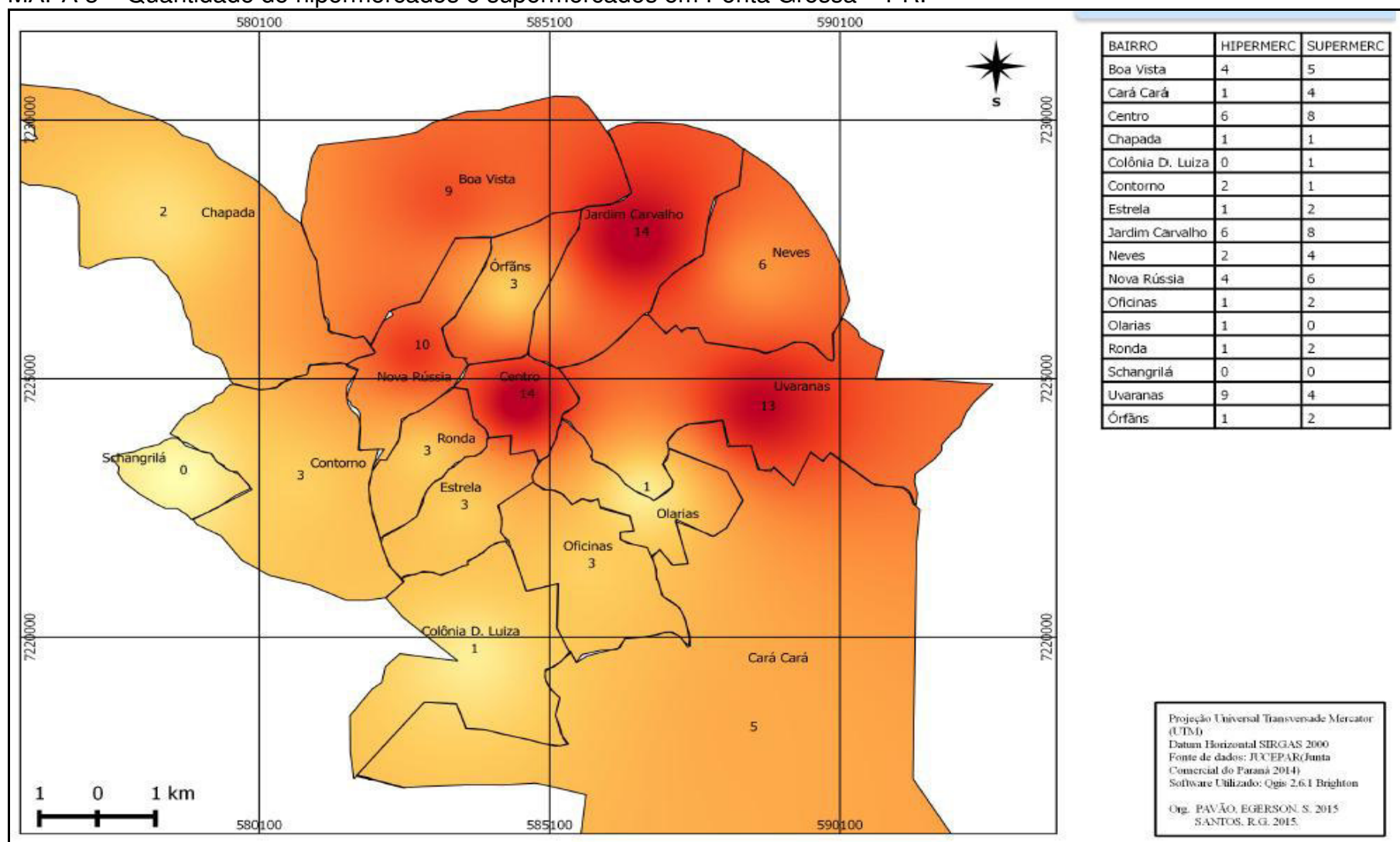
O mapa 3 apresenta a distribuição espacial dos hiper e supermercados por bairros no perímetro urbano do município de Ponta Grossa. Observa-se a concentração dos empreendimentos nos bairros do Jardim Carvalho, Uvaranas e no Centro, os dois primeiros são bairros considerados subcentrais. A dependência de um número muito elevado de clientes para que ocorra um grande volume de vendas inviabiliza a dispersão destes empreendimentos, concentrando-se assim nos centros comerciais.

O Bairro Jardim Carvalho figura-se junto com Oficinas e Neves os de maior inclusão social de acordo com Nascimento (2008). O bairro de Uvaranas é o que possui o maior número de população absoluta, onde os níveis de renda e inclusão social modifica-se muito conforme o local que ocupa no bairro, que varia desde o centro periférico até o limite oriental da área urbana. Nascimento (2008) aponta para

¹⁵ Ambos os mapas foram confeccionados pelo software Quantum GIS (QGIS). A escolha do software se deu pelo fato do mesmo possuir todas as ferramentas necessárias a construção do mapa, ser um programa livre, não demandando despesas adicionais e a familiaridade do autor dos mapas com o aplicativo em questão.

a ocorrência no bairro de Uvaranas de uma grande desigualdade socioespacial, tendo (11.101 habitantes) considerados incluídos socialmente paralelamente a (30.765 habitantes) considerados excluídos socialmente.

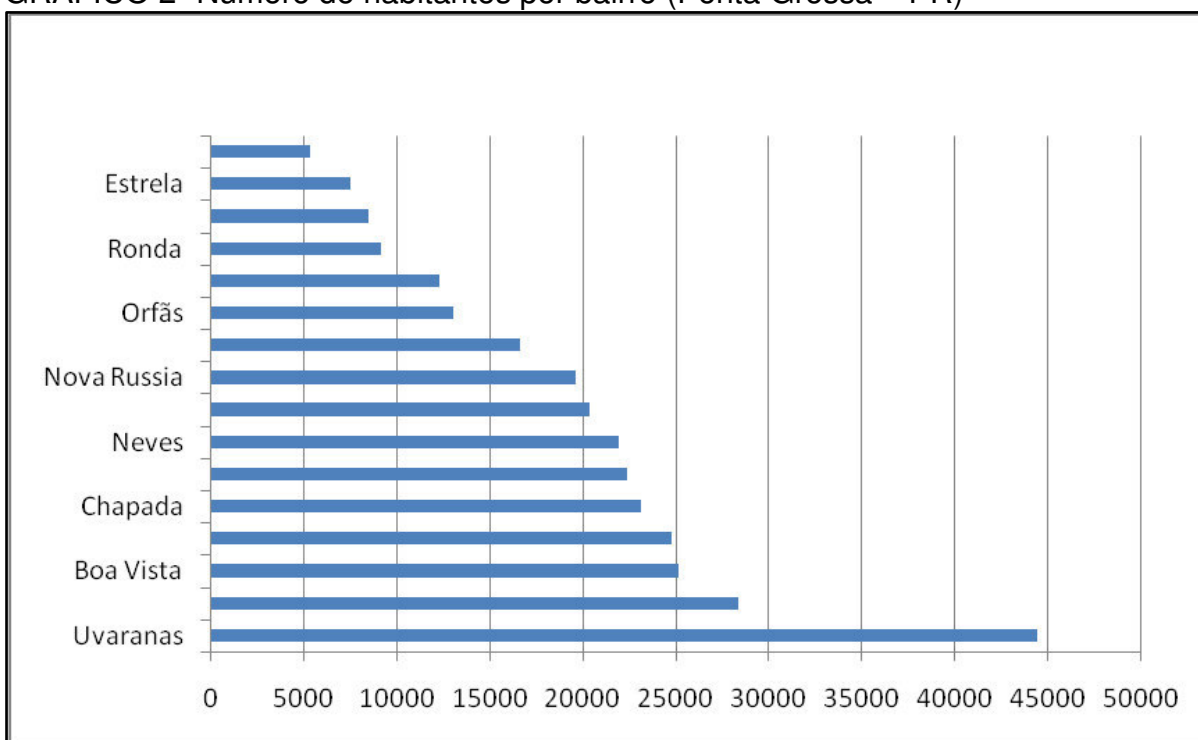
MAPA 3 – Quantidade de hipermercados e supermercados em Ponta Grossa – PR.



Já a distribuição dos empreendimentos de localidade mínima apresenta-se de maneira mais equitativa no perímetro urbano. Por não dependerem de um número elevado de clientes para que se justifique a ocorrência do empreendimento, os mesmos não têm necessariamente que localizar-se em áreas centrais. Por terem foco no local, a vila, até mesmo na rua, onde os deslocamentos dos clientes são realizados principalmente a pé, os empreendimentos não oferecem dificuldades referentes a dispersão do mesmo no espaço urbano. Desta maneira, onde estiver os clientes podem-se estabelecer os empreendimentos de localidade mínima.

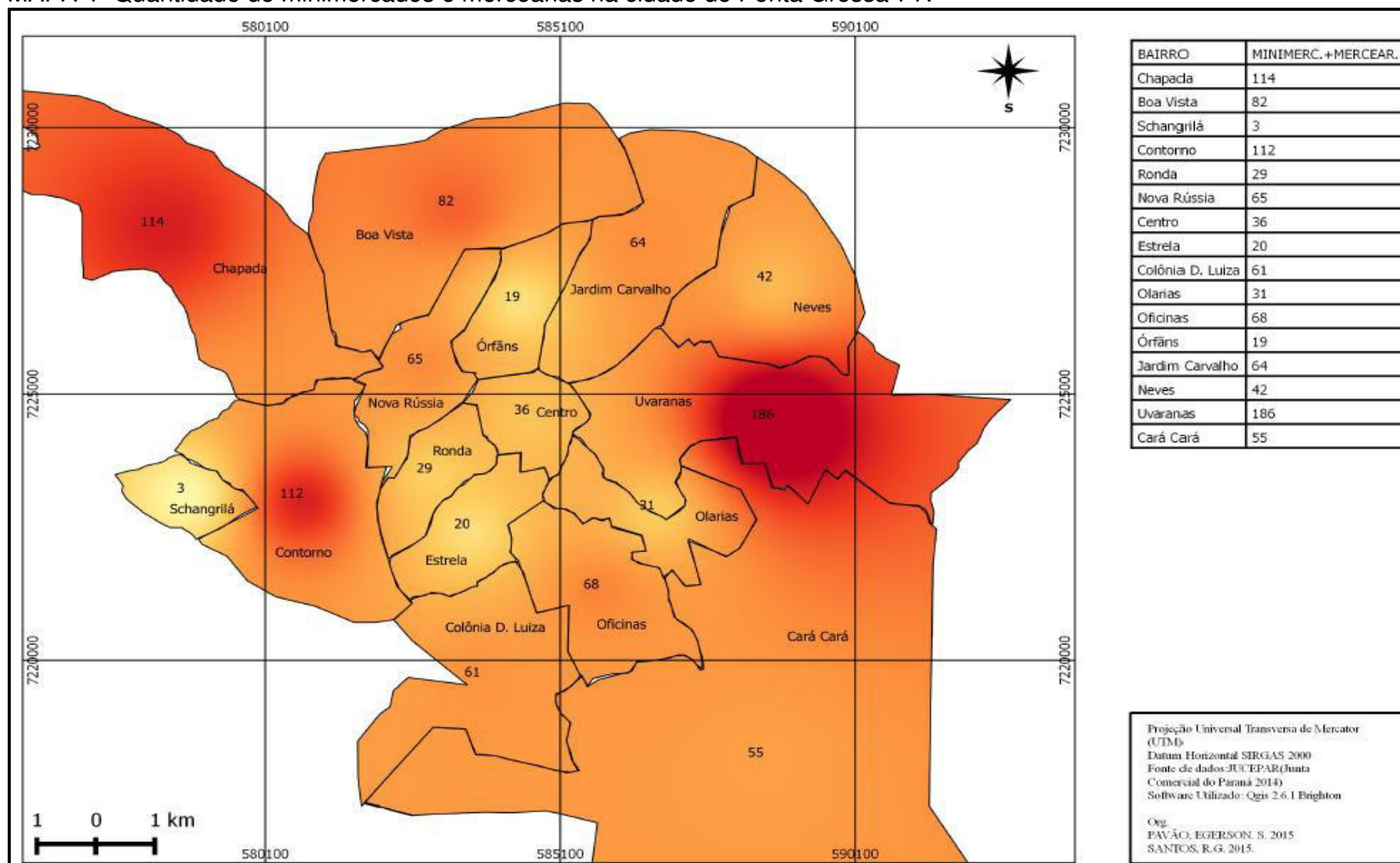
Analisando a tabela de número de habitantes por bairro e o mapa, percebe-se que o número maior de estabelecimentos de localidade mínima é justamente onde há uma maior densidade demográfica. Tem-se então que o número de minimercados e mercearias está diretamente relacionado ao contingente populacional, o mapa 4 retrata esta relação.

GRÁFICO 2- Número de habitantes por bairro (Ponta Grossa – PR)



Fonte: IBGE (2010), Org. SANTOS, R.G, 2014.

MAPA 4- Quantidade de minimercados e mercearias na cidade de Ponta Grossa-PR



Assim como os empreendimentos “optam¹⁶” por sua localização como um reflexo da condição socioespacial, eles também condicionam a mesma. Se as formas de comércio de alimentos variam espacialmente conforme as classes de renda, variam também sua qualidade. Enquadra-se neste contexto para as populações de baixa renda os comércios de vendas de produtos frequentemente de menor qualidade e maior custo. Estes estabelecimentos são então reflexo e condicionante de um cenário de insegurança alimentar e social.

Considerando-se o macroambiente alimentar a escala dos bairros, onde se averigua a densidade da disponibilidade de comercialização de alimentos próxima as residências (DURAN, 2013). Percebe-se que os empreendimentos diferenciam-se na relação centro-periferia, e que para as áreas distantes do centro o macroambiente alimentar sintetiza-se principalmente pela pulverização de empreendimentos de localidade mínima. Estes empreendimentos caracterizam-se frequentemente pelo seu grau tecnológico, de organização e de capital como do circuito inferior, e atendem preferencialmente as pessoas também enquadradas neste circuito da economia urbana (SANTOS, 1979).

Para a ampliação das espacialidades possíveis para obtenção de alimentos entre outros recursos necessita-se de potencial em mobilidade, que por sua vez depende sobretudo de dinheiro. Deste modo, para a população com menos recursos monetários o efeito da vizinhança e a aproximação com o circuito inferior torna-se mais efetivo.

3. 2 AS CARACTERISTICAS SOCIOECONOMICAS DA VILA OURO VERDE E A PROXIMIDADE COM OS PEQUENOS MERCADOS DA VILA

Efetuiu-se no decorrer do levantamento de campo nos dias 12, 13 e 14 de Maio de 2014, uma pesquisa de locais de compra, na qual a partir da aplicação dos questionários semi-estruturados buscou saber a porcentagem dos moradores da Vila que realizam a compra de produtos alimentícios e de higiene pessoal nos pequenos comércios locais, e qual seria a porcentagem realizada nestes. Para este efeito foram entrevistadas preferencialmente as matriarcas das famílias, pois é mais recorrente que sejam estas que administrem a alimentação da mesma.

¹⁶Para a maioria dos empreendimentos do circuito inferior não existe opção de escolha de localidade, muitas vezes os empreendimentos são realizados nas próprias residências.

Das 74 famílias entrevistadas, apenas uma afirma não realizar compras de alimentos nos pequenos mercados locais. A porcentagem das compras realizadas nestes mercados varia bastante conforme a residência pesquisada e principalmente pela modalidade de trabalho do provedor da família, perfazendo uma média de 51% do montante consumido durante o mês. Destaca-se que 11 famílias, 14,9%, afirmam realizar entre 90 a 100% das suas compras nos pequenos estabelecimentos locais.

Outro importante determinante na escolha de comprar nos pequenos comércios locais é a facilidade ao crédito fiado (SANTOS, 1979). Tendo a população de baixa renda dificuldades em obter o mínimo de renda necessária a uma vida digna com segurança alimentar, qualquer variação no orçamento familiar, como eventual problema de saúde na família, inviabiliza a quitação das intolerantes e pouco flexíveis dívidas do crédito formal, que trabalha com juros extremamente onerosos. Das famílias entrevistadas, 39 delas, o que perfaz 52,7%, afirmam manter conta fiado nos pequenos comércios locais.

Acrescenta-se a esta questão, a ocorrência de grande parte desta população que trabalha de maneira informal. O trabalho informal, por sua vez, é condicionado a fatores como: demanda do mercado consumidor, produtividade, disponibilidade de recursos humanos e materiais e outros condicionantes. Estas condições tornam suas rendas instáveis e dificulta a participação no “engessado” sistema do crédito formal. Soma-se à instabilidade do trabalho informal o fato de que o cidadão está afastado da previdência social e demais benefícios assegurados em caso de adversidades que o trabalhador possa sofrer.

Em entrevista sobre a fonte de renda dos provedores da família, 23 deles, o que totaliza 31,5% dos entrevistados, trabalham de maneira informal. De todos entrevistados que trabalham de maneira informal, apenas sete, 9,6% afirmam não possuir conta fiado em mercearias locais. Entre os trabalhadores de carteira assinada este número salta para 46,9%.

Sobre os motivos de não possuírem crédito nos pequenos comércios locais, as respostas também variam conforme a modalidade de trabalho e está intimamente vinculada a posse de outras modalidades de crédito. Sobre a posse de crédito formal (com contrato) com instituições financeiras ou empresas, como talão de cheque, cartão de crédito, empréstimo pessoal, cartão supermercado, crédito consignado entre outros. Entre os trabalhadores formais, 36 deles (72% do universo

pesquisado), possui crédito formal. Entre os trabalhadores informais este número cai para 8 pessoas, o que representa 33,3%.

Entre os trabalhadores que possuem o crédito formal e não possui o crédito fiado, as respostas mais recorrentes sobre os motivos de não possuírem o último foram: não necessitar do crédito, pois quando necessário os mesmos tem outras fontes de crédito como talões de cheque, cartões de crédito e vale mercado. Entre os trabalhadores que não possuem os créditos formal e informal (fiado), quando em momento de necessidade afirmam recorrer a parentes, vizinhos, a Igreja e ao Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), mas nunca ao crédito fiado.

Segundo Janete, 31¹⁷ anos, que trabalha como coletora de reciclagem afirma que “a instabilidade de sua renda não lhe permite manter a conta nas mercearias”. Entre as pessoas que não possuem fiado e nem crédito formal, cinco delas, o que totaliza 16,6%, afirmam não terem nenhuma modalidade de crédito e nenhuma dificuldade na compra de alimentos.

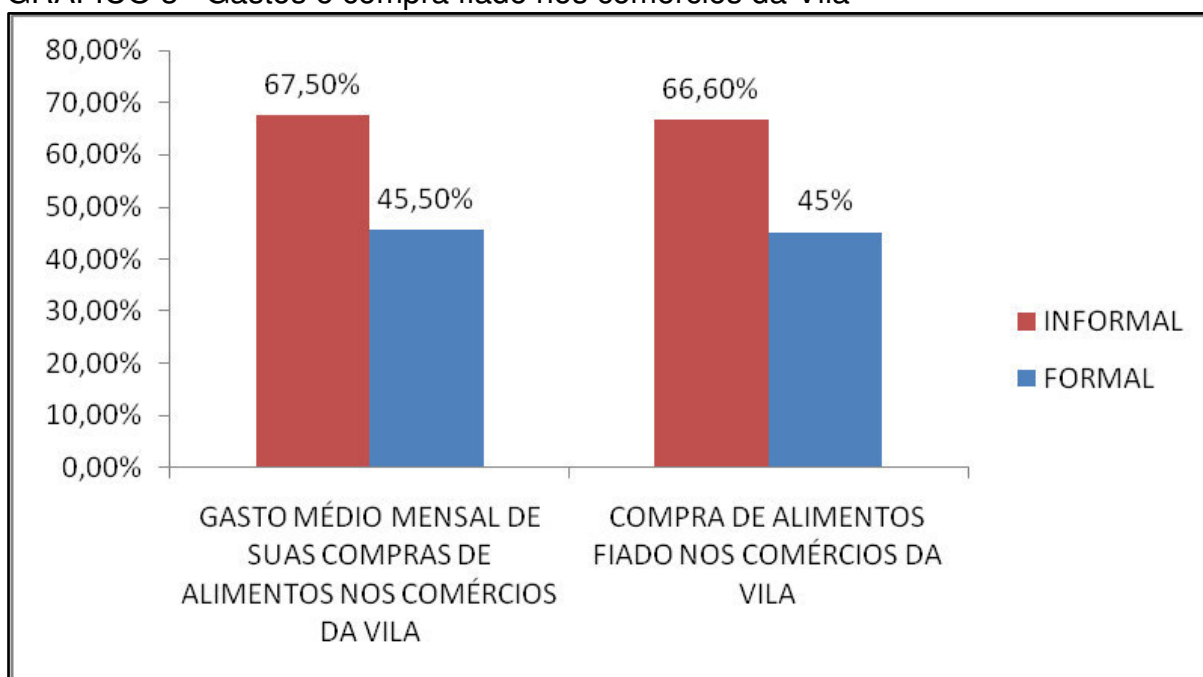
No contexto de urgência, quando não existe a possibilidade de nenhuma modalidade de crédito, Maria 61 anos, que cuida e tem a guarda de dois netos, afirma não recorrer ao pedido de ajuda quando sente a falta ou escassez de alimentos. A mesma afirma durante uma delicada¹⁸ entrevista, que se sente envergonhada em pedir o auxílio, e afirma que nos momentos de escassez “opta” por reduzir a quantidade, o volume e a qualidade das refeições para si própria e para os netos.

A porcentagem das compras realizadas nos pequenos mercados locais, relacionadas à obtenção do crédito (fiado) e a modalidade de trabalho formal e informal são analisadas no gráfico 3.

17 Para preservar a identidade dos entrevistados optou-se pelo uso de pseudônimos.

18 Delicada porque falar sobre o tema da fome não é fácil, principalmente para quem sofre deste terrível flagelo.

GRÁFICO 3– Gastos e compra fiado nos comércios da Vila



Fonte: SANTOS, R.G, 2014

Percebe-se neste gráfico que a maioria das pessoas que trabalham de maneira informal consome mais nas mercearias locais e, totalizam a maioria dos que possuem conta fiado. Das 11 famílias que afirmam gastar entre 90 a 100% de suas compras nos mercados locais, 9 delas trabalham de maneira informal e todas possuem fiado. Já os que possuem trabalho formal gastam menos nas mercearias locais e contabilizam uma porcentagem menor entre as pessoas que possuem conta fiado.

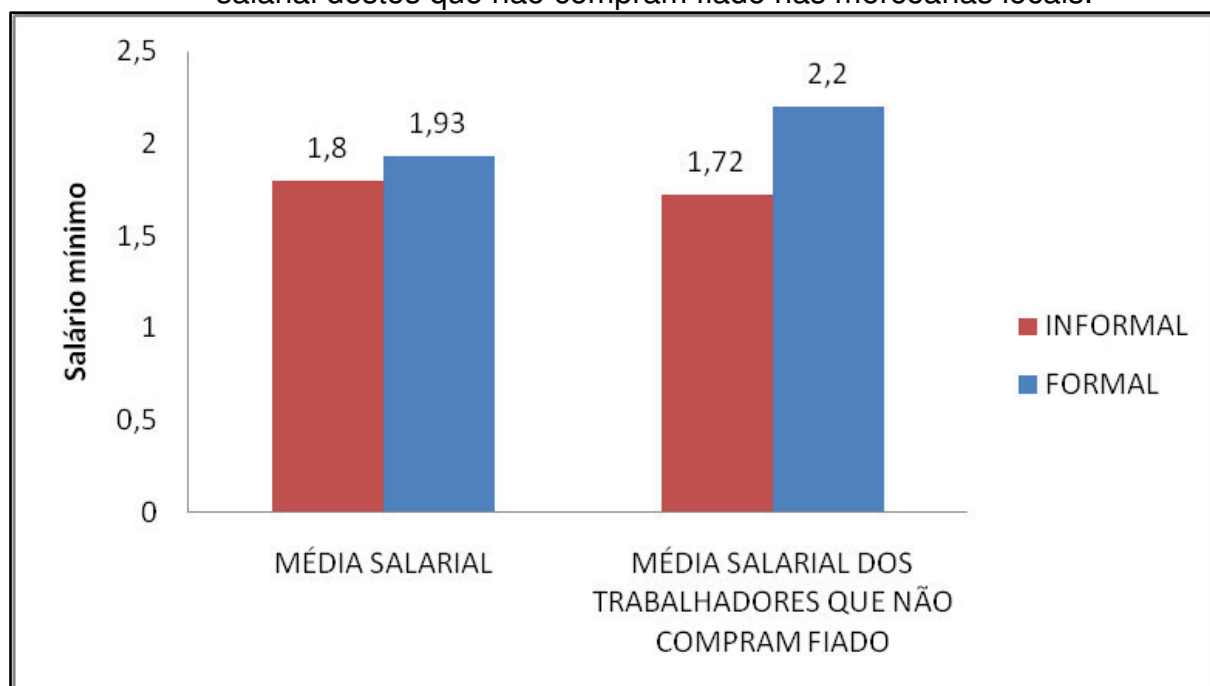
A renda familiar foi dividida por salários mínimos, para que se tivesse uma noção de quantos salários mínimos cada família obtém de rendimento mensal, tendo como parâmetro o salário mínimo nacional vigente R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais). A média salarial da renda familiar da população entrevistada é de 1,86 salários mínimos, apresentando uma pequena variação entre as modalidades de trabalho formal e informal, 1,93 e 1,8 salários mínimos respectivamente. Em média, a população entrevistada possui 3,6 moradores por residência, dividindo-se a média salarial pelo número de moradores tem-se que a renda per capita seja em torno de R\$ 374, 06, aproximadamente meio salário mínimo.

Em princípio pensava-se que a obtenção do crédito fiado e a porcentagem das compras nos comércios locais estariam mais intimamente vinculadas a renda

das famílias. Entretanto, a análise dos dados mostraram que a aproximação desta relação está mais relacionada a modalidade de trabalho do provedor da família.

O gráfico a seguir mostra a ligeira diferença salarial entre os trabalhadores de carteira assinada e os informais. Demonstra também que a diferença entre as médias salariais dos que não comprem fiado não é muito diferente da média salarial da população em geral.

GRÁFICO 4– Rendimento mensal entre trabalhadores formais e informais e média salarial destes que não comprem fiado nas mercearias locais.



Fonte: SANTOS, R.G, 2014.

Mesmo havendo uma leve diferença salarial entre as duas modalidades de trabalho, observou-se que nem sempre os assalariados recebem mais do que os trabalhadores independentes informais. As médias salariais destes são muito próximas. Entende-se assim que as possibilidades financeiras de mobilidade urbana para a escolha dos empreendimentos para a compra de alimentos sejam praticamente as mesmas. O fator apresentado como preponderante para a maior porcentagem de compras e posse do crédito fiado nos comércios locais fora a obtenção ou não do crédito formal, que por sua vez está intimamente vinculada ao trabalho formal.

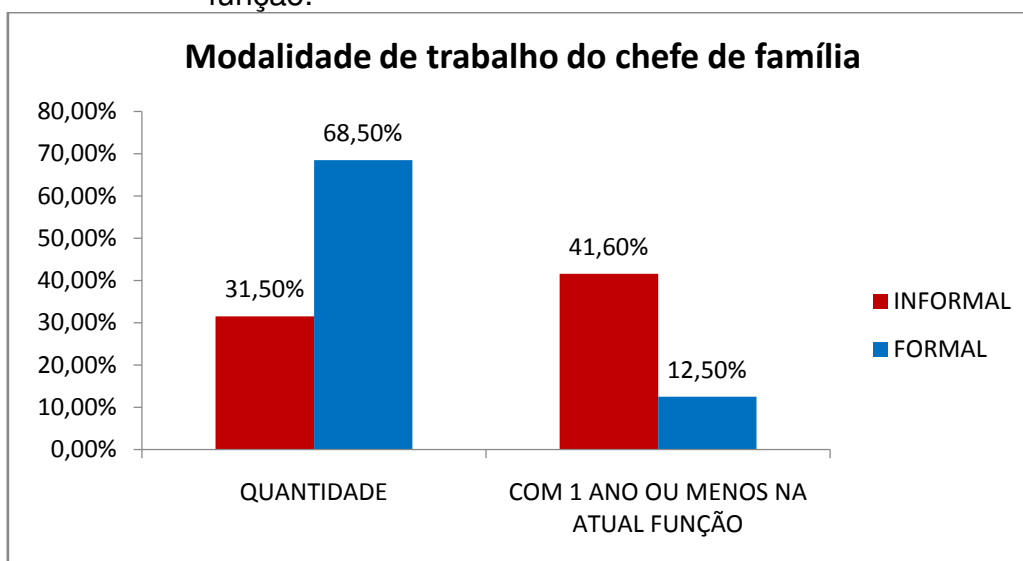
Segundo Santos (1979), o trabalho no circuito inferior se dá pelo trabalho assalariado pouco remunerado e pelo trabalho informal ou temporário. Conforme evidenciaram Santos e Clarindo (2012), os níveis educacionais da comunidade são

muito baixos. Entre os provedores das famílias, pouquíssimas pessoas possuem nível superior, 1,28% da população. O que contrasta com a população com níveis primário, fundamental e de analfabetos com os respectivos 29,60%, 34,5% e 3,03 %.

Por não possuírem na maioria das vezes uma especialização ocupacional, em face do nível educacional ser muito baixo na comunidade, a fluidez do emprego torna-se maior, principalmente entre os trabalhadores informais. Em média, os trabalhadores informais entrevistados estão a 3,5 anos exercendo a atual função, entre os trabalhadores formais este número salta para 9,5 anos.

No gráfico 5 se observa a porcentagem dos trabalhadores entrevistados com trabalho formal ou informal, bem como a porcentagem destes que estão a um ano ou menos exercendo a atual função.

GRÁFICO 5- Modalidade de trabalho do provedor da família e tempo exercendo a função.



Fonte: SANTOS, R.G, 2014

Mesmo entre a população que trabalha com carteira assinada e principalmente entre os trabalhadores informais, é recorrente a prática do comércio. Entre os entrevistados, 19 deles, o que representa 25,6%, afirmam praticar alguma modalidade de comércio. Todos estes comércios são realizados dentro da residência ou em alguma adaptação sobre o quintal. Apenas uma pessoa afirma ter funcionário assalariado, ainda que este único seja temporário e informal. Para o restante o trabalho é exclusivamente familiar. Na figura 6 vemos um empreendimento comercial realizado no quintal da residência.

FIGURA 5– Empreendimento comercial adaptado no quintal da residência.



Fonte: SANTOS, R.G, 2014.

Entre os muitos tipos de empreendimentos comerciais existentes na Vila percebe-se uma gama grande destes vinculados a restauração e reaproveitamento, como corte & costura, mecânica de carros antigos, brechós, loja de móveis usados entre outros. Segundo Santos (1979), existe uma grande capacidade de recuperação e reaproveitamento no circuito inferior, ao contrário do desperdício da economia moderna “o circuito inferior também poderia ser bem definido segunda a fórmula de Lavoisier¹⁹: ‘Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma’(...)” (1979, p. 156). As figuras 7 e 8 retratam empreendimentos de reaproveitamento e restauração respectivamente que ocorrem na Vila Ouro Verde.

¹⁹ Lavoisier. A. L foi um renomado químico francês, o enunciado desta passagem refere-se ao princípio da renovação da matéria, sua frase popularmente conhecida é “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.”

FIGURA 6– Empreendimento de venda de móveis usados.



Fonte: SANTOS, R.G, 2014.

FIGURA 7– Mecânica de carros.



Fonte: SANTOS, R.G, 2014.

Tanto pelo viés do trabalho quanto do consumo percebe-se a proximidade da comunidade com o circuito inferior da economia. Apesar de esta economia servir como “refúgio” para as populações que se encontram com dificuldades de consumir

e trabalhar no circuito superior como afirma Santos (1979), no processo de acesso a alimentação a mesma apresenta-se prejudicada.

3.3 A DIFERENÇA ENTRE OS VALORES DA CESTA BÁSICA

Para se conceber uma cesta básica de alimentos preliminarmente define-se a composição média das famílias e depois a composição da cesta de alimentos a ser consumida por esta (PANIGASSI, 2005). O valor da cesta básica para Ponta Grossa vem sendo calculado e divulgado desde meados de 1996 pelo Centro de Estudos e Pesquisas Rouger Miguel Vargas (CEPRMV) vinculado à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Inicialmente, para cálculo do valor da cesta básica o CEPRMV utilizava como base a Pesquisa de Orçamentos Familiar (POF) do ano de 1994, baseada no consumo de famílias compostas por quatro pessoas e renda de até cinco salários mínimos. Dez anos após, em 2004 o centro de pesquisas iniciam novo levantamento para atualizar os hábitos de consumo dos ponta-grossenses.

Em setembro de 2006, a pesquisa nos supermercados que havia sido interrompida para o levantamento dos hábitos alimentares da cidade foi retomada pelo CEPRMV. Cabe destacar que a com a POF (2006) obteve-se uma nova cesta básica, a qual serve para famílias constituídas em média de três pessoas e renda de um a cinco salários mínimos. Atualmente a cesta básica ponta-grossense que é composta por trinta e quatro itens e custa R\$ 477,14 (valor calculado para o mês de Maio de 2014). Os 34 itens da cesta básico constam no anexo A.

O comprometimento da cesta básica na renda do pontagrossense que ganha apenas um salário mínimo é de 65,9% da renda, realidade esta vivida por 21,6% das famílias entrevistadas. O comprometimento da renda com a cesta básica diminui conforme aumenta a renda, para aqueles que ganham até dois salários mínimos o comprometimento da renda é de quase um terço conforme se observa na Tabela 3.

TABELA 3– Comprometimento causado pelo valor da cesta básica na renda familiar em porcentagem.

Ano base: 2014	Um salário mínimo	2 salários mínimos	3 salários mínimos	4 salários mínimos
Renda familiar:	R\$ 724,00	R\$ 1.448,00	R\$ 2.117,00	R\$ 2.896,00
Subtraído o valor da cesta básica restam:	R\$ 248,86	R\$ 970,86	R\$ 1.694,86	R\$ 2.418,86
Comprometimento percentual:	65,9%	32,95%	22,53%	16,47%

Fonte: SANTOS, R.G, 2014

Analizando o valor da cesta básica com base na renda familiar dos entrevistados, conclui-se que em média os mesmos comprometam (35,43%) de suas rendas com a cesta básica de alimentos.

O valor da cesta básica para Ponta Grossa que vem sendo calculada pelo CEPRMV é aferida através do levantamento dos valores das cestas em seis mercados de grande porte do município. Estes locais foram selecionados a partir da Pesquisa de Locais de Compra (PLC) que fora realizada junto a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2004 (POF - 2004) pelo CEPRMV. A mesma identificou que estes seis estabelecimentos de grande porte representavam mais de 80% do consumo da cidade, sendo dois deles no centro tradicional, e quatro nos *subcentros*. Considerou-se também a partir da (POF – 2004) os 34 produtos²⁰ que compõe a cesta básica dos ponta-grossense.

Para compreensão do peso da exploração sobre os preços dos alimentos pagos por aqueles que consomem no circuito inferior, realizou-se um comparativo dos valores das cestas básicas de alimentos efetuadas nos principais mercados do município calculada pelo CEPRMV e o valor desta mesma cesta básica de alimentos realizada nas pequenas mercearias da Vila Ouro Verde.

Efetuuou-se uma breve (PLC) para saber quais os pequenos mercados da Vila que os moradores realizavam suas compras. Apesar de muito diverso, foram elencados os três mais citados, os quais serão denominados respectivamente A, B e C. Mantém-se o sigilo sobre os nomes das mercearias para que não seja efetuado qualquer tipo de referência para concorrência de mercado.

Durante a PLC houve bastante referência sobre a realização das compras em um supermercado localizado na Vila Santa Marta. A Vila em questão caracteriza-

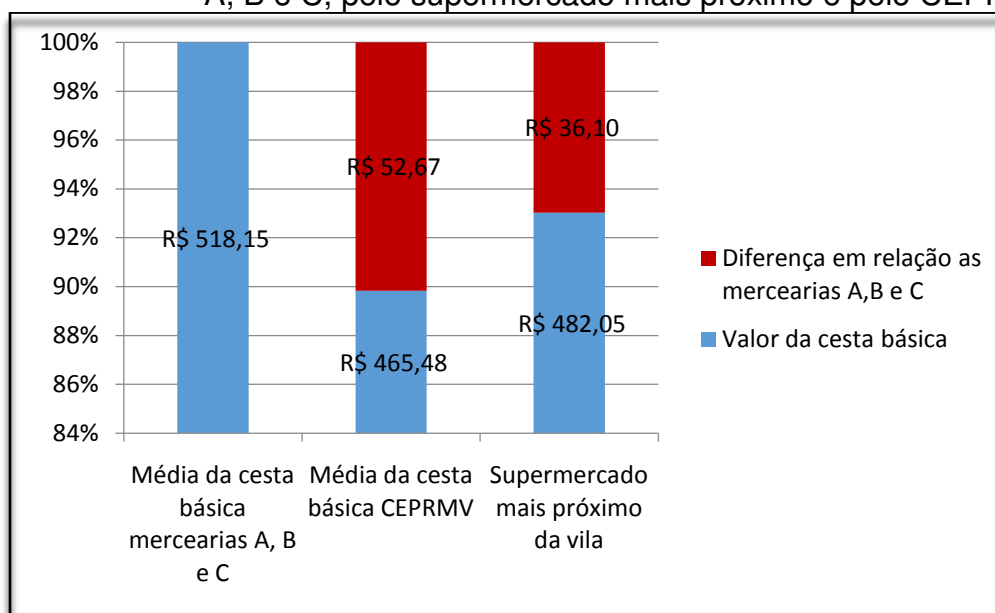
²⁰Para o CEPRMV todos os produtos que na POF (2004) eram consumidos por mais de 80% da população entrevistada fazem parte da cesta básica local.

se como uma centralidade comercial para os moradores da Vila Ouro Verde devido sua proximidade. Na Vila Santa Marta concentram-se uma gama diversificada de atividades comerciais e os aparatos públicos habitualmente utilizados pelos moradores do Ouro Verde, como escolas, postos de saúde, creches entre outros. Sendo assim, o mercado em questão também foi tomado em análise e o denominaremos como supermercado mais próximo.

Para que pudesse ser realizado este comparativo, executaram-se alguns levantamentos nos mercados de grande porte do município junto à equipe do CEPRMV. Durante as mesmas pode-se anotar e compreender o processo de seleção dos produtos que compõem a cesta básica por eles levantada, para tornar-se exeqüível a realização do comparativo mais próximo possível. O comparativo é relacionado a semana que foram feitos os levantamentos dos valores das cestas, para evitar as inúmeras variações dos preços. Sendo assim, o comparativo refere-se a quarta semana de Maio de 2014.

O valor da cesta básica contendo os 34 produtos elencados pelo CEPRMV, realizada a média das três mercearias levantadas A, B e C foi de R\$ 518,15. O valor da cesta básica contendo os mesmos produtos calculada a média dos seis mercados de grande porte elencados pelo CEPRMV foi de R\$ 465,48. Temos então uma diferença de R\$ 52,67, que compreende 10,16%. Em relação ao mercado mais próximo a cesta ficou calculada em R\$ 482,05 uma diferença de 6,96% (R\$ 36,10) em relação as mercearias A, B e C. Estes valores encontram-se expressos no gráfico a seguir.

GRÁFICO 6-Diferença entre os valores das cestas básicas calculadas nos mercados A, B e C, pelo supermercado mais próximo e pelo CEPRMV



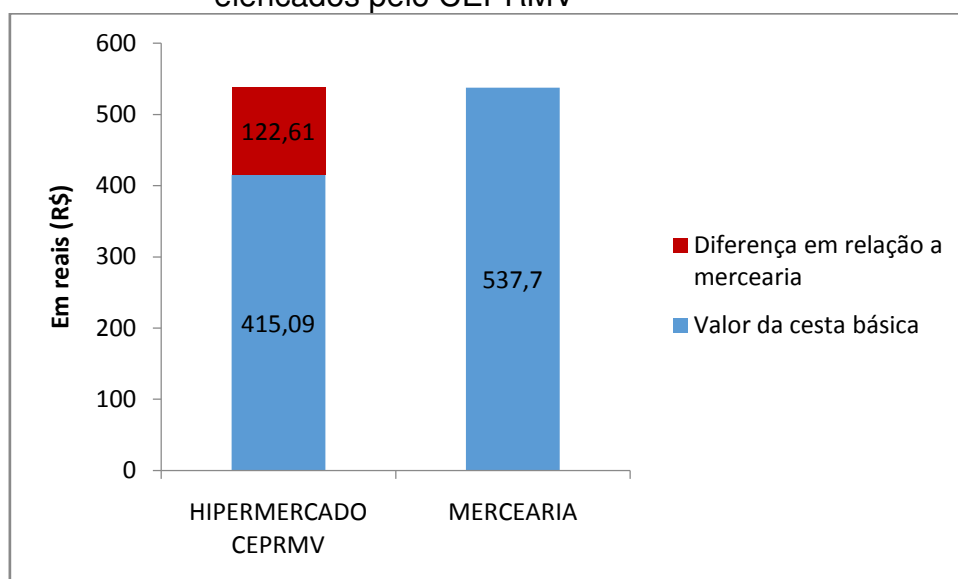
Fonte: CEPRMV; SANTOS, R.G, 2014.

Entende-se que esta diferença não é exata, mas sim uma aproximação, isto porque nas pequenas mercearias pesquisadas as variedades de produtos possíveis para o levantamento eram menores, já que a falta de espaço físico destes estabelecimentos não comportam tantas variedades. Tendo em vista as limitações do espaço físico das pequenas mercearias, os comerciantes optam por ter no estabelecimento os produtos das marcas mais baratas, pois visam atender uma clientela com menor poder de compra.

Estas questões nos levam a entender que a diferença nos valores da cesta básica pode ser maior do que o resultado aqui expresso, sendo mais oneroso ainda o preço praticado nas pequenas mercearias locais. Em muitos casos, no momento do levantamento dos preços dos produtos nestas pequenas mercearias, para alguns produtos havia apenas as marcas consideradas de baixa qualidade.

Apesar da qualidade inferior para alguns produtos praticados nos mercados da Vila, principalmente para bolachas e biscoitos, o valor da cesta básica ainda permaneceu maior nestes estabelecimentos. A diferença entre o valor da cesta básica mais onerosa praticada entre os mercados A, B e C e o menor valor praticado entre os mercados elencados pelo CEPRMV foi de R\$ 122, 61, o que representa 22,8% mais cara na mercearia da Vila. O gráfico 7 apresenta desta diferença.

GRÁFICO 7– Diferença entre o maior valor da cesta básica praticada entre as mercearias A, B e C, e o menor valor praticado pelos mercados elencados pelo CEPRMV

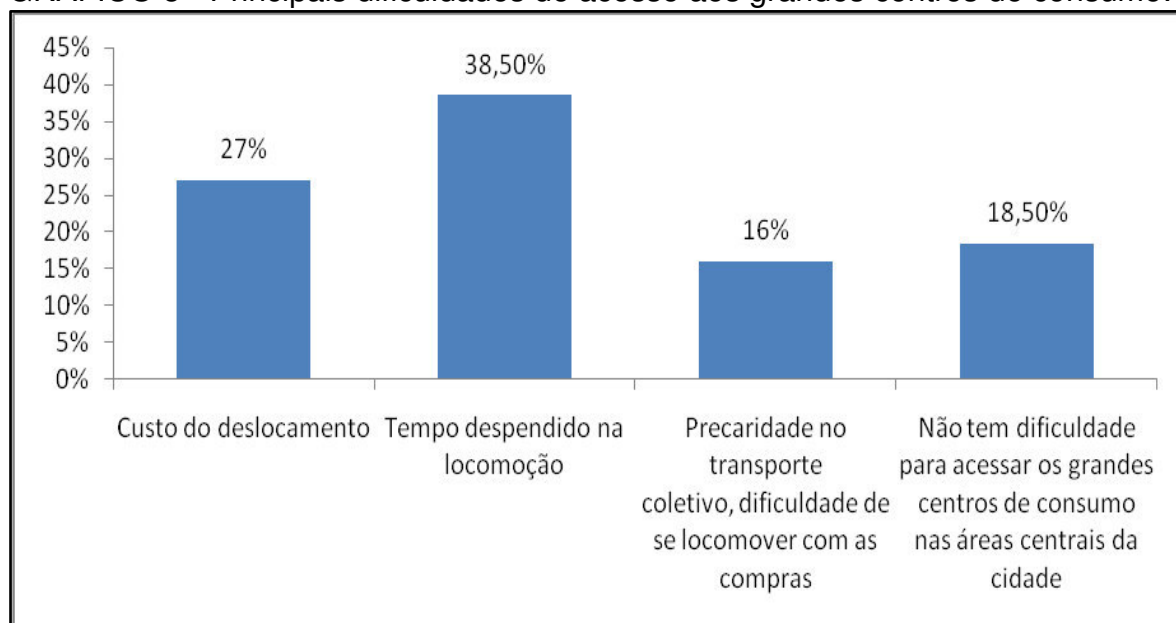


Fonte: CEPRMV; SANTOS, R.G 2014.

Por estar a população da Vila distante dos principais centros de consumo do município, onde os preços dos alimentos são via-de-regra menos onerosos, com maior gama de opções e seu acesso efetuado principalmente por automóveis individuais, torna-se caro e difícil para essa população o acesso a estas grandes redes de comércio. Das famílias entrevistadas, 39 delas, o que representa 53,4% afirmam não possuir veículos automotores, o que torna mais difícil o acesso aos grandes centros de consumo, tendo em vista que o transporte coletivo além de oneroso e precário demanda muito tempo para locomoção.

Sobre quais eram as principais dificuldades em realizar compras nos mercados de grande porte nas áreas mais centrais, todos os entrevistados alegaram dificuldades referentes ao custo com o transporte, tempo gasto no deslocamento e precariedade do transporte coletivo, com dificuldade em carregar as sacolas de compras. Ao indagar qual desses motivos os moradores consideravam como o maior empecilho ao acesso aos grandes centros de consumo, o mais cogitado abrangendo 38,5% dos entrevistados foi o tempo despendido no deslocamento, ver gráfico 8.

GRÁFICO 8 - Principais dificuldades de acesso aos grandes centros de consumo.



Fonte: SANTOS, R.G, 2014

3.4 O MICROAMBIENTE ALIMENTAR

Conforme aponta Duran (2013), o microambiente alimentar compreende as variáveis dos estabelecimentos comerciais referentes a “disponibilidade, variedade, qualidade, preço, localização/distribuição dentro do estabelecimento e promoção/propaganda de alimentos” (DURAN, 2013, p.34). As observações de campo concernentes a estas variáveis nas mercearias A, B e C apontam para um microambiente alimentar não favorável a prática de uma alimentação saudável.

Observa-se nos quesitos disponibilidade e variedade que, as opções alimentares nos estabelecimentos pesquisados concentram-se basicamente em produtos processados, em detrimento a pouquíssimas opções de produtos considerados saudáveis, como frutas e hortaliças. Estes tipos de estabelecimentos não favorecem a prática de uma alimentação saudável, segundo Duran (2013) estes modelos de estabelecimentos favorecem ao ambiente obsogênico, devido a promoção de alimentos de alta densidade energética.

As poucas opções de alimentos não processados, *in natura*, foram identificadas nos três estabelecimentos, variando muito pouco em quantidade e qualidade entre os mesmos. No dia 26 Maio 2014, no qual fora realizada a entrevista

com os comerciantes e a análise do microambiente alimentar, a variedade de alimentos *in natura* nos estabelecimentos não ultrapassava a seis opções.

QUADRO 2 - Opções de alimentos *in natura* nos estabelecimentos A, B e C

Mercearia A	Tomate, batata, cebola, alface, ovo e banana
Mercearia B	Batata, cebola, tomate, ovo, alho e banana
Mercearia C	Batata, ovo e cebola

Fonte: SANTOS, R.G, 2014

Nos quesitos localização/distribuição e promoção/propaganda de alimentos *in natura* no interior dos estabelecimentos, os mesmos encontraram-se de maneira desfavorável ao consumo. A localização escolhida para venda destes produtos eram as de menor visibilidade, parecendo muitas vezes estar “escondidos” no interior do estabelecimento, como se vê na figura 9.

FIGURA 9 - Localização dos alimentos in natura no interior da mercearia C



Fonte: SANTOS, R.G, 2014.

A promoção de alimentos considerados saudáveis é praticamente inexistente no interior dos estabelecimentos pesquisados. Todos os materiais de

divulgação/promoção presentes nos estabelecimentos no dia da pesquisa eram de alimentos processados, materiais estes que são providos pelos fornecedores das mercadorias. Mesmo nas piores localidades e sem divulgação, os alimentos *in natura* têm muitas vezes que dividir o espaço com os alimentos processados, estando o primeiro sempre em desvantagem quanto à divulgação/propaganda. As figuras 10 e 11 retratam estas evidências.

FIGURA 8 - Distribuição/promoção das mercadorias no interior da mercearia A



Fonte: SANTOS, R.G, 2014.

FIGURA 9 - Alimentos de hortifruti dividindo espaço com alimentos industrializados na mercearia A



Fonte: SANTOS, R.G, 2014

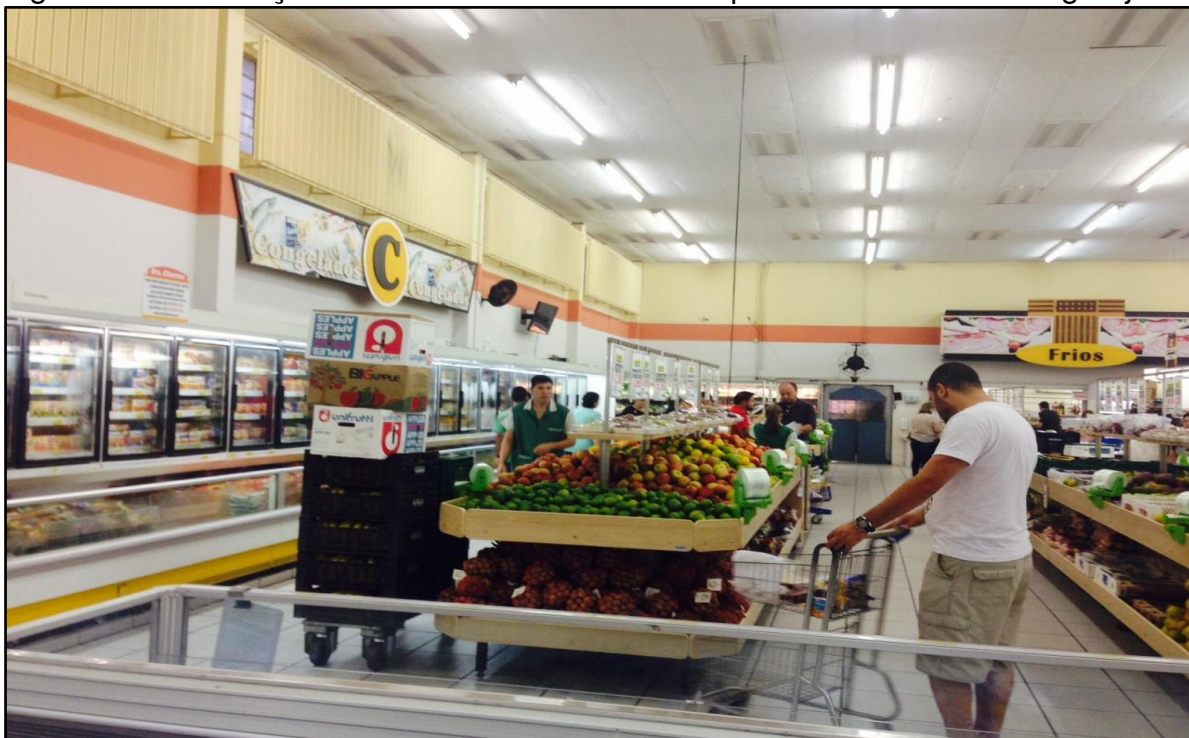
As imagens 12, 13 e 14 a seguir apresentam o departamento de hortifrutigranjeiro do hipermercado mais próximo a Vila Ouro Verde. A variedade em produtos frescos, suas promoções e propagandas são muito superior as encontradas nas pequenas mercearias.

Figura 10: Variedade de alimentos frescos hipermercado mais próximo



Fonte: SANTOS, R.G, 2014

Figura 11: Distribuição dos alimentos frescos no departamento de hortifrutigranjeiro



Fonte: SANTOS, R.G, 2014

Figura 12: Promoção/propaganda de alimentos frescos



Fonte: SANTOS, R.G, 2014

O microambiente alimentar das mercearias pesquisadas aponta para um ambiente não favorável a uma alimentação saudável. Com isso não se quer dizer que estes comércios tenham esta característica devido a simples promoção do gosto

dos comerciantes. Estes na verdade atendem as suas demandas, que segundos os mesmos têm cada vez menor interesse por alimentos *in natura*, que requer maior tempo no preparo. Segundo o comerciante da mercearia B, “as vezes fico sem nenhuma opção de frutas e hortaliças no estabelecimento, pois a procura é muito pequena”.

Em contrapartida, todos os comerciantes entrevistados afirmam um acréscimo na demanda de alimentos processados e prontos para o consumo. Tendo um espaço físico consideravelmente pequeno para abrigar uma variada gama de produtos, estas mercearias seguem as tendências de consumo da comunidade a qual está inserida. Evidencia-se que estes microambientes alimentares não promotores de uma alimentação saudável são fruto também de uma carência de educação alimentar por parte dos consumidores. Como não há na comunidade em questão estabelecimentos destinados exclusivamente a venda de alimentos hortifrutigranjeiros, nota-se que a alimentação não saudável talvez possa advir pela falta de oferta.

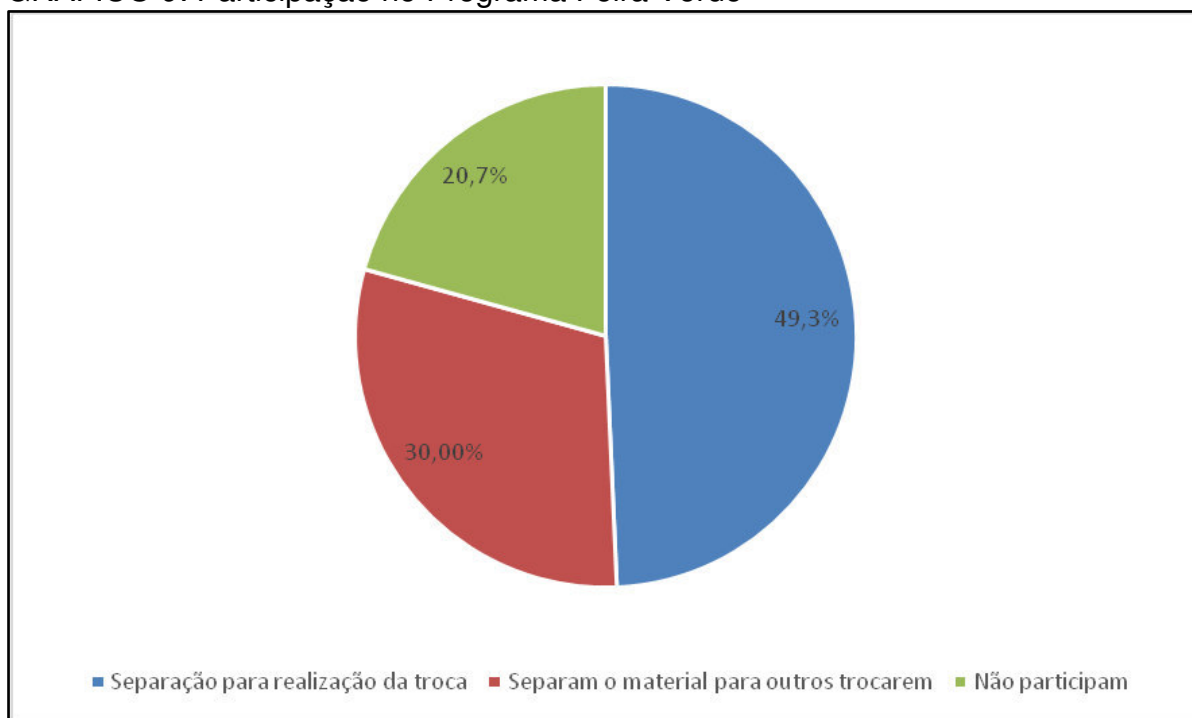
3.4.1 Feira Verde

Segundo os comerciantes das mercearias A e B, as opções em hortaliças e frutas nos seus estabelecimentos decaíram muito após a maciça adesão da população da Vila no Programa Feira Verde (PFV). O PFV realiza a troca de material reciclável por frutas legumes e verduras, que segundo a PMPG são provenientes da agricultura familiar. Para cada três quilos de “lixo reaproveitável” são trocados por um quilograma de alimento. O PFV funciona de segunda a sábado e cada ponto de troca é visitado duas vezes por mês. Segundo dados da PMPG o programa já atende a cerca de 14.000 (quatorze mil) famílias.

O programa funciona em 133 pontos de troca espalhados na área rural e urbana do município. Os pontos de troca são escolhidos segundo a vulnerabilidade social, segundo informa o secretário de Abastecimento do Município, Sérgio Zadorosny Filho no site da PMPG “Os pontos são instalados em áreas periféricas e de maior vulnerabilidade social, para levar a soberania alimentar para aquela população que mais necessita” (FILHO, 2014).

A Vila Ouro Verde compõe um dos pontos de troca do PFV, segundo entrevistas²¹ realizadas com os funcionários do programa em Junho de 2012, a Vila Ouro Verde é um dos pontos com maior volume de trocas. Sobre a participação da população da Vila no PFV:

GRÁFICO 9: Participação no Programa Feira Verde



Fonte: SANTOS, R.G, 2014.

Nota-se que há realmente uma grande adesão da população da comunidade no PFV, seja de maneira direta, realizando a troca ou de maneira indireta, separando os recicláveis para vizinhos e parentes realizarem as trocas. Esta reciprocidade entre os moradores apresenta-se benéfica a todos. Segundo Joana, 40 anos, “muitos vizinhos separam o material para que eu possa trocar no feira verde, ai quando estou voltando sempre deixo a eles algumas frutas e verduras”.

O PFV atua quinzenalmente na comunidade, embora contribua na complementação da alimentação, está longe de planificar a dignidade humana e a soberania alimentar da região. A PMPG explora a carência nutricional das pessoas e consegue através do PFV “limpar a cidade”. Saliente-se que o lixo reciclável tipicamente é fruto das famílias mais abastadas da cidade. O Programa infere o

²¹ As entrevistas foram realizadas durante um trabalho acadêmico de seminário de pesquisa, e esta constatação foi determinante para a escolha do recorte espacial da monografia de Santos e Clarindo (2012) sobre a insegurança alimentar na Vila Ouro Verde.

título de cidade sustentável, denota preocupação ecológica da municipalidade, entretanto usurpa a dignidade alheia na consecução destes estereótipos.

Dos participantes do programa, praticamente todos são de baixa renda, em geral, as famílias tem que recolher os materiais recicláveis em diversos lugares da cidade (geralmente regiões de maior poder aquisitivo) e armazenarem em suas residências. O armazenamento destes resíduos pode causar risco aos moradores de contraírem doenças devido as condições insalubres em que suas residências ficam expostas.

Após isto, os participantes do programa têm que se deslocarem ao ponto de troca, utilizando os meios disponíveis para o transporte dos recicles. Muitas vezes ainda tem que enfrentar longa fila, sobre sol ou chuva, estando todos expostos ao “juízo social”. Entre a população inquirida na pesquisa, alguns declararam espontaneamente que muitos amigos e familiares precisam participar do programa, mais não participam por vergonha.

3.5 Características das mercearias

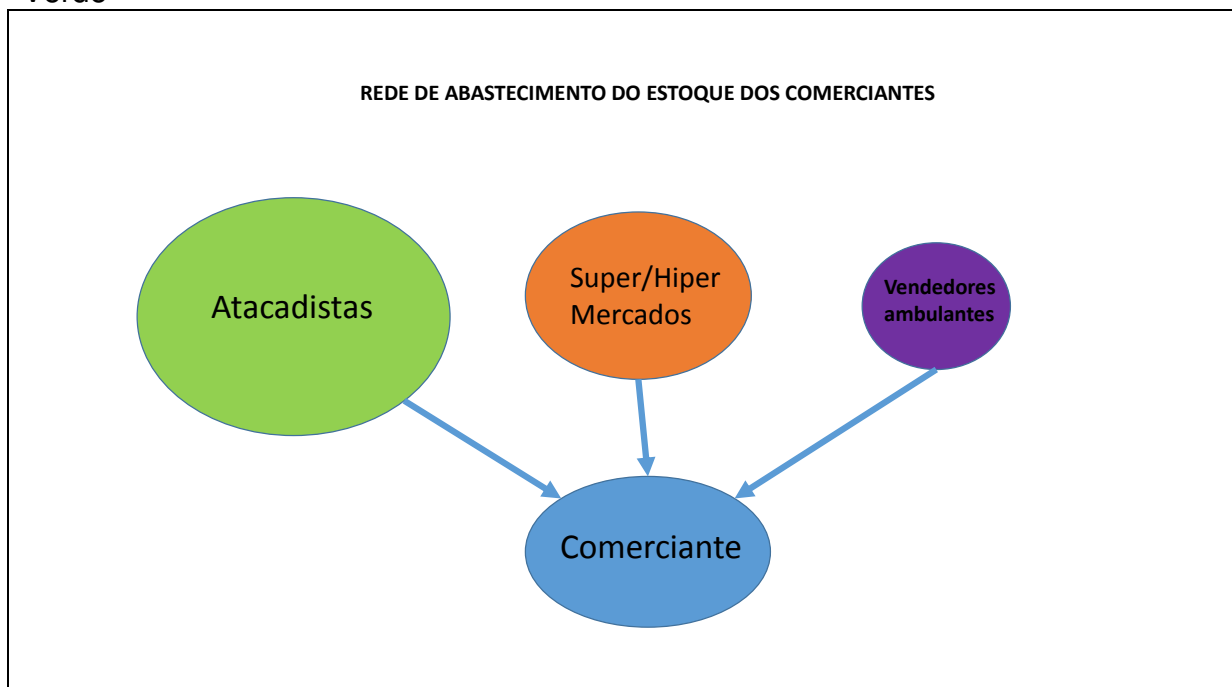
Das três mercearias pesquisadas no Ouro Verde, apenas uma possui funcionário assalariado, as outras são constituídas apenas do trabalho familiar. O único estabelecimento que possui funcionário assalariado é também o único que possui outra fonte de renda além do comércio. Em média os comerciantes afirmam trabalhar 10 horas por dia, de seis a sete dias por semana.

Em média os estabelecimentos têm 65 metros quadrados, todos são adaptações de parte da residência dos proprietários. Segundo os comerciantes, a realização dos empreendimentos no espaço da residência possibilitou uma economia de dinheiro e também de tempo. De acordo com o dono da mercearia B, o fato de morar no mesmo local de seu comércio possibilita a venda para os clientes mesmo nos dias que oficialmente não abrem, como nos domingos e feriados.

Segundo os comerciantes, os estoques são renovados todos os dias em pequenas quantidades. Os produtos são provenientes principalmente dos atacadistas que passam de caminhão vendendo nos comércios e das compras realizadas diretamente nos super/hipermercados atacadistas e convencionais mais próximos. Segundo os comerciantes, raras vezes conseguem comprar produtos

diretamente do produtor, exceto quando pequenos produtores passam oferecendo frutas e hortaliças.

FIGURA 13 - Abastecimento do estoque dos comerciantes A, B e C da Vila Ouro Verde



Fonte: SANTOS, R.G 2014.

A dependência dos intermediários atacadistas é característica no abastecimento destes comércios. Todos afirmam possuir crédito com os atacadistas na compra de mercadorias, em média o prazo para a quitação é de 7 dias via boleto bancário. Segundo os comerciantes entrevistados, estes prazos podem variar de acordo com o nível de confiança do comerciante, podendo algumas empresas atacadistas tolerar prazos maiores.

As marcas líderes de mercado foram apresentadas pelos comerciantes como as mais inflexíveis para obtenção de créditos e prazos. Empresas como Coca Cola, Ambeve (companhia de Bebidas das Américas), Pepsico (fornecedoras dos salgadinhos Elma Chips) e Souza Cruz (fornecedora de cigarros), foram citadas por todos comerciantes como as mais inflexíveis, aceitando apenas pagamento a vista.

As empresas atacadistas visitam os comércios em média uma vez por semana. Sendo assim, quando um novo pedido é feito o anterior tem de estar quitado, cabendo realização de protesto judicial caso o boleto anterior não esteja liquidado.

Como aponta Santos (1979), os circuitos da economia urbana não são impermeáveis, mas ao contrário, estão em constante interação, em uma permanente ação de complementaridade e concorrência. O intermediário atacadista age como um elo entre as economias dos circuitos superior e inferior, segundo o autor “elemento integrante do circuito superior o atacadista é também o cume do circuito inferior” (SANTOS, 1979, p. 32). Entretanto, nesta relação entre os circuitos, quanto mais se desce na cadeia de intermediários piores são as condições de valores e prazos de crédito.

O prazo dado pelos atacadistas para a quitação da mercadoria é por sua vez utilizado pelos comerciantes para dar o prazo da compra da quitação do fiado por seus clientes. Entretanto, todos os comerciantes entrevistados afirmam que estão cada vez menores os prazos fornecidos pelas empresas atacadistas, o que torna ainda mais difícil a manutenção da caderneta de fiado e ao mesmo tempo manter o estoque em dia.

Mesmo tendo nas mercearias A e B a máquina para utilização do cartão de crédito, todos ainda mantêm a caderneta de fiado, sendo esta última de maior volume de venda do que a primeira. De acordo com os comerciantes, muitos clientes não possuem cartão de crédito, o que corrobora para a prática do fiado. Desta maneira, o fiado ainda se mantém como a forma de compra a crédito mais importante destes estabelecimentos.

Mesmo após mais de trinta e cinco anos da primeira edição da obra de Santos (1979), os modelos destes pequenos comércios varejistas característicos do circuito inferior permanecem com muitas das mesmas peculiares citadas pelo autor. Como o mesmo salienta em outra obra, o impacto modernizador atua de diferentes formas em diferentes espaços (SANTOS, 1997). Mesmo com a inserção de formas modernas de comércio, como a compra via cartão de crédito nos espaços característicos do circuito inferior, o mesmo preserva formas tradicionais de comércio.

A manutenção destas formas tradicionais de comércio deve-se muito as dificuldades das populações menos favorecidas economicamente de participarem dos benefícios do impacto modernizador. Entretanto, não é apenas os aspectos econômicos que determinam a manutenção de certos hábitos destes comércios, mas aspectos culturais também.

Por estar intimamente vinculado ao local, valendo-se da reciprocidade enquanto parte da comunidade, os laços afetivos dos comerciantes são fundamentais para a manutenção de seu empreendimento. Nesta relação amigável com a vizinhança, o comércio torna-se mais do que um espaço de troca, mas também um espaço de convivência. Segundo o proprietário da mercearia B, é muito recorrente de alguns de seus clientes irem até o estabelecimento apenas para conversarem, com isso o mesmo afirma que dificilmente o mercado fica vazio. Estas informações foram constatadas também nas observações de campo e até mesmo nos momentos das entrevistas com os comerciantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo se tratando de um estudo de uma comunidade restrita segregada socioespacialmente, as implicações observadas no presente trabalho podem servir como referência para a compreensão de muitas espacialidades semelhantes em áreas urbanas do país. O trabalho buscou ser inovador no estudo dos fenômenos espaciais urbanos com implicações na temática do acesso a alimentação, abordando o tema sobre uma perspectiva original.

O objetivo principal deste trabalho foi fornecer uma contribuição à compreensão da fome urbana. Para tanto, buscou-se articular principalmente os conceitos de segregação socioespacial, dos circuitos da economia urbana e da segurança alimentar. O trabalho apresenta como estes três temas se entrelaçam para contribuir na definição das “escolhas” dos espaços de compra dos alimentos da população da Vila Ouro Verde. Toda esta dinâmica que se desenrola no espaço intra-urbano apresenta-se prejudicial principalmente para o morador pobre da periferia urbana, que tem em seus microambientes e macroambientes alimentares condições menos favoráveis a uma alimentação saudável.

De acordo com as análises realizadas a partir dos dados adquiridos pela JUCEPAR, para as populações mais distantes do centro da cidade de Ponta Grossa destinam-se os empreendimentos comerciais menos modernos, com menores opções de alimentos. Sendo assim, o macroambiente alimentar do morador pobre da periferia constitui-se principalmente por empreendimentos característicos do circuito inferior (CI) da economia urbana.

As dificuldades dos pequenos mercados característicos do CI, e a aproximação da população a estes foram evidenciados nas análises realizadas no Ouro Verde. O enquadramento da população da Vila como trabalhadores e consumidores do CI foi evidenciado, concluindo-se que isso acontece principalmente devido a distância dos empreendimentos mais modernos localizados em áreas mais centrais, a instabilidade da renda e a falta de acesso ao crédito formal.

A forma de sobrevivência ligada ao CI, para os cidadãos carentes de capital e qualificação profissional, encontra na pulverização dos comércios sua lógica espacial. Esses pequenos comércios, como os pesquisados no Ouro Verde, atendem as necessidades dos cidadãos pobres enquanto trabalhadores e

consumidores. Esses comércios são adaptados à realidade local, na qual a renda é baixa e instável, e tem por característica o fracionamento das compras.

A análise dos valores das cestas básicas praticadas nas mercearias da Vila e nos principais hipermercados em áreas mais centrais elencados pelo CEPRMV, mostram que os preços pagos pelos cidadãos mais pobres, consumidores da extremidade da cadeia de intermediários, que se configura os mercados da Vila, é consideravelmente mais onerosa. Para a data da pesquisa, este valor poderia chegar a R\$ 122,61 mais cara na mercearia da Vila, o que representa 22,8% mais onerosa no mercado da Vila. Sem dúvida, o acirramento das despesas com alimentos, somadas a tantas outras despesas de uma vida urbana podem acarretar a fome quantitativa, que em ambientes urbanos é principalmente motivada pela insuficiência de renda.

Percebe-se que justamente as pessoas com menos poder aquisitivo são as que pagam um maior preço pela sua alimentação, comprometendo uma grande parte do orçamento familiar com esse gasto. Essa situação se acirra ainda mais quando o consumo de alimentos ocorre majoritariamente em empreendimentos característicos do CI. Estes empreendimentos, por sua vez, para adaptar-se a uma clientela que muitas vezes encontra-se em condição de insegurança social, exige dos comerciantes grande esforço, tendo os mesmos que trabalhar por muitas horas e até mesmo sete dias por semana para garantir a sobrevivência da família e do empreendimento, como ocorre com os comerciantes da Vila Ouro Verde.

A análise do microambiente alimentar dos comércios da Vila Ouro Verde retratam um ambiente não promotor da segurança alimentar. As poucas opções de alimentos saudáveis favorecem a prática de uma alimentação monótona, que pode acarretar no tipo mais comum de fome ocorrente no Brasil, a fome qualitativa ou específica.

A diferença dos valores das cestas básicas das pequenas mercearias comparada às realizadas nos grandes centros, associada às dificuldades de deslocamento da população com destaque para o tempo despendido para o mesmo, retrata um condicionamento espacial da realidade social.

As características socioespaciais da comunidade comprovaram as teorias em voga que defendem que a localização define a posição de consumo. Portanto, a maior fatia no processo de exploração capitalista, da retirada da mais valia do proletariado, se encontra no momento do consumo, que no caso de moradores das

periferias urbanas significa um duplo processo de exploração, não apenas no trabalho, mas também no seu local de moradia.

A baixa renda de boa parte dessa população, aliada ao trabalho informal e a ausência de crédito as colocam em situação de insegurança alimentar. Para obtenção desta “segurança” em momentos de instabilidade financeira, muitas das famílias optam pela prática do fiado. Esta prática faz com que os clientes fiquem “presos” aos mercados onde possuem a conta, pois quando realiza o pagamento da mesma se vê na condição de ter que marcar novamente, tornando – se um ciclo vicioso.

A prática do “fiado”, como a do mascate²², entre outras tantas que ocorrem nas periferias urbanas, demonstram que há uma microeconomia adaptada para um cenário de insegurança social. Comprovou-se que esta dinâmica é própria do circuito inferior da economia urbana, composta por atividades de pequena dimensão criada como forma de sobrevivência para grande parte da população.

Tanto a prática do fiado como a constatação que os valores da cesta básica são superiores nos comércios da Vila, não podem ser relacionadas a uma mera exploração dos comerciantes. Mas sim uma lógica de empreendimento adaptada a uma realidade específica. Infelizmente, não tivemos acesso a renda destes comerciantes, mas acredita-se que a lógica destes empreendimentos são aquelas identificadas por Santos (1979) para o CI, onde uma maior margem de lucro unitário dos produtos é relacionada a uma margem de lucro global pequena destes comerciantes.

Portanto, vice-se “preso” a um contexto social relacionado ao consumo do circuito inferior, que explora os cidadãos pobres também pelo custo de vida. Estar “preso” é estar mais vulnerável aos efeitos de vizinhança, e se esta vizinhança tratar-se de um espaço socioespacialmente segregado, estar “preso” também é aproximar-se da pobreza e da fome. Tanto trabalhar quanto consumir no circuito inferior apresenta-se como agravante da pobreza, destarte, da própria fome.

A atual lógica capitalista concentracionista que visa a retenção dos investimentos públicos com fins ao desenvolvimento da economia moderna do circuito superior CS, deixa o CI a sua própria “sorte”. Dessa maneira, todos os

22 Os moradores chamam de mascates os vendedores ambulantes que passam vendendo cesta básica de porta em porta, estes vendedores chegam a parcelar a cesta em quatro vezes, adaptando desta forma seu comércio á instável renda dos catadores de reciclagem por exemplo.

participantes do CI, sejam consumidores ou trabalhadores, ou mesmo pequenos negociantes, acabam sendo prejudicados, inclusive quando da aquisição dos alimentos.

Para a superação desse cenário, fazem-se necessárias políticas que corroborem para o desenvolvimento dos comércios varejistas enquadrados como pertencentes ao CI. Os comerciantes reteriam mais capitais, poderiam ampliar o empreendimento, oferecendo desta forma a população local uma maior variedade de alimentos a melhores preços. Essas ações somadas a majoração do poder de compra da população mais carente e incentivos a educação alimentar poderiam sanar as mazelas constatadas nesta pesquisa.

A fome se constitui num grande problema mundial, porém solucionável (FAO, 2012). Para que se possa equacionar e resolver o problema necessita-se, antes de qualquer coisa, denunciar e fomentar a discussão sobre seus diferentes condicionantes em diferentes localidades e escalas. Essa pretende ser a grande contribuição desta pesquisa.

5 REFERÊNCIAS

ADAS, M. **A fome: crise ou escândalo?**. 19. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ANSCHAU, F. R. **Insegurança alimentar de beneficiários de programas de transferência de renda**. 2008. 93 f. Dissertação [Mestrado] do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Saúde Coletiva. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

BATISTA, M. F; VIDAL, L. B. A Geografia da Fome 50 anos depois: o que mudou?. In: CORREA, M. A. (Org.). **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Pensamento Radical).

BELIK, W.; SILIPRANDI, E. **Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar**. Cap. 20. 2010. Disponível em <http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns_interdisciplinares_saude/evolucao/evolucao_cap20.pdf> Acesso em: 19 set. 2012

BELIK, W; GROSSI, M. D. O programa fome zero no contexto das políticas sociais no Brasil. Texto preparado para o painel **“Políticas de Combate à Pobreza: Segurança Alimentar, Nutrição, Renda Mínima e Ganhos de Produtividade na Agricultura”**, realizado no dia 30 de julho de 2003 no XLI Congresso da SOBER em Juiz de Fora.

BELIK, W.; GRAZIANO, J. S; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. In: **Josué de Castro e o Brasil**. Org. CORREA, M. A. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Pensamento Radical).

BONFIM, J. B. B. As políticas públicas sobre a fome no Brasil. In: Consultoria Legislativa do Senado Federal: **Textos para discussão**. v. 8. 38 p. Brasília: Conleg, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional**. Lei nº. 11.346, 15 set. 2006.

CASTRO, J. A. **Geopolítica da Fome**. 5. ed. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1959.

_____. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Gryphus Editora, 1946.

CASEMIRO, P.J; VALLA, V.V e GUIMARÃES, M. B. L. **Direito a alimentação adequada: um olhar urbano**. Ciência e Saúde Coletiva v. 15. 2085-2093 p, 2010.

COHN, A. “Políticas Sociais e Pobreza no Brasil”. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica, v. 6, n. 12. 1-18 p, 1995.

CONSEA. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira**. Brasília, 2009.

CORRÊA, R. L. A. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Classes Sociais e Espaço Urbano. In: CORRÊA, R. L; VASCONCELOS, P. A; PINTAUDI, S. M (orgs.). **A cidade contemporânea - segregação espacial**. 1. Ed São Paulo: Contexto. 39-59 p, 2013.

_____. Status sócio-econômico e centralidade: uma interpretação. **Geografia, Rio Claro**, 51-59 p, 1977.

_____. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**. 50, n. 1. 61-83 p, 1988.

_____. Repensando a Teoria das Localidades Centrais. In: **Novos Rumos da Geografia Brasileira**, org. SANTOS, M. HUCITEC, São Paulo, 1982

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc. 1966, 230 p. (traduzido do alemão por C. W. Baskin).

CUNHA, L. A. G. Por um projeto sócio-espacial de Desenvolvimento. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 91-114, 1998.

DURAN, A. F. L. **Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar**. São Paulo: USP, 2013. 276 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Nutrição em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FAO, **O que você precisa saber sobre a fome**. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/oqvpssf2012.asp>>. Acesso em: 15 Set. 2012.

FAO. Food and Agriculture Organization. **Cumbre Mundial sobre la alimentación**. Roma, Itália, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613s/w3613s00.htm>>. Acesso em: 08 Abr. 2013.

FREIRE, L. A. R. et al. O efeito da renda no comportamento espacial dos consumidores. In: **COMUNICAÇÕES do 3º Encontro Nacional de Geógrafos**: Fortaleza, Associação dos Geógrafos Brasileiros. 1978, p. 246.

GAUDÊNCIO, E. **80 famílias invadem fazenda na Santa Maria**. Diário da Manhã, Ponta Grossa, p. 21, 25 out. 2001.

GEORGE, S. **Mercado da Fome**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978

HAESBAERT, R. . Desterritorialização: Entre As Redes e Os Aglomerados de Exclusão. In: Castro; Corrêa; Gomes. (Org.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-205.

HAESBAERT, R. **O mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1991**, 1991.

_____. **Censo Demográfico de 2000**, 2000.

_____. **Censo Demográfico de 2010**. 2010

JUNIOR, J.R.S.R. **A fome e a miséria na alimentação**: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. São Paulo: USP, 2008. 171 p. Dissertação [Mestrado] – Programa de Pós Graduação Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

LOPES, L. F. **Apostila estatística**. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2003.

LOPES, R. Percentual de famílias chefiadas pela mulher avança 8 pontos de 2001 a 2009. **Agência Brasil**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2010/11/11/percentual-de-familias-chefiadas-pela-mulher-avanca-8-pontos-de-2001-a-2009>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

MAINARDES, C. Famílias invadem área no Santa Luiza. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, p. 7A, 25 out. 2001.

MALUF, R. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Econômico. **Revista de economia política**, vol. 15, nº 1 (57), 1995, p. 134-140.

MARINA, R. M. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento a sua atualização. **Revista Geográfica Venezolana**, Vol. 53(1) 2012, p. 147-164.

MONASTIRSKY, L. B. **Cidade e ferrovia**: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa. 189 p. Dissertação [Mestrado] na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

MATIAS, L. F.; NASCIMENTO, E. Geoprocessamento aplicado ao mapeamento das áreas de ocupação irregular na cidade de Ponta Grossa (PR). **Geografia, Rio Claro**, v. 31, n. 2, 2006, p. 317-330.

NABUCO, M. R. e PESSOA, M. J. **A Experiência do Restaurante Popular de Belo Horizonte como um Instrumento de Política de Segurança Alimentar**. Belo Horizonte, PUC/MG, 2001(mimeo).

NASCIMENTO, E. **Espaço e desigualdades: mapeamento e análise dinâmica de exclusão/inclusão social na cidade de Ponta Grossa (PR)**. 2008. 172 p. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

_____. **Geoprocessamento aplicado ao mapeamento e análise das áreas de uso e ocupação irregular da terra urbana em Ponta Grossa (PR)**. 2005, 142

p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Setor de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

_____. Ponta Grossa (PR): Expansão urbana e desigualdade socioespacial. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças.** Espaço de Diálogos e Práticas. Porto Alegre – RS. 12 p. jul. 2010.

PANIGASSI, G. **Inquérito populacional sobre a percepção da segurança alimentar intrafamiliar no município de Campinas, SP.** São Paulo: UNICAMP, 2005. 181 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

PAULA, J. C. M. de. Poder local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução. In **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais.** Ponta Grossa, Editora UEPG, 2001. p.53-65.

PEET, R. Desigualdade e pobreza uma teoria geográfica marxista. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia.** Rio Claro: Difel, 1982. p. 255 - 268.

PESSANHA, L. D. R. A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao Alimento. In: **Textos para discussão:** Escola Nacional de Ciências Estatísticas. 5 n. 64 p. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico:** um manifesto não comunista. Zahar. Rio de Janeiro, 1974.

SAHR, C. L. L. **Favelas:** um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa – PR. 1990, 174 p. Trabalho apresentado ao curso de Pós Graduação em Geografia, Mestrado da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro, 1990.

_____. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M; LÖWEN SAHR, C. L. (Orgs.). **Espaço e cultura:** Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2001. p. 13-36.

SANTOS, R. G; CLARINDO, M. F. **A (in) segurança alimentar no núcleo Ouro Verde em Ponta Grossa no ano de 2012.** Ponta Grossa: UEPG, 2012. 69 p. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Graduação em Geografia licenciatura da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O Espaço Dividido.** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Francisco Alves. Rio de Janeiro-Brasil, 1979.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo, Nobel, 1987.

_____. **Pobreza Urbana.** Edusp; São Paulo: 3ª Ed; Edusp, 2009.

_____. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2000.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas-SP, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SILVA, J. M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117-134, jul./dez. 2007.

SILVA, A. L G et al. **Estudo social da comunidade Ouro Verde em Ponta Grossa.** 2005. 51 f. Trabalho acadêmico para a disciplina de Seminário Integrado V do Curso de Serviço Social – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, E. S. **A Teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos: seu esquecimento ou sua superação?**. In: SOUZA, A. et al. (eds.). SANTOS, M. Cidadania e Globalização. 43- 51 p. AGB/ Saraiva. Bauru, 2000.

SPOSITO, M. E. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; VASCONCELOS, P. A; PINTAUDI, S. M (orgs.). **A cidade contemporânea** - segregação espacial. 1. Ed São Paulo: Contexto. 61-93 p, 2013.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. Clima de Guerra Civil? In: ALBUQUERQUE, E. S. (org.) **Que país é esse:** pensando o Brasil Contemporâneo. 1 ed. São Paulo: Globo. p 101-141, 2005.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**– O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia. Vol. 2. Porto: Afrontamentos, 1996.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: CORRÊA, R. L; VASCONCELOS, P. A; PINTAUDI, S. M (orgs.). **A cidade contemporânea** - segregação espacial. 1. Ed São Paulo: Contexto. 17-37 p, 2013.

VILLAÇA, F. **Espaço intra- urbano no Brasil.** São Paulo: FAPESP, 2001.

WŁODARSKI, R. **Os programas de transferência de renda do município de Ponta Grossa:** Benefício de prestação continuada – BPC e Bolsa Família, como ações de enfrentamento da pobreza. 2007. 202 p. Dissertação [Mestrado] em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

**ANEXO A - LISTA DOS 34 ITENS PRESENTES NA CESTA BÁSICA ELENCADA
PELO CEPRMV.**

Lista dos 34 itens presentes na cesta básica elencada pelo CEPRMV

01	ARROZ
02	SAL
03	AÇÚCAR
04	ÓLEO
05	CAFÉ
06	PÃO
07	FEIJÃO
08	FARINHA DE TRIGO
09	MACARRÃO
10	EXTRATO DE TOMATE
11	MARGARINA
12	BOLACHA
13	LEITE
14	FERMENTO
15	CEBOLA
16	OVOS
17	BATATA
18	ALHO
19	BANANA
20	TOMATE
21	CARNE BOVINA
22	FRANGO
23	DENTIFRÍCIO
24	SABONETE
25	PAPEL HIGIÊNICO
26	XAMPU
27	DESODORANTE
28	SABÃO EM BARRA
29	SABÃO EM PÓ
30	ESPONJA DE AÇO
31	ÁGUA SANITÁRIA
32	AMACIANTE
33	DESINFETANTE
34	DETERGENTE

**ANEXO B – QUESTIONÁRIO DA ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA
ALIMENTAR**

Questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

- 1 - Nos últimos 3 meses, a(o) Sra(Sr) teve preocupação de que a comida da sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar ou receber mais comida?
- 2 – Nos últimos 3 meses a comida acabou antes que a(o) Sra (Sr) tivesse dinheiro para comprar mais?
- 3 – Nos últimos 3 meses a(o) Sra (Sr) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
- 4 – Nos últimos 3 meses, a(o) Sra (Sr) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para alimentar sua(s) criança(s)/adolescente(s) porque o dinheiro acabou?
- 5 – Nos últimos 3 meses, a(o) Sra (Sr) não pode oferecer a(s) sua(s) criança(s)/adolescente(s) uma alimentação saudável e variada porque não tinha dinheiro?
- 6 – Nos últimos 3 meses, a(o) criança(s)/adolescente(s) não comeu(comeram) quantidade suficiente porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 7 – Nos últimos 3 meses, a(o) Sra(Sr) ou algum adulto em sua casa diminuiu alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pularam refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
- 8 – Nos últimos 3 meses a(o) Sra(Sr) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
- 9 – Nos últimos 3 meses, a(o) Sra(Sr) alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente?
- 10 – Nos últimos 3 meses, a(o) Sra(Sr) perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?

- 11 – Nos últimos 3 meses, a(o) Sra(Sr) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comida?
- 12 – Nos últimos 3 meses a(o) Sra(Sr) alguma vez diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de sua criança(s)/adolescente(s), porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
- 13 – Nos últimos 3 meses, alguma vez a(o) Sra(Sr) teve de pular uma refeição da(s) sua(s) criança(s)/adolescente(s) porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 14 – Nos últimos 3 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s) teve(tiveram) fome mas a(o) Sra(Sr) simplesmente não podia comprar mais comida?
- 15 – Nos últimos 3 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s) ficou(ficaram) sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

**APÊNDICE A - ROTEIRO UTILIZADO PARA AS ENTREVISTAS SEMI-
ESTRUTURADAS REALIZADAS COM OS MORADORES DA VILA OURO VERDE**

Roteiro utilizado para as entrevistas semi-estruturada realizadas com os moradores da Vila Ouro Verde

1-) Modalidade de trabalho do provedor da família

1b-) A quanto tempo esta exercendo a atual função?

2-) Possui crédito formal, como cartão de crédito, talão de cheques entre outros? Se não, por que:

3-) Pratica alguma modalidade de comércio? Qual?

3.a-) Tem funcionários assalariados ou a mão de obra é exclusivamente familiar?

4-) Qual é a renda familiar bruta mensal:

5-) Quantidade de moradores na residência

6-) Tem o costume de comprar alimentos nos mercados da Vila?

8-) Qual a porcentagem média das compras mensais de alimentos realizadas no comércio local?

9-) Possui crédito fiado nas mercearias da Vila? Por quê?

10-) Sobre as dificuldades de acessos as áreas mais centrais da cidade:

10.a-) Tem dificuldades de acessibilidade a mercados de grande porte nas áreas mais centrais da cidade?

Elenque qual a principal dificuldade encontrada

a.1() Custo do deslocamento

a.2() Tempo despendido a locomoção

a.3() Precariedade do transporte coletivo, dificuldade de se locomover com as compras

Outras:

11-) Possui veículo automotor?

12-) Tem cadastro no Mercado da Família? Realiza compras no mesmo? Se não, por quê?

13-) Participa da troca no Feira Verde? Separa material reciclável para doar a algum morador participar?

14-) Recebe Bolsa família?

Observações:

**APÊNDICE B - ROTEIRO UTILIZADO PARA AS ENTREVISTAS SEMI-
ESTRUTURADAS REALIZADAS COM OS COMERCIANTES DAS MERCEARIAS
A, B E C DA VILA OURO VERDE**

Roteiro utilizado para as entrevistas semi-estruturadas realizadas com os comerciantes das mercearias A, B e C da Vila Ouro Verde

- 1-) Quantas pessoas trabalham no estabelecimento?
- 2-) Tem funcionários assalariados?
- 3-) Quantos metros quadrados possui o estabelecimento?
- 4-) O estabelecimento é ou era parte da casa?
- 5-) Qual o tempo da renovação do estoque?
- 6-) Possui outra fonte de renda? Se sim, qual sua principal fonte?
- 7-) Quantas horas trabalha por dia? Quantos dias por semana?
- 8-) Compram alimentos diretamente dos produtores ou somente dos intermediários?
- 9-) Como conseguem o crédito para renovação do estoque e quais são as formas de prazo e pagamento dos mesmos?
- 10-) Você realiza a venda fiado? Se sim, como é negociado os prazos e as formas de pagamento?
- 11-) A quanto tempo estão trabalhando no presente comercio? O que faziam anteriormente?
- 12-) Como tem sido a demanda de vendas de alimentos *in natura*?
- 13-) Como é sua interação social com os moradores da Vila?

Observações: